

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**GUILHERME ZIMMERMANN**

**A RACIONALIDADE NA CONSTRUÇÃO DA COLIGAÇÃO *MEU CORAÇÃO DIZ SIM* E SUA VITÓRIA NA ELEIÇÃO DE 2008 EM NOVO HAMBURGO - RS.**

**Porto Alegre  
2009**

**Guilherme Zimmermann**

**A RACIONALIDADE NA CONSTRUÇÃO DA COLIGAÇÃO *MEU CORAÇÃO DIZ SIM* E SUA VITÓRIA NA ELEIÇÃO DE 2008 EM NOVO HAMBURGO - RS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais, pelo curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Lúcia Rodrigues de Freitas Moritz

Porto Alegre

2009

**Guilherme Zimmermann**

**A RACIONALIDADE NA CONSTRUÇÃO DA COLIGAÇÃO *MEU CORAÇÃO DIZ SIM* E SUA VITÓRIA NA ELEIÇÃO DE 2008 EM NOVO HAMBURGO - RS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Sociais, pelo curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovado pela Banca Examinadora em 18 de dezembro de 2009.

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Lúcia Rodrigues de Freitas Moritz  
Orientadora

---

Prof. Dr. Benedito Tadeu César

---

Prof. Dr. Luis Gustavo Mello Grohmann

*Dedico esse trabalho a todas as pessoas que contribuíram para sua realização, a todos que apoiaram essa empreitada, e que, suportando as dificuldades ao meu lado, me mantiveram determinado a alcançar essa vitória.*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente aos meus pais, Tarcísio e Silvia, ao meu irmão Mateus e a minha família. Pilares basilares da minha existência, e tal como o Grande Farol de Alexandria, me guiam no desbravar dos mares da vida. Aos exemplos em vida e de vida nos quais moldo a minha participação nesse mundo.

Aos amigos e amigas, com os quais compartilhei parte da minha existência, minhas ideias, dúvidas, angústias, momentos de alegria e tristeza, e com os quais aprendi que não somente a Academia ensina, mas a vida também.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul por, ao longo dos anos do curso, ter me ensinado o verdadeiro significado de uma educação pública, gratuita e de qualidade.

A todos os professores e professoras com os quais tive a oportunidade de conversar, escutar e aprender, absorvendo em suas essências o conhecimento humanístico e crítico que nos é tão caro.

Ao professor José Luiz Marques, pelos inúmeros cafés que serviram de pretexto para conversas repletas de sugestões, dicas, debates políticos, filosóficos e inúmeras elucidações.

A professora Maria Lúcia Rodrigues de Freitas Moritz, pelos apontamentos, questionamentos, orientação e correções, sem os quais esse trabalho não seria possível.

A todos os companheiros e companheiras com os quais, batalhando ombro a ombro, conquistamos significativas e importantes vitórias.

## RESUMO

Este trabalho consiste na análise da coligação eleitoral majoritária *Meu Coração Diz Sim*, estruturada durante a disputa eleitoral de 2008 em Novo Hamburgo - RS, a qual conquistou a administração municipal. Liderada pelo PT, foi formada pela união das legendas do PDT, PCdoB, PTC, PR e PRB. O presente estudo procura testar como estratégica a decisão dos agentes políticos ao procurarem estruturar a coligação, com o intuito de maximizar os resultados do pleito. Ademais buscaremos estudar quais foram as razões determinantes para que os partidos formassem a coligação eleitoral. Posteriormente estudaremos a organização do Poder Executivo e como se estruturou o apoio das legendas que compuseram a coligação dentro do espaço do Poder Legislativo. Através dessa análise demonstraremos que a coligação foi estruturada de forma racional e estratégica, prevendo a ampliação do potencial de representatividade perante a sociedade e por consequência a maximização dos resultados no escrutínio.

**Palavras-chave:** Coligações eleitorais. Novo Hamburgo. Eleições 2008. Estratégia. Coalizão governamental.

## ABSTRACT

This paper consists in the analysis of the majority electoral coalition *Meu Coração Diz Sim*, structured during the electoral dispute of 2008 in Novo Hamburgo - RS, which has conquered the municipal administration. Led by PT, was formed by the union of the legends from PDT, PCdoB, PTC, PR and PRB. The present study aims to test the decision as strategic to the political agents as they sought to structure the coalition, in order to maximize the results of the election. Furthermore we'll seek to study which were the determining reasons for the parties to form the electoral coalition. Considering as rational all the political actions, we understand that the decisions from political agents, during the electoral period, seek the maximization of the results. Posteriorly we'll study the organization of the Executive Power and how the coalition was structured within the Legislative Power. Through this analysis we'll demonstrate that the electoral coalition was built in a rational and strategic way, planning to expand the potential of representativeness in society, and consequently to maximize the outcome of the election.

**Key Words:** Electoral coalition. Novo Hamburgo. Elections 2008. Strategic. Governmental coalition.

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Eleição Majoritária de 1982.....	33
TABELA 2 – Eleição Proporcional de 1982.....	34
TABELA 3 – Eleição Majoritária de 1988.....	35
TABELA 4 – Eleição Proporcional de 1988.....	36
TABELA 5 – Eleição Majoritária de 1992.....	37
TABELA 6 – Eleição Proporcional de 1992.....	38
TABELA 7 – Eleição Majoritária de 1996.....	39
TABELA 8 – Eleição Proporcional de 1996.....	40
TABELA 9 – Eleição Majoritária de 2000.....	41
TABELA 10 – Eleição Proporcional de 2000.....	42
TABELA 11 – Eleição Majoritária de 2004.....	44
TABELA 12 – Eleição Proporcional de 2004.....	45
TABELA 13 – Eleição Majoritária Suplementar de 2005.....	47
TABELA 14 – Eleição Majoritária de 2008.....	57
TABELA 15 – Eleição Proporcional de 2008.....	57
TABELA 16 – Coligação <i>Meu Coração Diz Sim</i> – Partido, Número de Deputados Federais e Tempo Proporcional.....	82
TABELA 17 – Organização do Executivo: Secretarias por Partido.....	89
TABELA 18 – Organização do Executivo: Coordenadorias por Partido.....	91
TABELA 19 - Votação de Projetos Encaminhados pelo Executivo - Fundação de Saúde Pública de Novo Hamburgo.....	101
TABELA 20 - Votação de Projetos Encaminhados pelo Executivo - Desvinculação do VRV.....	102

## LISTA DE SIGLAS

CM - Cálculo de Médias

DEM – Democratas

FEE - Fundação de Economia e Estatística

HPEG - Horário de Propaganda Eleitoral Gratuita

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Economia

NH – Novo Hamburgo

PC do B – Partido Comunista do Brasil

PDS – Partido Democrático Social

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PFL – Partido da Frente Liberal

PHS – Partido Humanista da Solidariedade

PJ – Partido da Juventude

PL – Partido Liberal

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMN – Partido da Mobilização Nacional

PP – Partido Progressista

PPB – Partido Progressista Brasileiro

PPS – Partido Popular Socialista

PR – Partido da República

PRB – Partido Republicano Brasileiro

PRN – Partido da Renovação Nacional

PRONA - Partido da Reedificação da Ordem Nacional

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSC – Partido Social Cristão

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PSDC – Partido Social Democrata Cristão

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

PT – Partido dos Trabalhadores

PT do B – Partido Trabalhista do Brasil

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTC – Partido Trabalhista Cristão

PV – Partido Verde

QE - Quociente Eleitoral

QP - Quociente Partidário

RS – Rio Grande do Sul

TRE-RS - Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>12</b>
<b>1 REVISÃO DE LITERATURA.....</b>	<b>18</b>
1.1 ESTUDOS SOBRE COLIGAÇÕES ELEITORAIS.....	18
1.2 O EMPREGO ESTRATÉGICO DAS COLIGAÇÕES.....	26
<b>2 ARRANJO ELEITORAL EM NOVO HAMBURGO DE 1982 A 2004.....</b>	<b>32</b>
2.1 O PLEITO DE 1982.....	32
2.2 A ELEIÇÃO DE 1988.....	35
2.3 O PLEITO DE 1992.....	36
2.4 A ELEIÇÃO DE 1996.....	38
2.5 O PLEITO DE 2000.....	40
2.6 A ELEIÇÃO DE 2004.....	42
2.7 ELEIÇÃO SUPLEMENTAR DE 2005.....	45
<b>3 A ELEIÇÃO DE 2008.....</b>	<b>49</b>
3.1 A DIVISÃO DE FORÇAS.....	49
3.2 OS CANDIDATOS.....	50
3.3 ARRANJOS PROPORCIONAIS.....	51
3.4 AS PESQUISAS DE INTENÇÃO DE VOTO.....	53
3.5 AS EXPECTATIVAS ELEITORAIS.....	55
3.6 OS RESULTADOS DO PLEITO.....	56
<b>4 A COLIGAÇÃO "MEU CORAÇÃO DIZ SIM" .....</b>	<b>59</b>
4.1 MOTIVOS SINGULARES.....	60
4.2 O APOIO EXTERNO.....	73
4.3 A CONSTRUÇÃO DO CONSENSO.....	75
4.4 A RACIONALIDADE DAS ESCOLHAS.....	78
4.5 OS GANHOS DA UNIÃO.....	80

<b>5</b>	<b>ORGANIZAÇÃO DO EXECUTIVO E SUSTENTAÇÃO POLÍTICA.....</b>	<b>88</b>
5.1	A ORGANIZAÇÃO DO EXECUTIVO.....	89
5.2	O PAPEL DAS COALIZÕES.....	91
5.3	A ESTIPULAÇÃO DE APOIO.....	93
5.4	A PERSPECTIVA DOS VEREADORES.....	96
5.5	AS VOTAÇÕES.....	99
	<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>105</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>110</b>
	<b>ANEXOS.....</b>	<b>113</b>

## INTRODUÇÃO

Analisando o processo eleitoral brasileiro contemporâneo, ressalta-se a recorrente característica do emprego de coligações eleitorais pelos partidos políticos. O instituto da coligação eleitoral faculta a duas ou mais legendas concorrerem como se fossem uma só. Esse tema, ainda que seja revisado frequentemente por diversos autores da Ciência Política, fica aquém do desejado quanto aos estudos sobre coligações majoritárias em nível municipal. Trabalhando sobretudo com coligações eleitorais proporcionais, principalmente na disputa de cargos para o Congresso Nacional, a grande maioria dos trabalhos negligencia as coligações majoritárias por considerá-las como ponto de consenso.

Fazemos uso das palavras de Rogério Schmitt, o qual, na sua tese de doutorado, é categórico ao afirmar que "as coligações eleitorais no Brasil ainda não foram exaustivamente estudadas pela Ciência Política como foram as alianças eleitorais durante o primeiro multipartidarismo." (SCHMITT, 1999, p.76) O anseio por conhecer os arranjos que levam à efetivação de coligações traz à tona uma temática nova e pouco explorada desse instrumento tão importante dentre aqueles disponíveis aos partidos políticos. É necessário muito cuidado para trilhar o caminho até as respostas, buscando não cair no senso comum, visando, efetivamente, a registrar, nos anais da academia, as motivações oficialmente descritas para utilizar esse instituto.

O expediente da coligação eleitoral ressurgiu no cenário político brasileiro através do processo de redemocratização, mais especificamente, na atualidade, com a promulgação da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997. Tal como define Braga (2006), essa lei é responsável pela regulação de todo o processo eleitoral do país. Prevendo não somente a validade do emprego das coligações, a nova lei trazia como grande novidade a possibilidade de reeleição para cargos executivos. No caso das disputas majoritárias, as quais são baseadas na premissa de que através desse processo eleitoral é possível "identificar o interesse do maior número de pessoas" (MACHADO, 2005, p. 43-44), a utilização desse recurso é visto por alguns autores, tais como Jorge (2005, p.181) como "uma imposição [...] pois [...] é uma exigência do próprio padrão bipolar de competição". Podendo ser constituída em disputas

proporcionais como majoritárias, esse instituto recebe tanto críticas como apoios oriundos da Ciência Política e daqueles que disputam nessa arena, os políticos.

Este trabalho centrar-se-á no estudo da coligação vencedora do pleito municipal de 2008 para o cargo de prefeito na cidade de Novo Hamburgo. Buscaremos analisar como se estruturou a coligação *Meu Coração Diz Sim*, a qual, liderada pelo Partido dos Trabalhadores (PT), consistia na união de forças do Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Trabalhista Cristão (PTC), Partido da Republica (PR), Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e Partido Republicano Brasileiro (PRB)<sup>1</sup>. Contava ainda com o apoio de parte do Partido Progressista (PP) e Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Nossa proposta é compreender como ocorreu a formação da coligação, buscando definir a sua real importância na eleição em questão. Procuraremos identificar quais foram os acordos previstos pelos partidos integrantes da coligação, quais foram os comprometimentos e contrapartidas e quais os resultados advindos aos partidos membros após a eleição. Centralizamos nossas buscas nos seguintes questionamentos: esses acordos estariam baseados unicamente na previsão de benefícios diretos<sup>2</sup> ou teriam fundamentos ideológicos? Previam o apoio político que fornecesse sustentação para o governo, caso eleito? Poderiam ser esses acordos definidos unicamente a partir de uma lógica de decisões estratégicas?

Essa problemática é fundamentada nos apontamentos de autores como Schmitt (1999 e 2005), Krause (2005), Souza (2005), Machado (2005), Kinzo (2005), Carreirão (2006) e Braga (2006); em que é consenso o emprego de coligações em disputas majoritárias como estratégia para maximizar as chances eleitorais. Busca-se reunir, em torno de determinada candidatura, o maior número de apoiadores e, por consequência, de votos, reduzindo os riscos de resultados negativos no escrutínio. Retomaremos esse debate no primeiro capítulo do trabalho, no qual desenvolveremos a revisão bibliográfica e a definição da abordagem teórica.

---

<sup>1</sup>Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

<sup>2</sup>Como veremos mais adiante, consideramos por benefícios diretos tanto a maximização dos votos, como cargos para agentes políticos.

Empregamos como hipótese principal o pressuposto que a coligação em questão desempenhou papel decisivo na vitória do pleito de 2008. Não podemos, contudo, limitar tal resultado somente a esse pressuposto. Dentre outros fatores que poderiam ser considerados como decisivos destacamos: 1. a construção do Partido dos Trabalhadores no município como expoente político; 2. a chapa vencedora apresentar na sua composição a participação feminina, representada na figura da vice; 3. os possíveis benefícios políticos advindos das implementações de políticas públicas oriundas do Governo Federal<sup>3</sup>, e 4. a fragilidade da chapa concorrente à reeleição pelos desgastes inerentes à administração. Iremos, entretanto, centrar este trabalho na questão da coligação eleitoral, por considerarmos o diferencial que ela apresentou no pleito de 2008, aspecto esse trabalhado nos capítulos 3 e 4.

Partimos do pressuposto que a coligação se estruturou prevendo a real possibilidade de vitória no cenário político de 2008. Para tanto, o Partido dos Trabalhadores buscou ampliar suas chances de vitória, agindo de forma racional. Desta forma, buscou integrar na coligação o maior número possível de partidos. Visa-se, através dessa estratégia, maximizar as chances de aprovação popular, assim como a minimizar os prováveis resultados adversos de votação, visto que, no município em questão, não há ocorrência de segundo turno. Baseamos nossa hipótese na afirmação de Braga (2006, p. 229) ao afirmar que

as coligações constituem um aspecto do comportamento partidário que deve ser explicado a partir da premissa que esse fenômeno político é racional. Isso significa que as estratégias seguidas pelos diferentes partidos visando a sua sobrevivência e crescimento são consistentes com o principal objetivo almejado por um partido na arena eleitoral, qual seja, maximizar o apoio eleitoral.

Nosso universo de pesquisa trata-se do município de Novo Hamburgo, cidade de médio porte, localizada a aproximadamente 40 quilômetros de Porto Alegre. Situada no Vale do Rio dos Sinos, foi fundada em 1824 como distrito de São Leopoldo. Em 1927, conseguiu sua emancipação política. Atualmente, ocupa uma área de 223,6km<sup>2</sup>, com uma população prevista de 253.067,00 habitantes<sup>4</sup>, contando

---

<sup>3</sup> Considerando o fato do Governo Federal ser liderado pelo PT, entendemos como benéfica a ligação da candidatura de 2008 com os programas sociais e as políticas públicas implementados por esse governo.

<sup>4</sup> Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

com um eleitorado estimado de 172.751,00 votantes<sup>5</sup>. É a sétima cidade mais populosa do estado e a quarta maior da região metropolitana de Porto Alegre. Possuidora do título de Capital Nacional do Calçado apresenta-se como uma das principais economias do Rio Grande do Sul, contando com um PIB *per capita* de R\$ 15.062<sup>6</sup>.

O quadro político de Novo Hamburgo é marcado pela hegemonia do PMDB, o qual de 1982 até hoje, governou a cidade durante 14 anos ininterruptos, gerindo a administração municipal de 1982 a 1996. Essa hegemonia política foi interrompida por dois mandatos da gestão liderada pelo PDT iniciada em 1997. O governo do PDT, favorecido com as alterações da legislação eleitoral implementada em 1997, reelegeu seu candidato, mantendo-se na chefia do Poder Executivo até 2004. Em 2005, após a anulação do pleito de 2004, que ocorreu devido à cassação dos dois candidatos mais votados, os quais juntos ultrapassando 50% dos votos válidos; o PMDB assumiu, na eleição suplementar, por mais um mandato o Poder Executivo Municipal.

Em 2008, contrariando a expectativa de manutenção das gestões que se encontravam no poder, o processo eleitoral de Novo Hamburgo foi marcado pela expressiva vitória da coligação liderada pelo PT. Essa vitória representa o presente ápice do Partido dos Trabalhadores no município. Esta trajetória iniciou-se em 1982 conquistando 2,39% dos votos válidos; para, em 1996, chegar à marca de 12,70%; em 2004, atingiu 30,56% da votação, culminando em 2008 ao conquistar 51,31% dos votos válidos do pleito<sup>7</sup>. O processo de manutenção das gestões encontra-se afirmado no estudo realizado pela Confederação Nacional dos Municípios, intitulado "Eleições Municipais 2008 e as Tendências dos Últimos Pleitos", no qual a taxa de sucesso na reeleição de prefeitos, no estado do Rio Grande do Sul foi de 66,4%, muito próximo da taxa nacional de 66,9%.

Nossa abordagem metodológica foi desenvolvida em três etapas: o primeiro momento consiste na análise documental, buscando realizar a reconstrução política

---

<sup>5</sup> Fonte: TRE-RS.

<sup>6</sup> Fonte: IBGE e Fundação de Economia e Estatística (FEE).

<sup>7</sup> Fonte: TRE-RS.

do município e obter os dados sobre a coligação em questão. O segundo período consistiu em entrevistas semi-estruturadas, realizadas com os presidentes dos partidos que compuseram a coligação, com figuras políticas importantes que foram indicadas como integrantes das negociações para a construção da coligação e com os vereadores ocupantes de cadeiras na bancada governista no Poder Legislativo municipal. A terceira etapa consistiu na análise de dados de duas fontes, sendo a primeira dos dados relativos à ocupação partidária do Executivo e sua divisão entre os partidos; e a segunda, das votações dos principais projetos originários do Poder Executivo que foram levados à apreciação da Câmara de Vereadores do município.

Para concretizarmos este trabalho, empregamos os preceitos oriundos da Teoria da Escolha Racional, na qual os agentes políticos agem racionalmente, buscando maximizar seus resultados eleitorais. Ainda assim, consideramos que as decisões de construir coligações são cabíveis a partir do pressuposto que através delas é fortalecido o poder político de uma determinada chapa, pela aglutinação de forças, recursos, pessoal e, principalmente, votos.

O plano de trabalho consistirá na divisão em capítulos, em que a revisão bibliográfica será realizada no primeiro, trazendo os apontamentos feitos pela literatura sobre as coligações, retomando as discussões e definindo, com mais clareza, nosso referencial teórico.

No segundo capítulo, realizaremos a construção histórica das eleições em Novo Hamburgo dos anos de 1982 a 2004, considerando conjuntamente a eleição suplementar de 2005.

O terceiro capítulo abordará a temática da eleição de 2008, explicitando as chapas concorrentes, os arranjos eleitorais, os resultados das pesquisas de intenções de votos e o resultado do escrutínio.

No quarto capítulo, trabalharemos a construção da coligação *Meu Coração Diz Sim*. Buscaremos detalhar os acordos realizados entre os partidos, as motivações que levaram a composição da coligação, bem como os comprometimentos estipulados entre as legendas.

Já no quinto capítulo, examinaremos a ocupação dos espaços do Poder Executivo pelos partidos ao longo do primeiro semestre de governo, bem como a

questão da sustentação política. Para tal analisaremos o posicionamento dos vereadores da bancada governista perante dois projetos encaminhados pelo Poder Executivo, considerados de grande importância, durante o primeiro semestre de 2009.

O sexto e último capítulo trará nossas conclusões sobre os argumentos levantados ao longo do trabalho, buscando pontuar as deduções concebidas sobre as hipóteses norteadoras com base nos dados recolhidos.

## 1 REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo, abordaremos os principais posicionamentos sobre o emprego do instituto das coligações eleitorais, que é a temática central do nosso trabalho. Para tanto, retomaremos os trabalhos de referência na Ciência Política sobre esse tema, destacando os pontos de consenso e dissenso sobre o mesmo. Almejamos ainda destacar a sua importância para o processo político, suas virtudes e falhas. Buscaremos grifar a visão estratégica atribuída ao emprego das coligações em disputas majoritárias, principalmente as de turno único - jogos do tipo ganhador leva tudo (*winner takes all*) -, como forma de maximizar os resultados (*payoff*), agregando, através da inclusão de mais partidos, recursos, logística e, principalmente, votos.

### 1.1 ESTUDOS SOBRE AS COLIGAÇÕES ELEITORAIS

Ainda que haja uma gama relevante de trabalhos e estudos acadêmicos sobre as coligações eleitorais, como citado na introdução, Rogério Schmitt (1999, p.76) é enfático ao afirmar que "as coligações eleitorais no Brasil ainda não foram exaustivamente estudadas pela Ciência Política como foram as alianças eleitorais durante o primeiro multipartidarismo". Centrando-se em estudos sobre as eleições proporcionais, principalmente para os cargos de deputado estadual e federal, os trabalhos descuidam ao considerar o tema das coligações majoritárias como já definido em uníssono.

A legislação eleitoral brasileira vigente, ao prever que cargos executivos sejam disputados pelo processo de representação majoritária, encaminha-nos para a premissa defendida por Schmitt (1999, p.9), em que esse modelo de representação se apresenta como sendo através do qual é possível "identificar, dentre a diversidade de opiniões e interesses existentes, aquele que consegue mobilizar o maior número de adeptos, e fornecer a ele a exclusividade do exercício do poder político". É através do sistema de eleição majoritário que se definem os ocupantes de cargos executivos, sendo eles o de Presidente da República, governadores dos Estados e prefeitos municipais.

Nesse cenário de disputa, no qual o vencedor leva tudo (*winner takes all*<sup>8</sup>), as eleições apresentam-se, no caso brasileiro, como disputas muito acentuadas. Essa situação de concorrência favoreceria o posicionamento dos partidos a empregarem o que Jorge (2004) aponta como uma *imposição* do sistema eleitoral, qual seja, a utilização do recurso das coligações em disputas majoritárias, principalmente as de turno único, em que o ganhador leva tudo. Pois, segundo Jorge (Op. Cit., p.181), ao utilizar esse tipo de sistema, leva-se a um “padrão bipolar de competição que reconhecidamente decorre da fórmula majoritária”. Esse padrão bipolar acentua mais a disputa, requerendo dos agentes políticos a sua mobilização estratégica perante os pleitos disputados. Sendo assim, Braga (2006, p.241) afirma serem “as coligações [...] essenciais para a sobrevivência e nacionalização dos principais partidos”.

Encontramos em Fleischer (2006, p.142) a afirmação de que para a Ciência Política as coligações são "alianças entre partidos políticos para formar ou compor chapas de candidatos em comum para concorrer às eleições". Confirmando sua afirmação, encontramos a Lei nº 9.504 de 1997, responsável pela regulação eleitoral no território brasileiro, a qual prevê no seu artigo 6º que

é facultado aos partidos políticos, dentro da mesma circunscrição, celebrar coligações para eleição majoritária, proporcional, ou para ambas, podendo, neste último caso, formar-se mais de uma coligação para a eleição proporcional dentre os partidos que integram a coligação para o pleito majoritário (Lei nº 9.504/97 - Estabelece as Normas para as Eleições).

A separação conceitual proposta por Schmitt (1999), na sua tese de doutorado, e reafirmada na obra de Krause e Schmitt (2005) propõe a divisão clara entre *alianças eleitorais* e *coligações eleitorais*. Esses termos seriam empregados para

designar um mecanismo idêntico que funcionou em dois ciclos eleitorais distintos da política brasileira: a autorização para que dois ou mais partidos disputem eleições [...] associados de tal maneira que [...] sejam considerados como se um só fossem (SCHIMITT, 1999 p.31).

Nesse sentido, o primeiro ciclo eleitoral, cujo conceito seria *alianças eleitorais*, compreenderia o período de 1950 até 1962; e o segundo ciclo, das *coligações eleitorais*, abrangeria todo o período da redemocratização, de 1986 até a atualidade.

---

<sup>8</sup> Trataremos desse tema mais adiante neste mesmo capítulo.

Ainda que possamos conferir muita confusão quanto a esses termos na bibliografia atual, optamos por empregar neste estudo o conceito de *coligação eleitoral*, por estarmos trabalhando com o segundo período de multipartidarismo no Brasil.

A partir dessa definição conceitual, encontramos referência aos motivos que levariam os partidos a constituírem coligações. Schmitt (2005, p.22) afirma que as diferenças no plano federal e regional favorecem o emprego dessa estratégia, pois

os partidos políticos têm a sua força eleitoral desigualmente distribuída no território nacional. Os grandes partidos nacionais podem não ser necessariamente grandes em todas as unidades da Federação. Do mesmo modo, os pequenos partidos no nível federal podem dispor de uma força muito concentrada regionalmente, de tal sorte que sejam partidos grandes em determinados estados.

Entendemos, nessa proposição, a importância dos estudos em nível municipal das disputas políticas, pois, retomando Schmitt (2005), ainda que um partido não seja tão expressivo no nível federal, pode dispor de grande força em nível regional. Necessitando uma abordagem mais próxima para efetivamente comprovar essa afirmação, encontramos sustentação em Krause (2005, p.116), em que, pelas palavras da autora, as “estratégias de coligações nas unidades federativas são também um reflexo da força eleitoral e da representação dos partidos nas disputas subordinadas”.

As afirmações de Schmitt (1999, 2005) destacam como os partidos que apresentam, por vezes, pouca força política regionalmente, podem ter uma expressividade política maior no cenário estadual ou federal. Dessa forma, valoriza-se a capacidade dos partidos com menor expressividade regional de articularem coligações, prevendo resultados políticos favoráveis nas outras esferas federativas. Pensamos que esses resultados podem ser convertidos em ganhos diretos no período eleitoral, tais como ampliação de recursos financeiros, de pessoal, logísticos e/ou ampliação no Horário de Propaganda Eleitoral Gratuita. Sustentação essa que é encontrada igualmente nas obras de Jorge (2004), Schmitt (1995), Dalmoro (2005), Kinzo (2005), Machado (2005), Krause (2005), Braga (2006), Carreirão (2006) e Miguel e Machado (2007).

A história política do país apresenta a recorrência do emprego das coligações, fato destacado por Miguel e Machado (2007, p.759), ao afirmarem ser "a ampla utilização de coligações partidárias nas disputas eleitorais [...] uma das

características marcantes da vida política brasileira". Os estudos sobre as coligações remetem atualmente a obras de autores como Schmitt (1999), Jorge (2004), Krause (2005) e Carreirão (2006), em que há unanimidade em expressar o emprego das coligações como algo difundido amplamente nas disputas majoritárias.

Partindo da afirmação defendida pelos autores supracitados, levantamos considerações destacadas na obra, quanto à eficácia das coligações, em que Favetti (2004 apud MIGUEL; MACHADO, 2005, p.759) vê nas "coligações mecanismos democráticos de relacionamento que ampliam a tolerância entre interesses divergentes". Isso tornaria o instituto da coligação um instrumento para a formação de consenso político entre partidos de cunhos ideológicos divergentes. Tal abordagem favoreceria a *tolerância* entre partidos com ideologias diferentes, favorecendo o processo democrático pela busca da estabilidade política.

Souza (2005, p.33) afirma a relação entre a formação de coligações em nível majoritário e em nível proporcional ao defender a premissa que "a intensidade das alianças e coligações nas eleições proporcionais tem uma estreita relação com a disputa majoritária". Seguindo essa linha de raciocínio, Braga (2006, p.240) afirma que

os principais partidos negociam as coligações para as eleições proporcionais como uma forma de angariar apoios nas eleições majoritárias. Dessa maneira, os partidos maiores racionalmente aceitam possíveis perdas nas eleições proporcionais com a expectativa de um melhor resultado nas eleições majoritárias.

Da sua parte, os candidatos proporcionais obrigam-se a apoiar o candidato majoritário numa situação de dupla troca: ao incluir seu nome numa coligação proporcional aumenta a probabilidade de eleição, pela possibilidade de conseguir ultrapassar com maior facilidade o quociente eleitoral. A contrapartida advém do auxílio à coligação majoritária. O apoio é, muitas vezes, traduzido em recursos humanos e financeiros, bem como, no aumento do Horário de Propaganda Eleitoral Gratuita (HPEG) destinado à campanha ao Executivo. Essas afirmações são baseadas nos apontamentos feitos por Braga (Op. Cit., p.240) ao considerar que

os pequenos partidos [...], por sua vez, podem oferecer, aos seus parceiros maiores nas eleições majoritárias, além de seus votos, apoio logístico e organizacional, e um tempo adicional no horário eleitoral gratuito.

Ainda sobre os motivos que levariam partidos a se coligarem, Lima Júnior (1983 apud MACHADO, 2005, p. 52) afirma que

as alianças só podem ser compreendidas à luz da 'racionalidade contextual', o que significa que os partidos seguem uma estratégia de maximização dos votos - minimizando o apoio do oponente - que varia de acordo com a força eleitoral local de cada legenda.

Encontramos corroboração em Schmitt (1999, p.81) ao propor que "de modo geral, os partidos políticos optarão por formar coligações sempre que essa estratégia reduzir os riscos de se perder a eleição". Essa visão teórica é centrada no emprego do instituto da coligação a partir de uma visão utilitária da mesma, dado um determinado cenário de disputa política. Seria, então, a coligação a melhor estratégia a ser seguida por determinados agentes políticos, os quais, segundo Krause (2005, p.117), vão além da figura das lideranças partidárias, pois

liderança partidária não é [...] considerada apenas aquela que detém cargo de direção em um partido político, mas também parlamentares (deputados e vereadores) e políticos com cargos executivos (prefeitos e governadores). Sendo capazes de capitanear votos na arena eleitoral, em alguma medida são lideranças políticas, pois logram, no mínimo, angariar o apoio de seus eleitores.

Miguel e Machado (2007, p.759) afirmam que as tendências a construir coligações se originam no pressuposto que

para os cargos majoritários, as coligações são, muitas vezes, um subproduto das alianças firmadas com vistas às eleições proporcionais; em relação ao Poder Executivo, há a esperança de que, em caso de vitória, os partidos apoiadores sejam contemplados com cargos na administração pública.

Dessa forma, as perspectivas dos agentes políticos não visam apenas à maximização dos resultados eleitorais, mas aos benefícios que podem advir do mesmo. Para os autores supracitados, a divisão de perspectivas dos pequenos aos grandes partidos diferencia-se, pois os

partidos pequenos coligam-se aos grandes em eleições majoritárias com a intenção de receber cargos e benefícios, enquanto partidos grandes buscam apoio dos menores quando a disputa está polarizada e não existe certeza quanto ao resultado da eleição (Id., 2007, p.761).

Essa proposta antevê a lógica de ganhos individuais dentro daqueles partidos considerados pequenos. Buscando maximizar as possibilidades dos resultados que possam auxiliar na conquista de benefícios diretos, os pequenos partidos buscam compor coligações com os grandes partidos que apresentam maiores possibilidades de vitória. Esses benefícios traduzem-se, na maioria das vezes, em espaços no Executivo e cargos políticos.

Schmitt (2005, p.20) argumenta que a utilização do instituto da coligação poderá ser entendido como benéfico do ponto de vista dos partidos grandes quando, ao aceitarem partidos menores, estes “colaborem na sustentação dos candidatos majoritários”. Consideramos, portanto, que os partidos grandes lucram não somente com os votos agregados pelas legendas pequenas, porém igualmente com a ampliação da sustentação política, dos recursos financeiros e do horário de propaganda eleitoral. Ainda que o autor esteja trabalhando com a hipótese de coligações para cargos majoritários estaduais, podemos estender esse entendimento à proposição que toda coligação representa apoio e

esse apoio se traduz em recursos humanos e econômicos para a campanha eleitoral e, nos dias atuais, em aumento do tempo de propaganda eleitoral gratuita nos meios de comunicação destinados aos candidatos ao executivo (Id., 2005, p.20).

Entende-se, então, que os partidos considerados grandes aceitam os partidos pequenos buscando justamente maximizar a acumulação de votos, de recursos e de mobilização perante um candidato, como no caso da coligação majoritária. Entretanto, os ganhos seriam também em horário de propaganda eleitoral, o que favorece na ampliação da visibilidade do candidato e possivelmente na ampliação dos votos.

Outrossim, Miguel e Machado (2007, p.760) posicionam-se a favor do emprego estratégico das coligações e afirmam que “os competidores com chances reais na disputa buscam o maior número possível de apoios, não importando de onde venham, a fim de garantir a máxima vantagem sobre seus adversários”. Desconsiderando a questão ideológica para realização de coligações, assume-se a visão de que as coligações possuem características marcadamente pragmáticas quando empregadas estrategicamente. O pragmatismo seria caracterizado pela inobservância de parâmetros na composição de coligações, buscando aglutinar partidos, não fazendo distinção quanto às suas origens e/ou orientações ideológicas. Carreirão (2006, p.157), ao estudar as coligações eleitorais nas disputas municipais do estado de Santa Catarina, destaca que “as coligações –de qualquer tipo- têm um rendimento superior às candidaturas isoladas; para o caso das eleições a prefeito”. Esse posicionamento é corroborado por Miguel e Machado (2007, p.760), pois, estudando as coligações nas eleições municipais de 2000 e 2004, destacam que “o

arranjo institucional brasileiro tem privilegiado a constituição de coligações, independentemente da orientação ideológica dos participantes”.

Santos (2006, p.286) defende o pressuposto que "em competições majoritárias [...] vence a disputa quem for capaz de atrair o voto do eleitor localizado no centro do espectro ideológico". Dessa afirmação entendemos que as coligações, quando constituídas de uma forma pragmática, tendem a deslocar a candidatura para o centro, ou nas proximidades, do espectro ideológico, alcançando, assim, um maior número de eleitores. Enfim, concluindo esse ponto de argumentação, entendemos como verdadeira a afirmação que "nenhum candidato pode pretender ganhar as eleições, nesse tipo de pleito, se permanecer em uma das extremidades do espectro, à direita ou à esquerda", (Id., 2006, p.286) justamente por não conseguir somar os votos da região central do espectro ideológico de eleitores.

Trazendo ao estudo da coligação em questão, liderada pelo Partido dos Trabalhadores, Fleischer (2002, p.90) afirma que, no caso das candidaturas apresentadas pelo PT, “os candidatos petistas que obtiveram maior sucesso em 2000, foram justamente os mais ‘pragmáticos’”. Expandimos essa proposição prevendo que, a partir dos resultados de 2000, o melhor posicionamento estratégico do Partido dos Trabalhadores seria, em eleições futuras, a ampliação dos partidos com que apresentasse possibilidade de se coligar.

Ainda sobre 2000 e 2004, Miguel e Machado (2007, p.766) destacam que, nacionalmente, “não há legenda com a qual os petistas não tenham, em algum município, se coligado”. Preveem os autores que os principais partidos nacionalmente aliados do PT são “as legendas ligadas à esquerda: PDT, PSB, PPS e PCdoB” (Id., Ibid., p.766), porém o visto é que essas não são as únicas legendas com quem o PT opta por coligar-se, tendendo a gradualmente levar o bloco para o centro do espectro ideológico. Porém, ao analisar o caso específico do cenário político do Rio Grande do Sul em 2000 e 2004, Miguel e Machado (Op. Cit., p.766) destacam o fato de que “o PDT participou de 67,9% das coligações integradas pelo PT, mas o PMDB, principal adversário local, não passou de 3,2%”.

Meneguello (2003, p.40) defende que a transformação do Partido dos Trabalhadores ocorreu depois da década de 90, pois o mesmo “estabeleceu-se de forma efetiva a partir das experiências do governo local e da dinâmica política ali definida, e pela posição de aglutinador de forças políticas que veio assumindo”. Essa

posição de concentrador de forças seria o resultado da expressividade política, o que culminaria na política de alianças do Partido dos Trabalhadores que “sofreu em 2002 uma ‘superampliação’ pragmática do leque de forças” (MENEGUELLO, 2003 p. 46), fixando novos parâmetros para as coligações futuras.

Outro ponto que destacamos na bibliografia trata da sustentabilidade do governo eleito, remetendo às *coalizões*. O termo coalizão refere-se ao conjunto de partidos que fornecem apoio político ao governo dentro da casa legislativa. Essa governabilidade é atingida através de acordos e negociações entre o Poder Executivo e os partidos, o que muitas vezes envolve distribuição de cargos dentro do Executivo, bem como liberação de verba aos projetos apresentados pelas bancadas governistas. Encontramos em Abranches (1988) o primeiro interlocutor dessa idéia, ao cunhar o conceito *Presidencialismo de Coalizão*. Segundo esse autor, a governabilidade do Executivo dependeria da sua estratégia de negociação com os partidos ocupantes do Legislativo através de cargos e postos dentro do próprio Poder Executivo, bem como na liberação de verbas para os principais partidos apoiadores. Essa premissa pode ser aplicada a todas as instâncias governamentais, não somente ao Executivo Federal, mas bem como ao Estadual e ao Municipal.

Analisando a sociedade brasileira e destacando as suas diversas clivagens e diferenças, Abranches (Op. Cit., p.20) antevê como uma "necessidade, mais ou menos frequente, de recurso à coalizão interpartidária para formação do Executivo (gabinete)". Esse fato se dá devido "a fragmentação partidário-eleitoral, por sua vez ancorada nas diferenciações sócio-culturais; é improvável a emergência sistemática de governos sustentados por um só partido majoritário" (Id., Ibid., p.20-21). A necessidade de empregar coalizões estaria ligada diretamente à incapacidade das elites políticas brasileiras em negociarem com os partidos ocupantes dos governos programas políticos.

Ainda que tenhamos em Schmitt (1999) um grande defensor do emprego das coligações, o autor percebe e destaca a falha desse instituto no sistema brasileiro. Segundo ele, mesmo havendo permissão legal (segundo últimos entendimentos do TSE) para ocorrência de coligações proporcionais entre os partidos coligados majoritariamente, “as coligações eleitorais têm [...] uma existência efêmera, não se exigindo que se convertam necessariamente em coalizões parlamentares” (Id., 1999, p.77). Coloca-se, dessa forma, em dúvida a real aplicação das coligações para a

estabilidade política após a eleição, visto que não são obrigadas, em nenhum momento, a transformarem-se em coalizões, buscando fornecer sustentabilidade aos governos eleitos.

A solução para construir a sustentação poderia ser encontrada na visão defendida por Abranches (1988) ao propor a negociação de cargos e liberação de verbas entre os partidos que formam a base governista. Considerando, igualmente, a extensão teórica proposta por Santos (2006, p.285) ao defender a inclusão do elemento *políticas públicas*, através da negociação entre os partidos para a construção "de um programa bem definido de políticas defendido pelos parceiros". Esse programa seria fruto do processo de negociação entre os partidos, buscando o consenso entre os diferentes ideais programáticos e estatutários.

Entendemos, então, que as *coalizões* são formadas para fornecer sustentação política dentro das casas legislativas para os governantes, proporcionando a aprovação dos projetos necessários para a implementação do programa de governo. Essas coalizões seriam frutos de uma elaborada negociação, a qual necessita ser constantemente revisada, devido às alterações das demandas políticas oriundas da população e dos interesses políticos. A estratégia empregada para a sua completude envolve, entre outros pontos, também a distribuição de cargos no Executivo.

## 1.2 O EMPREGO ESTRATÉGICO DAS COLIGAÇÕES

Tal como podemos ver na sessão anterior, o recurso do instituto da coligação apresenta consenso como sendo empregado de forma estratégica, visando a maximização dos resultados eleitorais. Entendemos que o estudo do mesmo se encaixa no posicionamento racional dos partidos e candidatos perante a arena eleitoral, visto que a decisão de criar ou ingressar em uma coligação apresenta-se como uma ação com dependência direta da possibilidade real de eleição.

Stoker e Marsh (1995, p.76, tradução nossa) afirmam que "partidos são tidos por serem unicamente motivados pelo desejo de serem eleitos, competindo por votos". Definindo o posicionamento dos mesmos à competição por votos, a maximização dessa intenção é apresentada em nosso estudo através do emprego do recurso da coligação eleitoral. O objetivo principal da construção de uma

coligação durante um processo eleitoral apresenta-se como sendo o agrupamento entre partidos políticos, buscando através dessa ampliação aumentar as chances de vitória. A partir desse entendimento, encontramos razão para empregar como fundamentação teórica nesta pesquisa os conceitos e recursos oriundos da Teoria da Escolha Racional. Esse posicionamento é encontrado em Braga (2006, p.229), quando a autora afirma que

as coligações constituem um aspecto do comportamento partidário que deve ser explicado a partir da premissa de que esse fenômeno político é racional. Isso significa que as estratégias seguidas pelos diferentes partidos visando a sua sobrevivência e crescimento são consistentes com o principal objetivo almejado por um partido na arena eleitoral, qual seja, maximizar o apoio eleitoral.

Encontramos reafirmado a supra citada argumentação nas palavras de Souza (2005, p.40) ao declarar que o emprego de coligações eleitorais em disputas majoritárias

tem uma forte influência na formação de alianças para disputas de cargos proporcionais num sistema multipartidário. Tal conclusão se encaixa dentro da perspectiva teórica da escolha racional, isto é, os cálculos feitos pelos partidos para participarem das coligações em ambas as situações buscam a maximização do ganho eleitoral.

Oriunda originariamente da matemática e da economia, a Teoria da Escolha Racional é um dos desdobramentos dos estudos sociológicos e políticos influenciados pela Teoria dos Jogos. A Teoria dos Jogos, segundo Fiani (2006, p.9, grifo do autor), "ajuda a entender *teoricamente* o processo de decisão de agentes que interagem entre si, a partir da compreensão da lógica da situação em que estão envolvidos". Ao estudar a interação estratégica entre os agentes, em que os mesmos definirão suas estratégias, dadas as estratégias que outros jogadores escolhem, "a Teoria dos Jogos lida com a escolha racional quando há interdependência estratégica, as escolhas estratégicas dos outros afetam a escolha ótima de um indivíduo e vice-versa" (STOKER; MARSH, 1995, p.77, tradução nossa). Consideramos nesse caso a interdependência entre a busca pela aprovação no escrutínio em pleitos majoritários e o emprego de coligações para atingir a votação necessária, aglutinando vários partidos sobre a mesma bandeira. Para Osborne e Rubinstein (1994 *apud* RODRIGUES, 2008, p.17) encontramos a constatação que

a Teoria dos Jogos é um conjunto de ferramentas criadas para auxiliar o entendimento dos fenômenos observados quando tomadores de decisão (jogadores) interagem entre si. Partindo do pressuposto de que os tomadores de decisão agem racionalmente na busca de seus objetivos.

A Teoria da Escolha Racional é a aplicação direta desse pensamento, prevendo que os agentes fundamentem suas escolhas na racionalidade, deixando, ao largo, de considerar os fatores subjetivos. Conhecendo essa falha, ainda assim trabalharemos com essa abordagem teórica por ela prever mais pontualmente o emprego de determinadas ações. Destacando a afirmação de Stoker e Marsh (1995, p79, tradução nossa), em que "o mais importante comprometimento da teoria da escolha racional é que há importantes formas de comportamento político que são resultados de escolhas feitas visando eficientes formas de atingir determinados objetivos". No caso em questão, o emprego, a construção e a afirmação de uma coligação têm como objetivo a ampliação das possibilidades de vitória de um determinado bloco de partidos.

Consideramos, então, a Teoria da Escolha Racional como sendo aquela que se propõe "a explicar o comportamento social e político assumindo que as pessoas agem racionalmente" (BAERT, 1997). Para tanto, assumir esse tipo de comportamento racional causa abstrações nas análises, o que segundo Fiani (2006, p.9-10)

significa excluir da análise todos os fatores particulares e acidentais que podem afetar o resultado do processo em estudo, o que não quer dizer em absoluto que esses fatores não possam ser importantes na determinação do resultado final em uma situação concreta específica.

Por derivar de uma abordagem que analisa comportamentos dados como racionais, a Teoria da Escolha Racional fundamenta-se na definição de premissas, a partir das quais será feita a análise do comportamento dos jogadores. A nossa abordagem basear-se-á nas seguintes premissas: 1. os jogadores (partidos políticos) agem de forma racional; 2. os jogadores apresentam preferências sobre determinadas opções e efetuam escolhas; 3. como objetivo principal, todo partido político busca ganhar a eleição<sup>9</sup>; 4. perseguindo o objetivo principal, um partido

---

<sup>9</sup> Ainda que haja ocorrência de partidos que optem expressamente por concorrer apenas para demarcar posições ideológicas e políticas, entendemos não ser o rumo das ações preferencialmente definido para os partidos.

efetuará escolhas que buscam maximizar o seu próprio interesse ou ampliar suas chances de eleição<sup>10</sup>.

Para Fiani (2006, p.13), "assumir que os agentes são racionais significa supor que os indivíduos empregam os seus recursos mais adequados aos objetivos que almejam, sejam quais forem os objetivos"<sup>11</sup>. Desse entendimento, percebemos que essas escolhas são tomadas dentro de uma gama restrita de opções, devido às consequências advindas de escolhas anteriores, relacionando-se a várias áreas. Nossa pesquisa, entretanto, não considerará a ligação da política com outras temáticas a não ser a do benefício político e benefício próprio<sup>12</sup>.

Concordamos com a definição que a Teoria da Escolha Racional se propõe a estudar fenômenos políticos e sociais, ainda que para explicá-los utilize abordagem economicista. Essa abordagem teórica é utilizada para "prever os padrões de comportamento de um determinado grupo de pessoas" (BAERT, 1997). Por buscar prever padrões de comportamento, essa teoria incorre na desconsideração dos fatores subjetivos dos agentes, considerando como pressuposto basilar que os indivíduos agem tão somente de forma racional. Para Stoker e Marsh (1995, p.79, nossa tradução), a "Teoria da Escolha Racional assume que todos os indivíduos possuem capacidade racional, tempo e desapego emocional para escolher o melhor curso de ação, não importando quão complexa é a escolha". Como dito anteriormente, isso corrobora nossas ressalvas ao emprego desse referencial teórico; porém, manteremos em nosso trabalho esse princípio, ponderando as afirmações de Downs (1957), de que políticos e eleitores agem racionalmente, como verdadeiras. Em nosso caso específico, por estarmos tratando, algumas vezes, com agentes políticos isolados, consideramos como grupo de pessoas todos aqueles

---

<sup>10</sup> Consideramos aqui que, em disputas políticas tais como as majoritárias de turno único ou não, em que os jogadores agem de acordo com interesses individuais e egoístas. Como veremos a seguir, jogos nos quais o vencedor leva tudo tendem a requerer esse tipo de posicionamento dos jogadores.

<sup>11</sup> A noção de racionalidade de Fiani (2006) apresenta destaque ao fato de que ela exclui qualquer tipo de julgamento ou avaliação de natureza moral ou ético. A Teoria dos Jogos, e por consequência a Teoria da Escolha Racional, não apresenta como pressuposto teórico fundamentos morais. Isso se justifica ao analisarmos diferentes tipos de jogos, pois observamos que a questão estratégica dos jogadores prevê o desligamento emocional dos mesmos, tal como citado por Stoker e Marsh (1995).

<sup>12</sup> Admitindo as falhas dentro da Teoria da Escolha Racional, não consideramos sua abordagem epistemológica falha, apenas falível. Portanto, limitando a abordagem proposta para analisar o comportamento tomado como racional, acreditamos ser possível manter esse referencial teórico. Para maiores considerações sobre as falhas, críticas e ressalvas quanto à Teoria da Escolha Racional indicamos a leitura de Stoker e Marsh (1995).

envolvidos diretamente na construção e organização da coligação, todos capazes de tomar decisões racionais. Incluímos em nossa análise não somente os partidos políticos representados por seus presidentes, mas também figuras expoentes do cenário político.

A racionalidade nesse ponto, como arguida por Baert (1997) "significa que, ao agir e interagir, os indivíduos têm planos coerentes e tentam maximizar a satisfação de suas preferências ao mesmo tempo em que minimizar os custos envolvidos". A maximização dos resultados, com o menor custo possível, definindo os indivíduos ou agentes, nesse caso, como aqueles relacionados na construção e organização da coligação. Sendo exatamente esse o ponto que defendemos ao afirmar a construção da coligação ter como fim definido o de ampliar a possibilidade de atingir a vitória, correlatamente minimizando as possibilidades de resultados negativos nos pleitos disputados. Esse ponto de vista é defendido por Schmitt (2005, p.21) ao afirmar que "os partidos políticos optarão por formar alianças sempre que essa estratégia reduzir o risco de se perder a eleição".

Fundamentando nosso pensamento na Teoria dos Jogos, partimos da análise de que eleições majoritárias, sejam elas de turno único ou apresentem possibilidade de segundo turno, encaixam-se no conceito de jogos nos quais o vencedor leva tudo (*winner takes all*). Esse tipo de jogo prevê a vitória de apenas um dos jogadores, o qual receberá exclusivamente o "prêmio". As eleições majoritárias, no sistema brasileiro, apresentam-se como forma eleitoral pela qual se escolhem os cargos máximos dos poderes executivos. Afirmação sustentada por Machado (2005, p.43-44), pois segundo a autora, a representação majoritária é baseada na idéia de "identificar o interesse do maior número de pessoas".

Por fim, desconsideramos o ponto da ação subjetiva dos indivíduos ao utilizarmos esse referencial teórico. Tratando da funcionalidade das escolhas racionais tomadas pelos agentes políticos quanto à construção e organização de uma coligação majoritária, acreditamos que essa abordagem teórica é adequada. O emprego desse instituto apresenta como base a premissa de que "os cálculos feitos pelos partidos para participarem das coligações [...] buscam a maximização do ganho eleitoral" (SOUZA, 2005, p.40). Consideramos, então, que as coligações apresentam como fim último não somente a aglutinação de votos em um determinado candidato, mas reduzir a margem probabilística de derrota em um jogo

com apenas um vencedor, tal como os pleitos de disputa majoritária, afetando positivamente os atores políticos que optam por empregar esse recurso.

## 2 ARRANJO ELEITORAL EM NOVO HAMBURGO DE 1982 A 2004

Neste capítulo, retomaremos o histórico das eleições em Novo Hamburgo durante o período de 1982 a 2004. Através desta reconstrução, pretendemos firmar os padrões de preferência dos eleitores de Novo Hamburgo. Para tal, analisaremos os resultados das eleições majoritárias e proporcionais no referido município nos últimos 22 anos.

### 2.1 O PLEITO DE 1982

A eleição de 1982 apresenta-se com destaque no cenário eleitoral nacional. Foi marcada por ser um pleito no qual estavam em disputa quase todos os cargos, exceto o cargo de Presidente da República, de prefeitos das capitais e das áreas consideradas de segurança nacional. Correspondeu à utilização de uma amarra legal, conhecida como *voto vinculado*<sup>13</sup>, articulada para favorecer o partido governista, na época o PDS.

Sobre as condições estruturantes desse período, Dantas (2007, p.46) afirma que

em 1979, a Lei nº 6.767 proibiu [...] as coligações para as disputas proporcionais, permitindo os acertos em pleitos majoritários. [...] Além disso, permitiu a reorganização de um sistema pluripartidário, que assistiu ao surgimento de legendas como o PTB, o PDT, o PP e o PT. [...] Apesar das permissões legais de 1979, as eleições de 1982 foram marcadas pelo [...] voto vinculado.

O sistema eleitoral do período, regulado na forma da Resolução nº 11.455/1982<sup>14</sup> do Tribunal Superior Eleitoral, permitia a cada partido apresentar chapas desvinculadas entre candidatos a prefeito e a vice. Dessa forma, era facultado a cada partido concorrente inscrever até três candidatos a prefeito e um a vice.

Considerando essa situação, observamos que tanto os dados sobre a disputa majoritária como sobre a eleição proporcional em Novo Hamburgo, expressam a

---

<sup>13</sup> Em 1982, as eleições foram simultâneas para os cargos de Governador, Senador, Deputado Federal e Estadual, Prefeito e Vereador. O instituto do voto vinculado previa a obrigatoriedade dos partidos indicarem candidatos para todos os cargos em disputa de nível estadual, incorrendo em impugnação dos registros dos cargos municipais aqueles partidos que não o fizessem.

<sup>14</sup> Fonte: TSE.

vitória da oposição, representada na época pelo PMDB, tal como explicitado nas Tabelas 1 e 2.

Eleito com 28,22% dos votos, o candidato a prefeito de Novo Hamburgo pelo PMDB, Atalíbio Foscarini, apresenta como integrante da sua chapa o vice-prefeito Hélio Feltes. Nessa eleição, os candidatos do PMDB somaram 49,39% dos votos válidos do pleito, caracterizando uma ampla preferência dos eleitores. Já o PDT e o PDS atingiram, respectivamente, 20,5% e 12,3% de apoio do eleitorado.

A partir desses resultados de 1982, podemos observar que a disputa foi polarizada pelo PMDB e o PDT, partidos aglutinadores de votos e das preferências dos eleitores. Destaca-se a fraca votação do PDS no município, apesar da sua condição de governista em nível federal.

**TABELA 1. Eleição Majoritária de 1982**

Partido	Candidato	% de Votos Válidos
PDS	Urbano Arneke	8,27%
PDS	Joaquim Luft	5,09%
PDS	Otto Dietrich	2,01%
PDT	Manassés Goulart	13,64%
PDT	Moacir Yllana	2,98%
PDT	Seno Ludwig	3,99%
PT	Gilmar dos Santos	2,39%
PMDB	Atalíbio Antônio Foscarini	28,22%
PMDB	Paulo Schüller	11,10%
PMDB	Waldir Schilling	10,07%
	Votos Brancos	12,23%
	Total de Votos Válidos	100%

Fonte: Dados extraídos da edição do Jornal NH de 19/11/1982.

No caso dos dados relativos às eleições majoritárias, a coluna *Partido* refere-se também, nos casos em que ocorre, aos partidos coligados, considerando o primeiro partido citado como o *cabeça de chapa*. O percentual de *votos válidos* corresponde à votação em cada pleito específico, subtraída dos votos nulos e abstenções, até o pleito de 1998. A partir de 2000, não são mais computados os *votos em branco* para a composição do percentual de votos válidos, em acordo com

a Lei nº 9.504 de 1997<sup>15</sup>. Nas tabelas que descrevem os resultados das eleições proporcionais, consideramos o partido ou coligação responsável pela eleição dos candidatos e na segunda coluna, o percentual de cadeiras ocupadas é obtido sempre a partir do número de vagas disputadas, constando as mesmas nas observações dos subtópicos.

No caso da Câmara de Vereadores, observamos também a dominância da ocupação de vagas pelo PMDB, o qual conquistou de 11 das 21 cadeiras em disputa. Outrossim, o resultado observado no nível proporcional não acompanha o pleito majoritário, visto que o PDS elegeu 33,33% das cadeiras (7 cadeiras), comparativamente com os 12,3% conquistados na eleição para prefeito. Ainda que o PDT tenha somado 20,5% na eleição para prefeito, na Câmara de Vereadores ficou com 3 cadeiras.

As discrepâncias estão relacionadas às figuras dos candidatos que concorreram ao executivo municipal, caracterizando o voto personalista. Tal afirmação encontra suporte em Amorim (2006) ao destacar a marcante característica eleitoral de 1982, encontrada nos estudos de Silva (1984 *apud* AMORIM, 2006, p.170), os quais, realizados no Sul do País, “captaram o personalismo como elemento catalisador do voto nas eleições de 1982 em Porto Alegre”. Essa característica apresenta-se muito forte em municípios de pequeno e médio porte, como era Novo Hamburgo na época, conjuntamente marcado por ser uma sociedade política predominantemente masculina; corroborando com a definição que “os vínculos personalistas entre eleitores e candidatos tendem a ser mais fortes onde as raízes partidárias na sociedade são mais fracas” (Id., 2006, p. 170).

**TABELA 2. Eleição Proporcional de 1982**

Partido	Percentual de Cadeiras Ocupadas	Número de cadeiras ocupadas
PMDB	52,38%	11
PDS	33,33%	7
PDT	14,29%	3
Total	100%	21

Fonte: Dados extraídos da edição do Jornal NH de 19/11/1982.

<sup>15</sup> Fonte: TSE.

## 2.2 A ELEIÇÃO DE 1988

O primeiro pleito municipal após o fim do regime autoritário foi marcado por uma forte disputa política em Novo Hamburgo. Concorreram quatro chapas, sendo que a disputa ficou polarizada entre o candidato do PDT, Américo Copetti, e Paulo Ritzel, representando o PMDB. Respectivamente, atingiram 34,63%, e, 40,53% dos votos válidos da eleição, mantendo o PMDB à frente da gestão municipal. Os votos nulos no pleito em questão representaram 5,30% do total de votos computados.

O PDT, lançando como candidato uma figura política de maior força, buscou, em 1988, fazer frente ao PMDB. Américo Copetti apresentava uma vida política distinta, tendo sido vereador no município e deputado estadual por duas legislaturas. Pelo PMDB, candidata-se Paulo Ritzel, então deputado estadual, buscando repetir a votação com base nos resultados conquistados em 1982.

Tanto o PDS como o PT apresentaram candidatos com destaque pessoal, porém sem histórico político marcante. Do lado do PDS, o candidato Edi de Souza Pinto, advogado, teve sua candidatura lançada de forma substitutiva a de Paulo Martins, que desistiu de concorrer, não conseguindo atingir o resultado de nenhum dos candidatos do partido no pleito de 1982. Genésio Bobsin, pastor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, trouxe para o PT um crescimento no resultado, oriundo, possivelmente, da ligação com a Igreja Evangélica Luterana no município e com a população de origem germânica.

**TABELA 3. Eleição Majoritária de 1988**

Partido	Candidato	% de Votos Válidos
PDS	Edi de Souza Pinto	1,62%
PT	Genésio Bobsin	7,22%
PDT	Américo Copetti	34,63%
PMDB	Paulo Artur Ritzel	40,53%
	Votos Brancos	15,99%
	Total de Votos Válidos no Pleito	94,70%

Fonte: Dados extraídos da edição do Jornal NH de 18/11/1988.

Afirmando-se a hegemonia política do PMDB na eleição majoritária, o mesmo foi observado no caso da disputa proporcional. A divisão maior das cadeiras foi seguida pelos dois partidos que obtiveram mais votos no pleito majoritário. Como observamos na Tabela 4, na disputa de 11 cadeiras, o PMDB conquistou 5, enquanto o PDT elegeu 4 representantes. PT e PDS se igualaram no número de cadeiras, cada um conquistando uma vaga de vereador. Os dados mostram que, ainda tendo um fraco desempenho majoritariamente, o PDS manteve um representante no Poder Legislativo. Ocorrendo uma desvinculação entre as duas disputas pelo partido, o mesmo apresenta um forte declínio de votação no período de transição do regime autoritário para o democrático.

**TABELA 4. Eleição Proporcional de 1988**

Partido	% de Cadeiras Ocupadas	Número de cadeiras ocupadas
PMDB	45,45%	5
PDT	36,36%	4
PT	9,09%	1
PDS	9,09%	1
Total	100%	11

Fonte: Dados extraídos da edição do Jornal NH de 18/11/1988.

A redução de 10 vagas para o Poder Legislativo municipal ocorreu devido à Resolução 14.520/1988<sup>16</sup> do Tribunal Superior Eleitoral, que previu, no seu artigo 3º, o emprego do princípio da representação proporcional, assim como, no artigo 5º, remetia a decisão sobre do número de vereadores de cada município aos Tribunais Regionais Eleitorais de cada estado.

### 2.3 O PLEITO DE 1992

A eleição de 1992 foi a primeira em que foi permitida o emprego do instituto das coligações nos pleitos majoritários, possibilidade prevista pela Lei nº 8.214/1991<sup>17</sup>, responsável pelo regramento das eleições nesse ano.

<sup>16</sup> Fonte: TSE.

<sup>17</sup> Fonte: TSE.

Mesmo com a possibilidade de realizar coligações partidárias, o PMDB optou por disputar sozinho esse pleito. Mais uma vez reafirmou sua dominância no município, atingindo a marcante votação de 63,21% dos votos válidos. A chapa peemedebista era encabeçada por Atalábio Foscarini, o qual ocupara a prefeitura nos anos de 1982 a 1986. Tal com observamos na Tabela 5, o segundo lugar ficou com a coligação PDT/PCdoB. O terceiro lugar coube ao PT, que manteve o patamar de votação comparativamente com a eleição anterior. Seguindo na quarta colocação, encontramos a coligação PDS/PL, que apresentou um crescimento de quase 2 pontos percentuais em relação a 1988. Por último, a coligação PRN/PSC angariou 3,26% dos votos do pleito. Dentre os eleitores, o voto nulo representou a opção de 6,18%, não sendo contabilizados para o cálculo do percentual de votos válidos.

A candidatura de Atalábio Foscarini para prefeito ajudou o PMDB a ampliar sua média de votação que vinha obtendo no município. Em contrapartida, o PDT sofreu uma acentuada queda no percentual de sua votação, em grande parte devido à força política do candidato do PMDB. O PDS ampliou um pouco a sua votação, comparativamente ao pleito anterior, possivelmente ao se coligar com o PL. O Partido dos Trabalhadores manteve, em média, uma votação muito similar ao atingido em 1988.

**TABELA 5. Eleição Majoritária de 1992**

Partido	Candidato	% de Votos Válidos
PMDB	Atalábio Antônio Foscarini	63,21%
PDT/PCdoB	Renan Schaurich	14,19%
PT	Milton Sá	6,19%
PDS/PL	Níveo Friedrich	3,49%
PRN/PSC	Airton Santos	3,26%
	Votos Brancos	9,66%
	Total de Votos Válidos no Pleito	93,82%

Fonte: TRE-RS.

O cenário da disputa parlamentar municipal retornou a contar com 21 cadeiras. O resultado foi similar ao pleito majoritário, no qual o PMDB conquistou 11 delas, enquanto o PDT apresentou uma ligeira ampliação no número de vereadores, de 4 para 5. Destaca-se o surgimento do PTB no cenário legislativo municipal,

elegendo 3 vereadores. PT e PDS apresentam uma significativa diminuição nos percentuais de espaço legislativo, entretanto mantiveram uma cadeira cada.

**TABELA 6. Eleição Proporcional de 1992**

Partido	Percentual de Cadeiras Ocupadas	Número de cadeiras ocupadas
PMDB	52,38%	11
PDT	23,81%	5
PTB	14,29%	3
PT	4,76%	1
PDS	4,76%	1
Total	100%	21

Fonte: TRE-RS.

A manutenção da administração municipal pela terceira vez consecutiva tem relação com o crescimento da bancada do PMDB no Legislativo, ampliando de 5 para 11 vagas na Câmara de Vereadores. Mantendo-se em segundo lugar, o PDT amplia em uma cadeira a sua bancada em comparação com 1988. PT e PDS mantiveram seus índices de votação estáveis, assim como o número de cadeiras ocupadas, apesar da ampliação no número de vagas disputadas. Por outro lado, destaca-se a inserção do PTB no cenário legislativo municipal.

#### 2.4 A ELEIÇÃO DE 1996

A eleição de 1996 foi marcada pela quebra da hegemonia do PMDB no município na disputa majoritária. Concorreram quatro chapas, sendo que duas delas utilizaram do emprego de coligações. Pela primeira vez em 14 anos de dominância no município, o PMDB não conseguiu se manter na prefeitura, ficando ao encargo do PDT o comando da administração municipal. Desta forma, ampliou-se a polarização na cidade entre as duas legendas. Todavia, observamos a inserção de um novo agente na balança do poder: a coligação partidária *Frente Popular* - PT, PSB e PCdoB.

Concorrendo novamente ao cargo de prefeito pelo PMDB, Paulo Ritzel não conseguiu refazer a sua votação de 1988. Contrariando a tendência dos pleitos anteriores, o candidato da coligação PDT/PPB, José Airton dos Santos, conquista a

vitória, somando 55,26% dos votos válidos do pleito. Comparativamente o PDT triplicou a votação da eleição de 1992. Saindo vitorioso em um período de crise nacional e internacional no mercado do calçado, principal indústria do município, assim como de outros setores da economia. Sua vitória está vinculada ao esgotamento do plano de governo apresentado pelo PMDB para o município, bem como com a inaptidão da gestão anterior em buscar efetivas respostas à crise do setor coureiro-calçadista. Sendo o candidato do PDT um grande empresário do ramo ligado ao calçado, apresentava-se como possível salvador desse segmento. Outro reflexo do fim da hegemonia do PMDB foi o crescimento do PT, conjuntamente com o PSB e PCdoB, duplicando a votação em apenas 4 anos. O PL, concorrendo pela primeira vez no município, apresenta votação pouco expressiva, ficando abaixo dos votos brancos do pleito.

**TABELA 7. Eleição Majoritária de 1996**

Partido	Candidato	% de Votos Válidos
PDT/PPB	José Airton dos Santos	55,26%
PMDB	Paulo Artur Ritzel	27,12%
PT/PSB/PCdoB	Tarcisio Zimmermann	12,70%
PL	Mauro Brochier	2,05%
	Votos Brancos	2,86%
	Total de Votos Válidos	93,46%

Fonte: TRE-RS.

A quebra da hegemonia do PMDB no Poder Executivo repercutiu no resultado do pleito proporcional. Das 21 cadeiras da Câmara de Vereadores em disputa, o PMDB encolheu a sua bancada de 11 em 1992 para 7 representantes em 1996. Essa queda na votação acompanhou o fraco desempenho da candidatura majoritária apresentada nesse pleito. A vitória do PDT também demonstrou um acréscimo ao número de vereadores do partido, que, em 1996, conquista 6 cadeiras, ampliando em mais uma vaga a sua bancada, em comparação com 1992. A coligação PT/PSB/PCdoB elegeu 3 cadeiras, mesmo resultado atingido pelo PPB. O PTB apresentou perda na sua representação no Legislativo, ficando com apenas 2 vereadores.

TABLEA 8. Eleição Proporcional de 1996

Partido	Percentual de Cadeiras Ocupadas	Número de cadeiras ocupadas
PMDB	33,33%	7
PDT	28,57%	6
PT/PSB/PCdoB	14,29%	3
PPB	14,29%	3
PTB	9,52%	2
Total	100%	21

Fonte: TRE-RS.

## 2.5 O PLEITO DE 2000

A eleição de 2000 foi marcada por dois importantes aspectos: o primeiro, advindo pela Resolução nº 20.563/2000<sup>18</sup> do TSE, a qual estabelecia a não computação dos *votos em branco* para o cálculo dos votos válidos. O segundo, pela aprovação, em 1997, da PEC nº16, permitindo a candidatura à reeleição dos chefes dos Executivos – presidente, governadores e prefeitos<sup>19</sup>, bem como estipulando outras alterações no processo eleitoral, tais como a coincidência dos calendários nas eleições para presidente e governadores.

Nesse pleito, a disputa foi novamente polarizada pelas coligações lideradas pelo PDT e pelo PMDB, reafirmando a construção de dois grandes adversários políticos em Novo Hamburgo. O embate pela manutenção do poder político em Novo Hamburgo foi marcado pela ampliação das coligações. O PDT coliga-se com o PSDB, PFL e PTB, reelegendo para o cargo o então prefeito Airton dos Santos, com uma pequena vantagem de votos, somando 46,64% do eleitorado.

Como observamos na Tabela 9, utilizando pela primeira vez do instituto da coligação, o PMDB atingiu 42,49% dos votos. A coligação da esquerda – PT, PSB e PCdoB - registrou um declínio na votação entre os dois pleitos. Seu desempenho está relacionado à baixa inserção política do candidato apresentado, assim como

<sup>18</sup> Fonte: TSE.

<sup>19</sup> Sobre esse tema, sua importância e controvérsias, recomendamos a discussão realizada por Moacir Mendes de Souza no artigo "Reflexões Acerca do Instituto da Reeleição".

reflexos do desgaste sofrido na gestão do Governo Olívio Dutra, de 1998 a 2002<sup>20</sup>. Tanto o PV como o PSC apresentaram inexpressiva votação, ficando abaixo dos votos brancos.

**TABLEA 9. Eleição Majoritária de 2000**

Partido	Candidato	% de Votos Válidos
PDT/PSDB/PFL/ PTB	José Airton dos Santos	46,64%
PMDB/PPB/PL	Jair Foscarini	42,49%
PT/PSB/PCdoB	Alécio Bloss	9,96%
PV	Roberto Winkler	0,57%
PSC	Carlos Schneider	0,33%
	Votos Brancos	2,91%
	Votos Nulos	2,93%
	Total de Votos Válidos	94,16%

Fonte: TRE-RS.

As diferenças entre os pleitos de 1996 e 2000 estão nos partidos coligados. Passando o PPB para o lado do PMDB, o PDT busca novos partidos para compor a sua chapa, trazendo para a sua coligação um caráter mais pragmático ao incluir o PTB, o PSDB e o PFL. Outro fator de destaque foi o acirrado resultado obtido pelos partidos.

Após uma gestão marcada por inúmeras denúncias de corrupção, desvio de verbas públicas, gastos exorbitantes e ações de improbidade administrativa; o PDT foi obrigado a compor com outros partidos, pois aqueles que deram sustentação ao primeiro governo ou optaram por apresentar candidatura própria, ou compuseram a coligação liderada pelo PMDB. O desgaste do governo pedetista refletiu na diminuição de votos recebidos pela coligação que encabeçava. A aprovação eleitoral do PDT foi reflexo dos altos investimentos realizados em publicidade no ano de 2000, acima da média dos três anos anteriores. Fato esse que forneceu substancialidade para o Ministério Público Estadual ingressar na justiça contra o prefeito.

<sup>20</sup> A gestão do governo do estado do Rio Grande do Sul de 1998 a 2002 foi liderada pelo PT, representado na figura do então governador Olívio Dutra.

O PMDB lançou como seu candidato uma figura bastante conhecida no meio político de Novo Hamburgo: Jair Foscarini. Sua candidatura foi favorecida pela trajetória de vereador mais votado em 1992, bem como pelo seu vínculo familiar – sobrinho do ex-prefeito Atalábio Foscarini (de 1982 a 1986 e 1992 a 1996). O peemedebista conseguiu acumular votos ao longo de uma disputada eleição, sendo derrotado por uma diferença de 4,15 pontos percentuais.

A eleição proporcional, tal como a disputa majoritária, foi caracterizada pela polarização entre as candidaturas do PDT e do PMDB, elegendo 7 e 5 vereadores, respectivamente. A Tabela 10 apresenta os dados desse pleito, no qual o PPB manteve-se estável com 3 vagas ocupadas, a coligação PT/PSB/PCdoB elegeu 2 vereadores, perdendo uma cadeira em relação ao pleito anterior. O PTB e a coligação proporcional formada pelo PSDB e PFL conquistaram ambos duas cadeiras na Câmara de Vereadores.

**TABELA 10. Eleição Proporcional de 2000**

Partido	Percentual de Cadeiras Ocupadas	Número de cadeiras ocupadas
PDT	33,33%	7
PMDB	23,81%	5
PPB	14,29%	3
PTB	9,52%	2
PT/PSB/PCdoB	9,52%	2
PSDB/PFL	9,52%	2
Total	100%	21

Fonte: TRE-RS.

## 2.6 A ELEIÇÃO DE 2004

Já sob a égide da reeleição, o PDT não pôde apresentar o mesmo candidato a prefeito, e acaba perdendo espaço na eleição de 2004. Nesse cenário, o PMDB ressurgiu como principal alternativa e força política no município. Entretanto, a disputa converge para uma nova bipolaridade. Além do PMDB, partido historicamente forte no município, o PT surge como segunda força, agora fortalecido nacionalmente a partir da eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002.

Outros quatro partidos faziam parte da coligação liderada pelo PMDB: PP, PSB, PCdoB e PSC. Juntos conquistaram 40,49% dos votos, sob a liderança do candidato Jair Foscarini, na época Deputado Estadual. Apresentando o mesmo candidato que em 2000, o PMDB buscava retomar a expressiva votação, agora sem disputar com o PDT a arena eleitoral novo-hamburguense. Em contrapartida, a chapa única do PT, representada por Tarcisio Zimmermann, Deputado Federal, somou 30,56% dos votos válidos do pleito, apresentando um crescimento de mais de três vezes a votação da eleição anterior. A coligação trabalhista – PDT/PL/PV/PFL/PTB atingiu 18,18%, enquanto que o PSDB, concorrendo sozinho, chegou a 9,74% dos votos.

As candidaturas que compuseram de forma eclética as possibilidades de escolha dos eleitores novo-hamburguenses apresentaram algumas figuras conhecidas e outras novas. Pelo PT, Tarcisio Zimmermann apresentava-se pela segunda vez como candidato a prefeito, tendo ocupado o terceiro lugar em 1996 com 12,70% dos votos válidos. Em 2004, acompanhando a onda crescente de apoio ao Governo Lula, e tendo fixado-se como um dos principais Deputados Federais no município, sendo o segundo mais votado em Novo Hamburgo na eleição de 2002, consegue polarizar com Jair Foscarini o pleito, obtendo um resultado quase que três vezes maior que o de 1996. Esse crescimento está conexo tanto à figura do candidato que encabeçou a candidatura do PT, como à ampliação da visibilidade petista ao longo da gestão presidencial de Lula.

Como candidato da coligação liderada pelo PDT, Ênio Saltiél apresentava-se como figura nova no cenário político de Novo Hamburgo. Empresário do setor de madeira e construção civil, foi o nome indicado pelo então reeleito prefeito, Airton dos Santos, porém não conseguiu atingir nem metade da votação que o PDT fez em 2000. Esse resultado está diretamente vinculado a dois pontos: o primeiro é a fraca expressividade política do candidato, oriundo também do setor industrial, não conseguiu, destarte o empenho do ex-prefeito, agregar votos em torno da sua candidatura; o segundo ponto refere-se ao desgaste sofrido pelo PDT nas gestões anteriores, marcadas pelos escândalos e processos por corrupção.

O PSDB apresentou a candidatura de Lucas Redecker, filho do então Deputado Federal, Júlio Redecker. Sua candidatura, incipiente no cenário político, demonstrou fraco apoio popular, atingindo menos de 10% dos votos do pleito.

Apresentando-se solo, o PSDB optou por marcar posição perante a sociedade novo-hamburguense, bem como fixar raízes para um novo candidato no município.

As outras duas candidaturas, do PHS e PTdoB, somaram pouco mais de 1% dos votos válidos, não sendo um referencial expressivo para análise.

**TABELA 11. Eleição Majoritária de 2004**

Partido	Candidato	% de Votos Válidos
PMDB/PP/PSB/PCdoB/PSC	Jair Foscarini	40,49%
PT	Tarcisio Zimmermann	30,56%
PDT/PL/PV/PFL/PTB	Ênio Saltiel	18,18%
PSDB	Lucas Redecker	9,74%
PHS	Raul Plang	0,58%
PTdoB	Mauro Brochier	0,45%
	Votos Brancos	3,07%
	Votos Nulos	2,61%
	Total de Votos Válidos	94,32%

Fonte: TRE-RS.

O quadro eleitoral proporcional foi duramente marcado pela decisão do Tribunal Superior Eleitoral em reduzir novamente o número de cadeiras disputadas pelos municípios, segundo a Resolução nº 21.704/2004<sup>21</sup>. Por determinação da referida resolução, o número de vereadores, em Novo Hamburgo, baixou de 21 para 14. A disputa eleitoral tornou-se mais acirrada, e o resultado do pleito demonstra a ausência de hegemonia de apenas um partido no Poder Legislativo, conforme a tabela 12. A ocupação das cadeiras apresenta uma dinâmica de distribuição de poder bastante equilibrada entre os cinco partidos representados.

Diferentemente do resultado obtido no pleito majoritário, o PDT conseguiu formar a maior bancada na Câmara de Vereadores, 4 das 14 vagas. Representando a acirrada disputa majoritária, PT e PMDB conquistaram o mesmo número de cadeiras, elegendo 3 vereadores cada um. O destaque para essa disputa deu-se pelo crescimento da bancada do PT, bem como pela diminuição dos índices percentuais de ocupação da Câmara de Vereadores pelo PMDB. PSD e PTB

<sup>21</sup> A decisão de reduzir o número de vagas para a vereança baseava-se na aplicação do princípio constitucional de proporcionalidade, parcamente definidos na própria Constituição Federal de 1988. Coube formulação de entendimento do TSE sobre a matéria e posterior publicação da resolução normativa para definir o número de vereadores. Fonte: TSE.

mantiveram-se estáveis no Legislativo, conservando cada um suas duas cadeiras ocupadas desde 2000, ainda que majoritariamente tenham tido um fraco desempenho.

**TABELA 12. Eleição Proporcional de 2004**

Partido	Percentual de Cadeiras Ocupadas	Número de cadeiras ocupadas
PDT	28,57%	4
PMDB	21,43%	3
PT	21,43%	3
PSDB	14,29%	2
PTB	14,29%	2
Total	100%	14

Fonte: TRE-RS.

Em um processo conturbado, a eleição majoritária de Novo Hamburgo foi anulada, em 08/12/2008, através de duas decisões do Tribunal Superior Eleitoral, as quais cassaram as candidaturas do primeiro e segundo colocados<sup>22</sup>. A cassação foi justificada devida à participação dos candidatos Jair Foscarini (PMDB) e Tarcisio Zimmermann (PT) no palanque de inauguração de uma obra pública estadual, o que é vedado pela legislação durante o período eleitoral. Por somarem conjuntamente mais de 70% dos votos válidos do pleito, foi decretada a realização de uma Eleição Suplementar, tema que veremos a seguir.

Durante o período entre a diplomação dos candidatos eleitos à Câmara de Vereadores e a realização da nova eleição – 01/01/2005 a 23/03/2005, assume de forma interina a prefeitura o então Presidente da Câmara de Vereadores e ex-vice-prefeito, Cleonir Bassani, do PSDB.

## 2.7 ELEIÇÃO SUPLEMENTAR DE 2005

Seguindo a decisão do TSE, o TRE-RS organizou nova disputa para o cargo de prefeito em Novo Hamburgo. A eleição suplementar ocorreu no dia 06/03/2005, contando com a apresentação de seis candidatos ao cargo, vide tabela 13.

Após declinar nova candidatura, optando por não concorrer na eleição suplementar, o candidato Tarcisio Zimmermann expressa publicamente seu

<sup>22</sup> Vide acórdãos do TSE nº 24.861 e 24.863.

entendimento sobre o reconhecimento da validade do voto popular em 2004, considerando Jair Foscarini como o prefeito eleito. Outro fator que levou o candidato petista a não concorrer novamente foi a impossibilidade de disputar, perante o entendimento legal, quem deu causa à anulação do pleito anterior. Dessa forma o PT apresenta como candidata Jurema Guterres, que concorreu na posição de vice na chapa petista em 2004. Militante petista, Jurema apresentava à população novo-hamburguense seu histórico como juíza do trabalho aposentada, engajada em programas de assistência social, principalmente relacionados ao cuidado, proteção e amparo de crianças e adolescentes. A diminuição de votos da candidatura de 2004 para a lançada na eleição suplementar de 2005 estaria ligada a figura da candidata. Entretanto, a votação alcançada pelo PT apresenta importância ao fixar no cenário político municipal a legenda. Ainda que concorrendo contra notórios representantes políticos da cidade, a chapa petista conquista mais de 20% dos votos válidos do pleito, demonstrando dessa forma sua sedimentação política no município.

Jair Foscarini, por sua vez, recandidatou-se ao cargo. Numa situação jurídica delicada, apostou na possibilidade do TRE-RS e do TSE fornecerem pareceres favoráveis à sua candidatura para o pleito suplementar, recorrendo da impugnação da candidatura deferida pelo juiz eleitoral de Novo Hamburgo. Conquistou novamente a vitória com 50,16% dos votos. Em decisão final, o TSE deferiu a candidatura de Jair Foscarini, conduzindo-o legalmente ao cargo de prefeito eleito na eleição suplementar.

A alteração no desempenho foi visto não somente no percentual de votos obtidos, mas também na modificação da coligação. Constituída em 2004 pelo PMDB/PP/PSB/PCdoB/PSC, em 2005 perdeu o apoio do PSC e do PP; em contrapartida, incorporou o PSDC e o PPS. O crescimento da votação pode ser visto como voto de protesto do eleitor novo-hamburguense contra as decisões do TSE e do TRE-RS pela cassação do candidato eleito no turno normal. Sendo levado a comparecer às urnas novamente, o eleitor vislumbrou-se optando entre candidatos muito similares aos do pleito de 2004.

Pelo PSDB, coligado com o PTB, PFL, PHS e PV, o então Deputado Federal Júlio Redecker ocupa o lugar do filho na disputa suplementar buscando polarizar com a candidatura do PMDB. O crescimento de quase quinze pontos percentuais

deve ser atribuído à trajetória política do candidato, sendo essa mais sólida, mais conhecida e com maior experiência em pleitos eleitorais

O PDT, por sua vez, apresenta a candidatura de Paulo Ritzel, dissidente do PMDB logo após a eleição de 1996. A candidatura não consegue, entretanto, apresentar grande aceitação popular, ficando pouco abaixo dos três pontos percentuais de votos. A perda substancial de votos do partido trabalhista, além de relacionado a candidatura apresentada, está ligado ao desgaste sofrido pela legenda ao longo das duas gestões em que governou o município.

Os pequenos partidos como o PSC e PTdoB concorreram em chapas únicas, obtendo inexpressiva votação.

**TABELA 13. Eleição Majoritária Suplementar de 2005**

Partido	Candidato	% de Votos Válidos
PMDB/PSB/PSDC/PCdoB/ PL/PPS/	Jair Foscarini	50,16%
PSDB/PTB/PFL/PHS/PV	Júlio Redecker	23,78%
PT	Jurema Guterres	21,62%
PDT	Paulo Artur Ritzel	2,88%
PSC	Carlos Schneider	0,83%
PTdoB	Mauro Brochier	0,73%
	Votos Brancos	3,74%
	Votos Nulos	2,70%
	Total de Votos Válidos	93,56%

Fonte: TRE-RS.

Após essa breve e pontual reconstrução do histórico político do município de Novo Hamburgo, podemos perceber a hegemonia do PMDB no município, fundada desde 1982. O PMDB se apresentou como grande polarizador de votos em todos os pleitos municipais, conquistando votações expressivas em todas as disputas. Sua dominação política entrou em recesso durante as gestões de 1996 a 2004, retomando o Poder Executivo municipal após a conturbada eleição de 2004 e sua eleição suplementar em 2005. A partir de 2000, o PMDB opta por compor coligações, incluindo mais partidos na sua base, buscando fortalecer sua chapa e aglutinando votos. Essa decisão está relacionada com a derrota de 1996, última eleição em que o partido concorreu sozinho. Ao utilizar o instituto da coligação,

consegue polarizar a disputa de 2000 e 2004, ora com o PDT ora com o PT, atingindo a vitória na eleição de 2004 e na suplementar de 2005.

O PDT constituiu a frente oposicionista desde a primeira eleição analisada neste capítulo, até 2000. No período de 1982 a 1992, apresenta-se como grande adversário ao PMDB. A partir da eleição de 1996, constitui-se como força política de maior visibilidade, assumindo a prefeitura e redefinindo a balança do poder político no município. Essa conquista deve-se, em grande parte, à ampliação do número de partidos com os quais se coligou. Após a reeleição do prefeito José Airton dos Santos em 2000, o PDT não conseguiu apresentar a mesma força política na eleição de 2004, facultando ao PMDB o retorno ao Executivo municipal.

Em vista do seu crescente desempenho, o PT apresenta, em 2004, pela primeira vez, uma chapa com maior chance de vitória, conquistando o segundo lugar. O PT desloca-se para a terceira posição na eleição suplementar. Apresentando outra candidatura, com menor visibilidade política, reduz em apenas 10 pontos percentuais a sua votação. Esse desempenho atribui-se, principalmente, à avaliação positiva do Governo Lula, e a ligação das candidaturas petistas relacionadas a este governo.

### 3 A ELEIÇÃO DE 2008

Neste capítulo, analisaremos a eleição majoritária municipal de Novo Hamburgo/RS em 2008. Para tanto, abordaremos as candidaturas concorrentes, as previsões de intenção de votos, as expectativas eleitorais para o ano e os resultados do escrutínio.

O pleito do ano de 2008 em Novo Hamburgo, mais uma vez, apresentou-se como uma disputa polarizada. Considerando os dados analisados no capítulo anterior, percebemos a sucessão do PDT pelo PT como principal adversário local do PMDB. Com a ampliação da sua votação em 2004 e a crescente aprovação do Governo Lula ao longo dos 6 anos de mandato, em 2008, o PT reapresenta-se à população novo-hamburguense como opção ao comando do Executivo. O destaque para essa eleição dar-se-á pelo fato de apresentar a disputa entre duas grandes coligações e duas candidaturas solas.

#### 3.1 A DIVISÃO DE FORÇAS

Reafirmando a manifestação de Jorge (2005), o qual previu que a fórmula de disputa majoritária ocasionaria um padrão de bipolarização, o quadro político de Novo Hamburgo colaborou em muito para a confirmação dessa tese. De 1982 a 2000, a disputa eleitoral ocorreu principalmente entre o PMDB e o PDT, encabeçando ora candidaturas solo, ora coligações. Em 2004, após o fraco desempenho do PDT, o PT assume a posição polarizadora com o PMDB. Na eleição de 2008, essa disputa tornou-se mais visível pela grande quantidade de partidos coligados, formando duas frentes principais.

As quatro chapas concorrentes apresentaram figuras políticas conhecidas no município. Liderando a coligação *Amor Por Novo Hamburgo*, o PMDB apresentava chapa conjuntamente com o PMN, DEM, PV, PTdoB, PSB, PSDB, PP, PHS e PPS<sup>23</sup>. No outro polo, encontramos a chapa liderada pelo PT, composta pelo PDT, PTC, PR, PRB e PCdoB<sup>24</sup>, intitulada *Meu Coração Diz Sim*. As candidaturas autônomas eram apresentadas pelo PSOL, representado pelo vereador Ralfe

---

<sup>23</sup> Fonte: TSE.

<sup>24</sup> Fonte: TSE.

Cardoso<sup>25</sup>, e pelo PTB, que apresentava como candidato Ruy Noronha<sup>26</sup>. A candidatura apresentada pelo PTB foi retirada em 03/08/2008<sup>27</sup>, oficializando apoio à candidatura do PT em 20/08/2008<sup>28</sup>. Para tanto, não a trabalharemos ao longo da explanação deste capítulo, assim como não constam dados da mesma no Portal do TSE.

Concorreu solo nos pleitos de 1982, 1988, 1992 e 2004, nas eleições de 1996 e 2000 o Partido dos Trabalhadores coligou-se com o PSB e PCdoB, formando a então *Frente Popular*. O PMDB, partido hegemônico na cidade, concorreu sozinho em todos os pleitos nas décadas de 1980 e 1990. A partir da derrota para o PDT em 1996, busca outros partidos para compor coligações, tendo como parceiros, em 2000, o PPB, PL. Em 2004, inclui na coligação legendas como o PP, PSB, PCdoB e PSC.

Pela primeira vez abrangendo novos partidos numa coligação, o PT liderava a coligação *Meu Coração Diz Sim*. Tal coligação apresentava a candidatura de Tarcisio Zimmerman, na época Deputado Federal pelo PT, conjuntamente com sua candidata a vice, representando o PDT, a vereadora Lorena Mayer. O PSOL apresentou como candidato o vereador Ralfe Cardoso e como vice a ex-vereadora Celina Grezzana. Já a coligação *Amor Por Novo Hamburgo* apresentava como candidato o então prefeito Jair Foscarini concorrendo à reeleição, trazendo como candidato a vice-prefeito Lucas Redecker, filho do falecido Deputado Federal pelo PSDB, Julio Redecker.

### 3.2 OS CANDIDATOS

À frente das chapas, encontramos notórios agentes políticos do município. Liderando a coligação *Amor Por Novo Hamburgo*, estava Jair Foscarini, figura conhecida no cenário político de Novo Hamburgo, onde, em 1992, fora o vereador mais votado da cidade. Sobrinho do ex-prefeito do município, Atalábio Foscarini, elegeu-se Deputado Estadual duas vezes, em 1994 e 1998, tendo em Novo Hamburgo seu principal reduto eleitoral. Lançou-se candidato a prefeito pela

---

<sup>25</sup> Fonte: TSE.

<sup>26</sup> Fonte: TSE.

<sup>27</sup> Fonte: Dados extraídos da edição do Jornal NH de 04/08/2008.

<sup>28</sup> Fonte: Dados extraídos da edição do Jornal NH de 21/08/2008.

primeira vez em 2000, ano em que atingiu o segundo lugar com 42,49% dos votos. Concorreu novamente em 2004, vez na qual somou 40,49% dos votos. Eleito e cassado por decisão do TSE, foi reconduzido ao cargo após atingir 50,16% dos votos válidos na eleição suplementar de 2005. Em 2008 disputou a reeleição<sup>29</sup>.

Representando a coligação *Meu Coração Diz Sim*, Tarcisio Zimmermann era Deputado Federal pelo PT, exercendo seu terceiro mandato consecutivo – 1998, 2002 e 2006. Durante o primeiro mandato, 1999-2003, licenciou-se para exercer o cargo de Secretário Estadual do Trabalho, Cidadania e Assistência Social na gestão do Governo Olívio Dutra. Foi o segundo Deputado Federal mais votado no município em 2002 e o mais votado em 2006. Já havia disputado cargo de Prefeito de Novo Hamburgo em 1996, ocupando o terceiro lugar. Concorreu novamente em 2004, ficando em segundo lugar, obtendo 30,56% dos votos. Em 2008, disputando pela terceira vez, é eleito com 51,31% dos votos<sup>30</sup>.

Ralfe Cardoso, candidato do PSOL (Partido Socialismo e Liberdade), iniciou sua carreira política no PT, pelo qual, em 2000, foi eleito o vereador mais jovem da cidade de Novo Hamburgo, com a maior votação da Frente Popular. Em 2004, é reeleito vereador, ocupando a sexta posição na lista dos vereadores mais votados de Novo Hamburgo. Em 2005, durante a chamada “Crise do Mensalão”, Ralfe se desvincula do PT, apoiando a então Senadora Heloísa Helena na fundação do PSOL. Em 2006, concorre a Deputado Estadual por esse partido, não se elegendo, entretanto, fica na quinta colocação do quadro geral de votação para Deputados Estaduais na cidade. Em 2008, liderou o PSOL em candidatura isolada para a prefeitura de Novo Hamburgo<sup>31</sup>.

### 3.3 ARRANJOS PROPORCIONAIS

A disputa eleitoral em nível majoritário contava com duas coligações e um partido concorrendo sozinho. No nível proporcional, os arranjos, quando ocorreram, observam a Resolução 22.717 de 2008<sup>32</sup> do TSE, a qual prevê que, quando um

---

<sup>29</sup> Fonte: TRE-RS e Portal da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul.

<sup>30</sup> Fonte: TRE-RS Sul e Câmara dos Deputados.

<sup>31</sup> Fonte: TRE-RS e blog político de Ralfe Cardoso.

<sup>32</sup> Fonte: TSE.

partido compusesse uma coligação majoritária, somente poderia se coligar proporcionalmente com os partidos que compunham essa coligação.

Para as 14 cadeiras na Câmara de Vereadores do município de Novo Hamburgo, foram inscritos 158 candidatos, distribuídos em 18 siglas partidárias<sup>33</sup>. As organizações estratégicas das siglas constituíram o que podemos considerar três frentes: 1. aqueles que apoiaram expressamente a coligação majoritária *Amor Por Novo Hamburgo*; 2. os que se alinharam a favor da coligação majoritária *Meu Coração Diz Sim*; e, 3. os partidos que optaram por concorrer individualmente.

Dentro da primeira frente, encontramos divisões claras entre os partidos coligados majoritariamente, quando analisados em nível proporcional. Os 10 partidos que compuseram a coligação majoritária *Amor Por Novo Hamburgo* dividiram-se em quatro coligações proporcionais, são elas: PMDB e PMN; PSDB e DEM; PP e PTdoB; e a coligação *Por Um Novo Hamburgo Melhor*, composta pelo PSB, PV, PPS e PHS<sup>34</sup>.

Os seis partidos sob a coligação majoritária *Meu Coração Diz Sim* articularam-se em duas coligações proporcionais. A primeira, nomeada *Frente Popular Meu Coração Diz Sim*, integrava o PT, PRB e PCdoB. A segunda coligação foi composta pelo PDT, PTC e PR, intitulada *Frente Popular Trabalhista Meu Coração Diz Sim*<sup>35</sup>.

PSOL<sup>36</sup> e PTB<sup>37</sup> disputaram isoladamente o pleito de 2008, tanto em nível majoritário como proporcional.

A ocupação das cadeiras ocorreu efetivamente por sete partidos, representando as três frentes propostas anteriormente. PT e PMDB dividiram o primeiro lugar das bancadas, cada um com quatro cadeiras. O PDT ocupou duas; PSDB, PCdoB, PP e PTB ocuparam uma cadeira cada. Autores como Abranches (1988) e Santos (2006) referem-se a essa maior pluralidade de partidos ocupando espaços na arena legislativa como fator representativo do multipartidarismo

---

<sup>33</sup> Fonte: TSE.

<sup>34</sup> Fonte: TSE.

<sup>35</sup> Fonte: TSE.

<sup>36</sup> Fonte: TSE.

<sup>37</sup> Por ter retirado a candidatura majoritária própria, o PTB não estava obrigado a manter vínculo na proporcionalidade. Ainda que tenha oficialmente decidido por apoiar a coligação *Meu Coração Diz Sim*, seus candidatos a vereadores foram liberados para trabalharem por qualquer candidato ao cargo majoritário, uma vez que não compunham parte oficial na coligação.

fragmentado. Para Abranches (1988, pp.20-21) as raízes dessa fragmentação estariam ligadas diretamente à baixa identificação partidária, bem como as múltiplas clivagens sociais que o nosso país apresenta. Portanto, decorrente da “fragmentação partidário-eleitoral [...] é improvável a emergência sistemática de governos sustentados por um só partido majoritário”, dessa forma sendo necessário compor com outros partidos uma bancada governista a fim de fornecer sustentação para o Executivo.

A fragmentação confirma-se com o número de partidos que obtiveram cadeiras no Legislativo municipal. Das 18 siglas que apresentaram candidatos, 7 obtiveram representação na casa. Das 14 cadeiras em disputa, uma foi ocupada pelo PP, partido que pela primeira vez se insere na vereança.

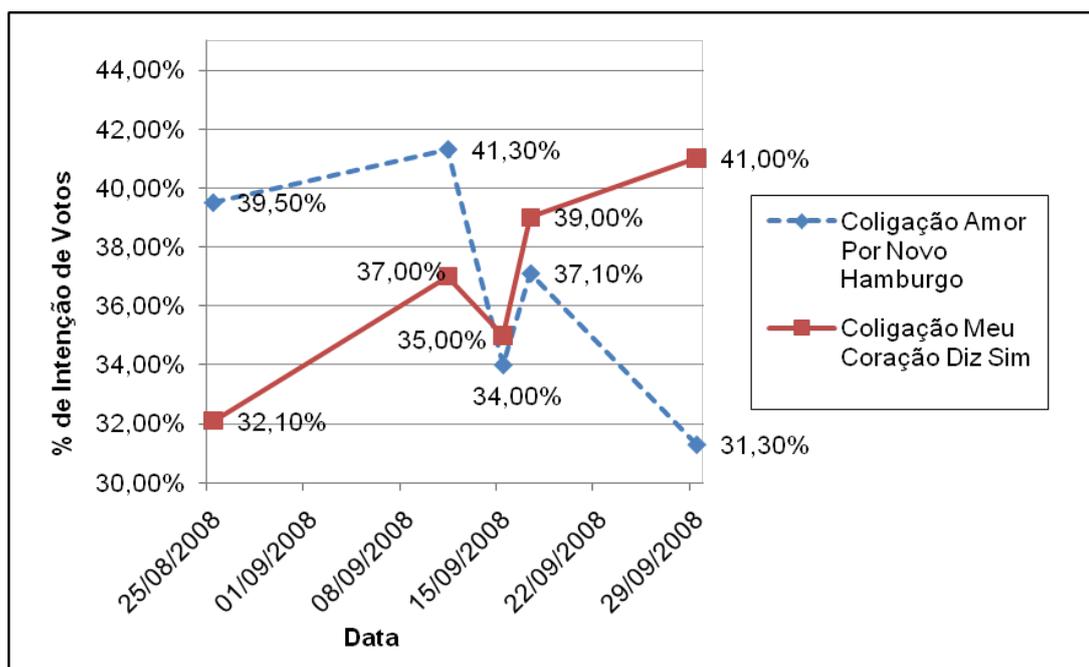
### 3.4 AS PESQUISAS DE INTENÇÃO DE VOTO

Como instrumento para aferir a inserção dos candidatos perante os eleitores, as pesquisas de intenção de voto em Novo Hamburgo foram utilizadas, sobretudo, através da veiculação em publicações do Jornal NH. Sendo esse o maior veículo de notícias do município e um dos maiores da região, é referência no cenário da comunicação e, como tal, de grande valia para disputas eleitorais. Extraíndo das suas edições as pesquisas publicadas, podemos realizar a evolução da intenção de voto dos eleitores no pleito em questão.

As pesquisas de intenção de votos, aqui abordadas, foram contratadas pelas coligações e tiveram sua divulgação veiculada, através de publicações pagas, nas edições do Jornal NH. Constaram, cada uma, de 800 entrevistas, trabalhando com uma margem de erro de 3,5 pontos percentuais para mais ou para menos. Ao exporem as intenções de votos dos eleitores, as pesquisas foram fundamentais para as decisões estratégicas das coligações. As novas estratégias traduziram-se nas alterações ou modificações dos materiais de campanha, das falas e das decisões políticas dos candidatos.

No Gráfico 1, apresentamos as cinco pesquisas. As duas primeiras, realizadas pelo Instituto Methodus – 25/08/2008 e 11/09/2008<sup>38</sup> – foram contratadas e publicadas pela coligação *Amor Por Novo Hamburgo*. As três pesquisas seguintes, realizadas pelo Instituto Studio – 15/09/2008, 17/09/2008 e 29/09/2008 – foram contratadas e publicadas pela coligação *Meu Coração Diz Sim*<sup>39</sup>.

**GRÁFICO 1 - Percentual de Intenção de Votos Eleição Majoritária Municipal 2008. Novo Hamburgo - RS.**



Fonte: Dados extraídos das publicações do Jornal NH das respectivas datas.

Inicialmente, a coligação *Amor Por Novo Hamburgo* apresentava-se com maior intenção de votos do eleitorado. Porém, a pequena margem de maioria na intenção dos votos, entre 25/08/2008 e 11/09/2008, demonstra uma baixa aceitação da gestão em curso pelo eleitorado. Em oposição, a coligação *Meu Coração Diz Sim* partiu de uma diminuta diferença da chapa de situação, em que, ajustando os percentuais expostos dentro da margem de erro, encontram-se, virtualmente, em um empate técnico. O empate técnico foi fato recorrente nas três pesquisas seguintes publicadas entre 11 e 17 de setembro.

<sup>38</sup> Os dados para as pesquisas foram coletados, respectivamente, entre 18 e 19 de agosto e 08 e 09 de setembro de 2008.

<sup>39</sup> As entrevistas foram realizadas, respectivamente, entre 30 de agosto e dois de setembro, 13 e 14 de setembro e 24 e 25 de setembro de 2008.

Demonstrando uma acirrada disputa pelo voto, cada coligação despreendeu mais recursos e alterou suas abordagens, buscando ampliar essa diferença a seu favor, agindo dentro da perspectiva da racionalidade dos agentes políticos.

Publicada inicialmente em 29 de setembro de 2008, a quinta e última pesquisa, sendo a terceira encomendada pela coligação *Meu Coração Diz Sim*, apresentou, pela primeira vez, dados que não demonstravam empate técnico. Com a candidatura da coligação *Meu Coração Diz Sim* alcançando 41% da intenção de votos, a coligação *Amor Por Novo Hamburgo* apresentava 31,30% das preferências dos entrevistados.

Reflexo das decisões estratégicas adotadas por ambas as coligações, a última referência a publicações de pesquisas ocorreu no dia três de outubro, data limite prevista na legislação eleitoral para tal veiculação. Publicando lado a lado as pesquisas, a coligação *Amor Por Novo Hamburgo* divulgou a sua, com os dados coletados entre oito e nove de setembro, apresentando o seu candidato com 41,3% das intenções de votos e a candidatura da coligação *Meu Coração Diz Sim* com 37%. A coligação *Meu Coração Diz Sim*, utilizou a pesquisa publicada no dia 29, no qual Tarcisio Zimmermann contava com 41% e Jair Foscarini com 31,3% das intenções de voto.

A decisão de quando publicar cada pesquisa refletia o que podemos considerar um artifício estratégico, levando o eleitorado a acreditar na possibilidade de empate técnico entre as duas pesquisas: uma do começo de setembro, outra do final do mesmo mês.

### 3.5 AS EXPECTATIVAS ELEITORAIS

O estudo da Confederação Nacional dos Municípios intitulado “Eleições Municipais 2008 e as Tendências dos Últimos Pleitos” serve para a construção de uma base do comportamento eleitoral esperado. O referido estudo aponta que o percentual de prefeitos reeleitos em 2000 atingiu a marca de 37,1%, enquanto que, em 2004, devido a muitos prefeitos já terem concorrido à reeleição, esse percentual baixou para 23,6%. A expectativa era a manutenção das gestões de 2004 para 2008, o que foi comprovado através do escrutínio em todo o país, no qual, em nível

nacional, 66,88% dos prefeitos que se candidataram à reeleição foram reconduzidos a mais um mandato.

No Rio Grande do Sul, esse quadro mostra-se ainda mais acentuado, como observamos no supracitado estudo: Em 2000, o percentual de prefeitos reeleitos foi de 59,1%, aumentando esse índice em 2004, que chegou a 64,1%. O ápice foi no pleito de 2008, em que, no Estado, 66,4% dos prefeitos foram reeleitos.

A partir desses dados, presume-se que as estratégias eleitorais para 2008 demonstrariam a busca pela manutenção das gestões que se encontravam ocupando a chefia dos Poderes Executivos Municipais. Nesse quadro, Novo Hamburgo representa apenas uma das 3.357 candidaturas de prefeitos e prefeitas apresentadas à reeleição. Presume-se que as candidaturas lançadas à reeleição não apresentariam grande dificuldade em atingir esse objetivo, tomando os percentuais dos anos anteriores como base. Entretanto, como veremos a seguir, os resultados divergiram dessas expectativas.

### 3.6 OS RESULTADOS DO PLEITO

Tendo a eleição sido realizada no quinto dia do mês de outubro de 2008, após uma acirrada disputa eleitoral, o escrutínio chegava ao seu termo. O período eleitoral foi polarizado entre as coligações *Meu Coração Diz Sim* e *Amor Por Novo Hamburgo*. Os dados observados na Tabela 14 correspondem ao esperado enquanto a concentração de votos nas duas chapas, que juntas somam 93,5% dos votos válidos do pleito.

A coligação *Meu Coração Diz Sim*, liderada pelo PT, conquistou 51,31% dos votos, atingindo a vitória mesmo que o cenário eleitoral facultasse segundo turno. A coligação *Amor Por Novo Hamburgo*, capitaneada pelo PMDB, e que buscava a reeleição, somou 42,19% dos votos. Como resposta ao resultado obtido pela coligação, destaca-se como reflexo das eleições de 1996 e 2000. Como uma das causas apontadas para o resultado desfavorável ao PMDB encontra-se o fraco amparo do governo perante a população, refletindo na baixa popularidade da gestão. Reflexo disto encontra-se na nota que o prefeito Jair Foscarini forneceu a

sua administração<sup>40</sup>. Concorrendo isoladamente, o PSOL alcançou 6,50% dos votos válidos do pleito.

**TABELA 14. Eleição Majoritária de 2008**

Partido	Candidato	% de Votos Válidos
PT/PDT/PTC/PR/PRB/PCdoB	Tarcisio Zimmermann	51,31%
PMDB/PMN/DEM/PV/PTdoB/ PSB/PSDB/PP/PHS/PPS	Jair Foscarini	42,19%
PSOL	Ralfe Cardoso	6,50%
	Total de Votos Válidos	90,79%

Fonte: TRE-RS

No quadro legislativo, a ocupação das 14 vagas da Câmara de Vereadores de Novo Hamburgo demonstrou grande relação com o resultado da votação majoritária. A coligação *Meu Coração Diz Sim*, em seu desdobramento para a eleição proporcional, elegeu 50% das cadeiras, com representantes de 3 legendas - PT, PDT e PCdoB. Por outro lado, os partidos vinculados à candidatura majoritária *Amor Por Novo Hamburgo*, divididos em suas quatro coligações de nível proporcional, conquistaram 42,85% das vagas.

**TABELA 15. Eleição Proporcionais de 2008**

Partido	Percentual de Cadeiras Ocupadas	Número de cadeiras ocupadas
PT	28,57%	4
PMDB	28,57%	4
PDT	14,28%	2
PDSB	7,14%	1
PCdoB	7,14%	1
PP	7,14%	1
PTB	7,14%	1
Total	100%	14

Fonte: TRE-RS

<sup>40</sup> Como publicado na edição do dia 07/10/2008 do Jornal NH, o prefeito Jair Foscarini classificou a sua administração com nota 6,5. Vide Anexo I.

A organização de forças no legislativo representou mais uma modificação no padrão eleitoral do município. Reduzindo o percentual de cadeiras ocupadas pelo PDT, PSDB e PTB, a realocação das mesmas deu-se pelo ingresso de representantes do PCdoB e do PP na Câmara de Vereadores. Essa mesma reconfiguração propiciou a ampliação do número de cadeiras ocupadas pelo PT e PMDB.

Vitoriosa na disputa pela Prefeitura Municipal, a coligação *Meu Coração Diz Sim* conquistou igualmente um bom resultado no pleito proporcional. Elegendo uma bancada que soma metade das cadeiras do legislativo. Desta forma, supomos haver efetivado uma base governista que ofereça sustentabilidade para a coligação eleita. Essa hipótese torna-se mais forte quando contabilizamos a possibilidade de apoio advindo da cadeira ocupada pelo PTB, o qual aderiu à candidatura eleita durante a disputa. Destaca-se, entretanto, o apontado feito por Schmitt (1999, p.77) quanto à efemeridade das coligações eleitorais, “não se exigindo que se convertam necessariamente em coalizões parlamentares”.

Enfim, analisando o resultado do escrutínio de 2008, percebemos como condição basilar, ainda que não única, para a vitória do PT, o emprego do instituto da coligação eleitoral. A legenda pode, em consonância com o PDT, PR, PRB, PTC e PCdoB, acumular forças e polarizar a disputa eleitoral com a coligação do PMDB. Essa proposição afirma-se destarte o fato de três dos partidos coligados – PTC, PR e PRB - não terem obtido representação na Câmara de Vereadores.

Marcada no cenário de Novo Hamburgo, a eleição de 2008 apresenta, pela primeira vez, a ascensão de um partido de esquerda ao Executivo Municipal. Outro importante fator para a vitória é a inserção feminina, representada pela vice-prefeita, primeira mulher a ocupar um dos cargos executivos máximos no município. Dentre outros fatores que tornaram essa eleição singular no cenário político da cidade, as coligações apresentaram-se invariavelmente pragmáticas. Este fato demonstra a opção dos partidos que as lideraram por aglutinar no seu entorno o maior número possível de aliados políticos, buscando estabelecer candidaturas que alcançassem a pluralidade de eleitores, bem como expusesse uma grande gama de propostas políticas.

#### **4 A COLIGAÇÃO MEU CORAÇÃO DIZ SIM**

Neste capítulo, trabalharemos a construção da coligação *Meu Coração Diz Sim*. Para tanto, analisaremos os dados coletados a partir das entrevistas realizadas com os presidentes dos partidos que a compuseram e com as figuras políticas importantes envolvidas nos arranjos e negociações. Utilizando os pressupostos trabalhados no Capítulo 1, desenvolveremos esse capítulo a partir da análise das afirmações, buscando ligar com os argumentos teóricos anteriormente expostos.

A fim de retomar a discussão, destacamos os seguintes pontos, dentre os anteriormente abordados: 1. A previsão de que "de modo geral, os partidos políticos optarão por formar coligações sempre que essa estratégia reduzir os riscos de se perder a eleição" (SCHMITT, 1999, p.81); 2. Que "os competidores com chances reais na disputa buscam o maior número possível de apoios, não importando de onde venham, a fim de garantir a máxima vantagem sobre seus adversários" (MIGUEL; MACHADO, 2007, p.760); 3. O fato de que "o arranjo institucional brasileiro tem privilegiado a constituição de coligações, independentemente da orientação ideológica dos participantes" (MIGUEL; MACHADO, 2007, p.760); e, 4. O pressuposto de que os "candidatos petistas que obtiveram maior sucesso em 2000, foram justamente os mais 'pragmáticos'" (FLEISCHER, 2002, p.90).

Os dados expostos foram coletados através de entrevistas semiestruturadas, realizadas no período de 18/09/2009 a 20/10/2009. Utilizando como pergunta principal qual fora a motivação que levou os partidos constituir a coligação, buscamos explorar a temática de forma a responder essa discussão da maneira completa possível. Ademais, realizamos questionamentos a fim de elucidar, igualmente, quais foram os benefícios advindos dessa decisão e como este posicionamento era visto na ótica dos agentes políticos envolvidos. As questões utilizadas na entrevista encontram-se anexadas a este trabalho<sup>41</sup>.

---

<sup>41</sup> Vide Anexo A.

#### 4.1 MOTIVOS SINGULARES

Quando questionados sobre o porquê de cada partido optar por integrar a coligação *Meu Coração Diz Sim*, obtivemos dos presidentes das legendas uma gama variada de respostas. Essas afirmações, em sua grande totalidade, voltavam-se para o debate de projetos e a discussão sobre governabilidade e programas ideológicos. Serão esses os temas que buscaremos explorar com maior profundidade agora.

Iniciando nossa análise pelo Partido dos Trabalhadores, representado pela figura do seu presidente municipal, Luís Laueremann, as respostas direcionam a coligação como fruto de uma construção iniciada, aproximadamente, um ano e quatro meses antes da eleição de 2008. Durante esse período de construção, o PT procurou outras legendas para negociar, debater e discutir a possibilidade de coligarem-se. Os acordos decorrentes dessa procura resultaram na indicação do PT do candidato a prefeito e na definição que buscariam, dentre os partidos procurados e com os quais o diálogo demonstrava-se mais promissor: a candidatura de vice.

Para o presidente municipal do PT, a constituição da coligação remete, antes da procura das outras legendas, a uma construção interna do partido, dividida em duas etapas de diagnósticos realizados pelo partido: o primeiro tratando da cidade, das suas necessidades, deficiências, problemas e carências; e o segundo, buscando analisar o Partido dos Trabalhadores e suas possibilidades políticas; para então buscar outros partidos.

Sobre o primeiro momento, Luís Laueremann afirma que

primeiro o partido fez um diagnóstico a cerca da cidade, da situação da cidade, evidentemente analisando de maneira especial a administração municipal. E neste diagnóstico nós constatamos um conjunto de problemas estruturais e sociais na cidade de Novo Hamburgo. A constatação clara e inequívoca, inclusive, da ausência da capacidade política e administração da experiência de gestão em curso e anteriores (07/10/2009).

Dentre os pontos do diagnóstico sobre o município, destaca-se, nas palavras do presidente municipal do PT, a realidade sobre as

profundas mazelas sociais na cidade, o déficit habitacional estrondoso, a cidade só tem 2% do esgoto tratado. Nós temos centenas e centenas de famílias morando, milhares inclusive, junto ao esgoto, a valos. Nós temos um dos piores indicadores de saúde da região, inclusive a mortalidade infantil nossa está acima da média do estado, sendo que somos a quinta cidade com potencial econômico do estado. [...] Então o diagnóstico apontava sem dúvida para gravíssimas mazelas sociais, por uma desestruturação de uns serviços públicos, pela ausência de outros serviços públicos. Mas também, pela ausência de capacidade administrativa e principalmente de falta capacidade de iniciativa política (Luís Lauer mann, 07/10/2009).

Essa análise do município remeteu ao diagnóstico do próprio partido, que teria como objetivo buscar verificar

quais são as capacidades, as potencialidades e as fragilidades do PT. [...] Nós do PT, não nos pautamos em fazer uma aliança por fazê-la. Para ocupar os espaços de um governo, quando ganhar a eleição. [...] Portanto, esse diagnóstico do PT sobre suas potencialidades e fragilidades, ele era necessário [...] nós precisávamos apresentar isso os futuros partidos com os quais nós queríamos estabelecer [...] o programa de governo que fundamentasse a aliança (Luís Lauer mann, 07/10/2009).

Desse diagnóstico do partido foram pontuadas as suas virtudes e falhas. Nas palavras do presidente, destaca-se dentre os pontos a possibilidade do PT em “apresentar a mais qualificada, experiente e capacitada candidatura para a cidade de Novo Hamburgo” (07/10/2009), sendo essa candidatura a do então Deputado Federal Tarcísio Zimmermann. Não era uma candidatura com expressividade política apenas para o partido, mas

a outra virtude que nós constatávamos na nossa candidatura era o perfil do Tarcísio. Uma pessoa dinâmica, determinada; e veja, no nosso diagnóstico da cidade os executivos, os prefeitos não enfrentavam os graves problemas, então se tem aí uma qualidade da nossa candidatura (Luís Lauer mann, 07/10/2009).

Porém, o representante municipal do PT vislumbra que ainda apresentando uma candidatura considerada forte,

o PT [...] não era um partido grande e com condições de ser um partido hegemônico isoladamente na cidade. [...] Somos um partido estruturado parcialmente na cidade Temos força em alguns segmentos de associações de bairros, movimento sindical. Mas em inúmeros bairros da cidade o PT tem pouquíssimas lideranças, poucas referências de influência na comunidade. Vários bairros não tivemos sequer um único ou uma única candidato/a à vereança, que possa liderar o bairro, que possa liderar a vila. [...] Se tu não tem isso, tu tem mais dificuldades de fazer com que o teu programa de governo vença. Por mais qualidades que tenha o teu candidato a prefeito [...] não é suficiente para tu enfrentar uma disputa eleitoral onde

além da disputa do programa de governo entra milhares de interesses. [...] É fundamental ter lideranças e pessoas que são formadoras de opinião na comunidade (Luís Lauermann, 07/10/2009).

O trecho supracitado fundamenta a premissa na qual a inclusão do maior número possível de partidos na coligação almejava alcançar parcelas do eleitorado que sozinho o PT não conseguiria. Luís Lauermann confirma este pressuposto ao considerar que para a coligação era

fundamental ter lideranças e pessoas [...] formadoras de opinião na comunidade. [...] Buscamos fazer uma aliança com setores e segmentos sociais, com lideranças comunitárias, religiosas e com entidades empresariais (07/10/2009).

Através da agregação de movimentos sociais, lideranças comunitárias estabelecidas e representantes de segmentos da sociedade novo-hamburguense, a coligação perseguiu a maximização dos resultados eleitorais. Esse argumento encontra-se corroborado em Braga (2006, p.229) ao propor que

as coligações constituem um aspecto do comportamento partidário que deve ser explicado a partir da premissa de que esse fenômeno político é racional. Isso significa que as estratégias seguidas pelos diferentes partidos visando a sua sobrevivência e crescimento são consistentes com o principal objetivo almejado por um partido na arena eleitoral, qual seja, maximizar o apoio eleitoral.

Outro viés de análise surge a partir da reincidência nas falas dos presidentes coligados, referindo-se à figura do prefeito como algo fundamental para a estruturação da coligação. Dessa forma, a pessoa do candidato apresenta relação à opção dos partidos em se coligarem. Indo ao encontro desse argumento, Krause (2005, p.117) afirma que a liderança política não precisa ser

considerada apenas aquela que detém cargo de direção em um partido político, mas também parlamentares (deputados e vereadores) e políticos com cargos executivos (prefeitos e governadores). Sendo capazes de capitanear votos na arena eleitoral, em alguma medida são lideranças políticas, pois logram, no mínimo, angariar o apoio de seus eleitores.

Agregada à força do partido - PT - estava a figura do candidato, liderança constituída na cidade. Tarcisio Zimmermann concorreu para prefeito em outras duas oportunidades - 1996 e 2004 -, ocupando o terceiro e o segundo lugar respectivamente. Exercendo seu terceiro mandato consecutivo como Deputado Federal, foi em 2006 o candidato mais votado na cidade. Através do seu

desempenho parlamentar e da recorrência nas disputas eleitorais, constituiu a sedimentação do seu nome no cenário político, tanto municipal como regional. Segundo as palavras do presidente municipal do PT, Tarcísio Zimmermann é

uma liderança constituída não só na cidade de Novo Hamburgo, mas constituída nacionalmente. Eleito pelo DIAP<sup>42</sup> como um dos melhores e mais influentes deputados do Congresso Nacional (Luís Lauer mann, 07/10/2009)

Para Elói Spohr, presidente municipal do PR-NH, a inclusão da legenda que representa, na coligação, fundamentou-se também, pois o partido "viu no Tarcísio a possibilidade de construir um novo projeto para Novo Hamburgo" (19/10/2009). Carlos Finck, presidente municipal do PTB-NH, afirma que a partir da avaliação do partido sobre a situação política do município, percebendo a necessidade de uma liderança capaz de implementar mudanças e tomar novas medidas, "chegamos a conclusão que essa pessoa seria o Tarcísio Zimmermann" (18/09/2009). A semelhança das falas na mesma direção é encontrada na quase totalidade dos entrevistados. Para Jéfferson Petry, presidente municipal do PTC-NH, "a figura do Tarcísio, a esperança nele, foi determinante para a vitória aqui em Novo Hamburgo" (20/10/2009). Os trechos supracitados servem para afirmar que, dentre os fatores que compuseram a análise dos partidos para constituir a coligação, está a forte influência da figura do candidato a prefeito oferecido pelo PT.

Corroborando esse pressuposto, Amorim (2006) considera que há relação da liderança partidária como agregadora de votos, estando a força eleitoral conectada diretamente ao voto personalista e a ausência de ligação dos eleitores com os programas partidários. Segundo a autora,

a disseminação do voto baseado nas características pessoais dos candidatos revela a força do personalismo e a fraqueza das instituições partidárias. Quando não há laços entre eleitores e partidos [...] a

---

<sup>42</sup> O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar - DIAP - divulgou no estudo realizado em 2007 sobre os "100 'cabeças' do Congresso Nacional", o então Deputado Federal Tarcísio Zimmermann como um dos 10 melhores representantes do estado do Rio Grande do Sul no Congresso Nacional. Para maiores informações vide a referida publicação.

personalidade dos candidatos tem fundamental importância na escolha eleitoral (AMORIM, 2006, p.172).

Dessa forma, os partidos que se postaram ao lado da candidatura de Tarcísio Zimmermann obtiveram benefício oriundo da fundamentação eleitoral que o candidato apresentava. O auxílio fornecido pelas legendas apresentava seu contraponto na maior visibilidade que elas apresentaram a partir do momento que foram ligadas à imagem do candidato em questão. Tal posicionamento está em consonância com os apontamentos de Krause (2005), Amorim (2006) e Schmitt (1999). A definição dos agentes políticos como agregadores de votos, obtendo expressiva visibilidade e constituindo ligações personalistas com o eleitorado, facilitaria a maximização dos resultados eleitorais para aquelas legendas vinculadas a esses agentes.

Entende-se que os partidos buscaram constituir coligações em torno de uma candidatura que apresentava real força política. Esse posicionamento colabora para a definição de racionalidade dos agentes políticos, os quais buscam articular-se de forma a maximizar suas chances de vitória almejando a eleição. Ao buscar outras legendas para compor a frente, o PT vislumbrou apresentar uma candidatura que representasse mais segmentos sociais do que aqueles tradicionalmente ostentados pelo partido.

Esse posicionamento encontra corroboração em Favetti (2004 *apud* MIGUEL; MACHADO, 2005, p.759), o qual vê nas "coligações mecanismos democráticos de relacionamento que ampliam a tolerância entre interesses divergentes". A contrapartida foi a ligação estabelecida entre os partidos coligados e a figura do candidato, favorecendo então a inserção da coligação em segmentos sociais e a propagação dos partidos juntamente com a candidatura majoritária.

Segundo Luís Lauermann, na busca inicial por apoio de outras legendas, o PT começou "prioritariamente a procurar o PDT e o PTB, por serem dois partidos fortes na cidade, que já tiveram experiências administrativas e que também já tiveram êxitos e tiveram também lacunas" (07/10/2009). Optando por iniciar o diálogo com essas legendas, o PT buscou agregar partidos estruturados em nível municipal, enraizados no contexto político novo-hamburguense, ideologicamente mais

próximos e com potencial de votos. A decisão por iniciar o diálogo com os partidos maiores favorece a comprovação da estratégia adotada pelo PT, em que se busca primeiro um ou mais parceiros grandes; para depois capitanear legendas pequenas, que em conjunto, agregam tanto votos como inserção social pulverizada.

A força do PDT é fornecida pela sua representatividade histórica no Estado, ligada diretamente à figura de Leonel Brizola. Apresenta-se como um partido que ao longo das eleições em Novo Hamburgo foi capaz de polarizá-las com o PMDB, até o pleito de 2000. Sua inserção político-eleitoral na cidade fica evidenciada também pela capacidade de ocupar vagas na Câmara Municipal em todos os pleitos analisados, de 1982 até hoje. Regionalmente, a força do PDT é expressa pela bancada de 3 deputados federais, 6 deputados estaduais, governa 65 prefeituras e tem 694 vereadores. Nacionalmente, sua votação concentra-se, sobretudo, nos estados de Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Rio de Janeiro<sup>43</sup>.

Abordando a perspectiva do ponto de vista do Partido Democrático Trabalhista, Lino De Negri, presidente municipal da legenda, afirma que o processo de construção da coligação

começou como todos os partidos começam: tentando uma candidatura própria. Esgotada essa primeira fase em que não chegamos a um consenso sobre lançar um candidato próprio. Houve por bem reunir o nosso diretório e caminhar na direção de uma coligação (07/10/2009).

Neste processo, de consulta ao diretório e de debates internos, o presidente municipal do PDT afirma que

chegou-se a conclusão que para participarmos de uma coligação nós entraríamos com o candidato a vice. Fizemos contato com a direção do PT, também fizemos contato com a direção do PMDB, que eram os candidatos mais [...] fortes no momento. Mas também fizemos contato com todos os outros partidos (Lino De Negri, 07/10/2009).

Havia, entretanto, uma “orientação nacional do partido (de que) nós teríamos que caminhar na direção da ideologia política [...] nessa caminhada mais para a esquerda. Então chegamos à conclusão que o PT [...] estaria mais próximo do PDT”

---

<sup>43</sup> Fonte: TSE, TRE-RS e Portal do PDT ([www.pdt.org.br](http://www.pdt.org.br)) em 2009.

(Lino De Negri, 07/10/2009). Essa orientação norteou a negociação entre os partidos, bem como o debate dentro do PDT, restando a decisão ao “diretório municipal, (que) através da votação escolheu por se coligar com o PT” (Lino De Negri, 07/10/2009). Dentro das negociações, como afirmado anteriormente, o PT definiu que lançaria a candidatura a prefeito. Correspondendo, para tanto, a decisão do diretório municipal do PDT em indicar Lorena Meyer como candidata a vice. A opção pelo seu nome fundamentou-se, sobretudo, no fato de ter sido a vereadora mais votada na eleição de 2004.

Esta decisão visava a aumentar a possibilidade de a coligação conquistar o voto feminino na cidade. Essa constatação é feita pela própria vice-prefeita, ao afirmar que "no decorrer da campanha eu ouvia que as pessoas diziam muito 'até que enfim vai ter uma mulher'. Acredito que o fato de ser mulher influenciou muito. Até porque mudou o cenário" (Lorena Mayer, 21/09/2009). A alteração de cenário, afirmada pela vice, é confirmada através dados divulgados pelo TSE, nos quais observamos em 2008 o percentual de 9,07% de cargos executivos conquistados por mulheres, em comparação com os 7,32% de 2004 e 5,72% em 2000<sup>44</sup>.

Na história política nacional atual, o Partido Trabalhista Brasileiro - PTB - foi centro de grande cotenda entre Leonel Brizola e Ivete Vargas. Ambos buscavam a relação com a pessoa do seu fundador, Getúlio Vargas. Entretanto, após tumultuado julgamento, o TSE deu ganho de causa para o grupo liderado por Ivete, levando Leonel Brizola a fundar o PDT. Defendendo as bandeiras do nacionalismo, da autonomia sindical e da proteção dos direitos trabalhistas, o PTB insere-se no cenário eleitoral de Novo Hamburgo a partir da eleição proporcional de 1992, na qual elege 3 representantes para a vereança. Conquistou em 1996 duas cadeiras, as quais manteve nas eleições de 2000 e 2004. A análise regional demonstra que

---

<sup>44</sup> Fonte: TSE.

atualmente conta com 3 representantes na Câmara Federal, 5 deputados estaduais, 32 prefeitos e 374 vereadores<sup>45</sup>.

O PTB foi um dos partidos inicialmente consultados pela direção municipal do PT. Carlos Finck, presidente municipal do PTB-NH, relata que dentro da legenda foi realizada "uma avaliação da cidade, como ela estava, como estava sendo governada e quem poderia ter capacidade para administrar bem Novo Hamburgo" (18/09/2009). Ao longo do debate em torno da possibilidade de o PTB participar da coligação com o PT, houve divergências e divisões dentro do partido perante as quais, salienta Carlos Finck, foi necessário "buscar (o) [...] entendimento, que é sempre muito difícil. É sempre muito difícil coligar com outro partido. São posicionamentos divergentes, são ideias, são programas, são pessoas diferentes" (19/09/2009). Essas divergências seguiram-se ao longo do tempo, chegando até a convenção municipal do partido. Segundo o representante do PTB,

quando lançamos o candidato Ruy Noronha, foi um momento que houve uma divergência muito grande dentro do partido. Nós tínhamos um grupo que buscava essa coligação (*Meu Coração Diz Sim*) e outro grupo que entendia que não deveria haver essa coligação. Esse outro grupo entendia que deveria haver coligação com o outro candidato - Jair Foscarini, coligação *Amor Por Novo Hamburgo* (Carlos Finck, 19/09/2009).

Para o presidente municipal do PTB, a opção de oferecer candidatura própria definiu-se como estratégia necessária devido à situação, pois, segundo ele,

no momento da convenção, se nós não tivéssemos um candidato, iríamos perder a convenção para o outro candidato, o que seria um suicídio político para o PTB de Novo Hamburgo. Naquele momento foi oportuno lançarmos um candidato, para ter tempo de novamente, discutir essa possibilidade de coligação com o PT (Carlos Finck, 19/09/2009).

Dessa forma, ao estabelecer candidatura própria, o PTB realizou uma manobra necessária para manter sob controle a parcela contrária à coligação com o PT. Através disso, foi facultada posteriormente ao candidato Ruy Noronha a possibilidade de retirar a candidatura, ofertando apoio público à coligação *Meu*

---

<sup>45</sup> Fonte: TSE, TRE-RS e Portal do PTB ([www.ptb.org.br](http://www.ptb.org.br)) em 2009.

*Coração Diz Sim*, como visto no capítulo anterior<sup>46</sup>. Para Ruy Noronha, de fato “a campanha do PTB não chegou a ganhar corpo. Se buscava ainda primeiro harmonizar as correntes do partido que estavam divididas” (Ruy Noronha, ex-candidato a prefeito pelo PTB-NH, 22/09/2009). Essa divisão não foi de toda pacificada dentro do partido, permitindo aos seus candidatos à vereança a possibilidade de apoiar qualquer candidatura majoritária que lhes interessa. Ademais, Ruy Noronha salienta que “admiração que passei a ter pelo Tarcísio, somando com a divisão interna do meu partido, a falta de sustentação política e financeira” (22/09/2009) foram fatores decisivos para que a legenda decidisse por apoiar a coligação *Meu Coração Diz Sim*.

Além das tratativas com o PDT e o PTB, o PT posicionou-se de forma a dialogar com outras legendas. Para tanto, Luís Lauermann afirma que “também fomos procurando um conjunto de outros partidos, e aprovamos que iríamos procurar todos os partidos que estivessem fazendo a mesma leitura da cidade” (07/10/2009). Após o diálogo inicial com o PDT e o PTB, o PT buscou abrir conversações com partidos como

o PR e o PRB<sup>47</sup>, que são dois partidos menores no estado do RS e na cidade [...], mas que compartilhavam desse diagnóstico e desse desejo dos desafios que a gente colocava para a cidade de Novo Hamburgo. Nós também procuramos o PCdoB e que veio para a aliança, assim como o PR, o PRB, o PDT e o PTC (Luís Lauermann, 07/10/2009).

Entre as legendas procuradas, e com a qual não houve entendimento, está o PSOL. Defendendo o ideário de união dos partidos de esquerda, essa proposta não atraiu o PSOL à coligação, o qual optou por oferecer ao eleitorado novo-hamburguense chapa própria. Segundo Luís Lauermann, também foram procurados o PSC, o PPS, o PP, o PSOL, o PV, e, o PHS, dando preferência, nas palavras do

---

<sup>46</sup> A oficialização pública de apoio do PTB à coligação *Meu Coração Diz Sim* ocorreu na convenção municipal do PT, sendo divulgada na edição de 04/08/2008 do Jornal NH.

<sup>47</sup> PR e PRB compõem a base governista federal. Dessa forma, a procura por essas legendas respeita as indicações feitas pela Executiva Nacional do PT, buscando estruturar com os partidos da base governista as forças eleitorais na eleição de 2008.

presidente municipal do partido, ao debate “pautado pelo diálogo e pela vontade real de efetivar mudanças na cidade” (07/10/2009)

O Partido Comunista do Brasil apresenta no município sedimentação de força política principalmente entre os jovens e estudantes, através da constante recondução à liderança da União dos Estudantes de Novo Hamburgo. Obteve sua primeira representação na Câmara Municipal em 2007, quando o vereador Volnei Campagnoni migrou do PMDB para o PCdoB alegando divergências internas irremediáveis. No Estado, tem como representantes uma deputada federal, um deputado estadual e 22 vereadores<sup>48</sup>.

Fábio Wasen, presidente municipal do PCdoB-NH, destaca que o partido “participou da aliança em 2008 depois de muito diálogo com as forças políticas que compuseram a coligação” (19/10/2009). Para ele, a decisão da legenda em apoiar a coligação baseou-se no anseio que “o nosso partido, que a esquerda em algum momento governasse a cidade” (Fábio Wasen, 19/10/2009). Apresentando, dessa forma, como motivação principal para ingressar na coligação a busca do PCdoB pela vitória, corroborando a afirmação de Stoker e Marsh (1995, p.76, tradução nossa) em que os “partidos são tidos por serem [...] motivados pelo desejo de serem eleitos, competindo por votos”.

A polaridade da disputa foi um ponto destacado por Fábio Wasen, onde em suas palavras afirma que

pela primeira vez na cidade ficou mais nítida para a população a questão do debate dos projetos de que tipo de cidade a gente queria. À esquerda, de um lado, com a candidatura que conseguiu agregar todos os partidos de esquerda, salvo o PSB. E a candidatura do Jair, que era coligado com o PSDB. Então ficou esquerda de um lado e direita de outro (20/10/2009)

Todavia, entende-se que a união de esquerdas prevista pelo presidente do PCdoB considerava a agregação do PT, PCdoB e PDT. Ao incluir as legendas do PR, PRB e PTC, a coligação assumiu um caráter pragmático, dirigindo-se ao centro

---

<sup>48</sup> Fonte: TSE e Portal do PCdoB ([www.vermelho.org.br/pcdob/](http://www.vermelho.org.br/pcdob/)) em 2009.

do espectro ideológico. Essa afirmação encontra sustentação em Santos (2006, p.286), onde, segundo o autor, "em competições majoritárias [...] vence a disputa quem for capaz de atrair o voto do eleitor localizado no centro do espectro ideológico".

Originário do PJ (Partido da Juventude), posteriormente alterou sua sigla para PRN (Partido da Reconstrução Nacional), onde conquistou o cargo de Presidente da República com Fernando Collor de Mello. Adotando a nomenclatura de Partido Trabalhista Cristão em 2000, a legenda apresenta-se como defensora de ideários do liberalismo e da autonomia civil<sup>49</sup>. Caracterizando a abrangência de outros espectros ideológicos, a inclusão do PTC na disputa eleitoral em Novo Hamburgo favoreceu a coligação ao representar segmentos políticos diferentes daqueles esperados de uma coligação que abrangia três dos principais partidos de esquerda do município.

Confirmando a proposição de Souza (2005, p.33) de que "a intensidade das alianças e coligações nas eleições proporcionais apresentam uma estreita relação com a disputa majoritária", Jéfferson Petry, presidente municipal do PTC de Novo Hamburgo, afirma que o processo de coligação

na verdade começou através do PDT. O PTC foi convidado a participar dessa coligação em primeiro lugar [...] para fazer parte da coligação proporcional, par abrir legenda para vereador. A partir disso começou a discussão da coligação majoritária (20/10/2009)

Influenciados pelas condições em que se encontrava a cidade de Novo Hamburgo, o PTC optou por ingressar na coligação a convite do PDT, buscando responder a "real necessidade de mudança na cidade. Vimos no PT, no Tarcísio e nas propostas que eles apresentavam a real possibilidade de mudança" (Jefferson Petry, 20/10/2009). O PTC adere à coligação somando forças com os outros partidos, e participando em conjunto com o PDT e o PR na coligação proporcional. Sua participação foi expressa através da inserção dos militantes da legenda em

---

<sup>49</sup> Fonte: TSE e Portal do PTC ([www.ptc36.com.br](http://www.ptc36.com.br)) em 2009.

funções essenciais na estrutura da campanha, respondendo pela organização e gerência do comitê central.

Surgindo da fusão do Partido Liberal (PL) com o Partido da Reedificação da Ordem Nacional (PRONA), o Partido da República representa também o fator de agregação de espectros ideológicos diferentes<sup>50</sup>. Par do PTC na defesa do liberalismo, o PR foi o primeiro partido a oficializar adesão à coligação com o PT.

Segundo Elói Spohr, presidente municipal do PR-NH, a inclusão da legenda ocorreu devido ao fato do partido ter vislumbrado na coligação e no projeto de governo

uma proposta nova para Novo Hamburgo, onde historicamente a política se resumia a alguns partidos tradicionais na cidade. Vimos no Tarcísio a possibilidade de construir um novo projeto para Novo Hamburgo (19/10/2009).

Em entrevista realizada no dia 19/10 deste ano, o representante do PR afirma terem chegado à conclusão de que “a gestão anterior era meio parada, já vinha com aquele projeto do PMDB, que fez com que as pessoas disputassem mais cargos do que projetos de governo, de mudança” (Elói Spohr). Dessa inaptidão da gestão PMDB em propor mudanças surgiu a principal motivação do PR em participar da coligação liderada pelo PT, pois dessa "forma [...] era possível construir uma nova alternativa, uma alternância de poder" (Idem). Essa nova alternativa, para o PR, deveria ser capaz de dialogar com outras instâncias federativas e, "para o partido a pessoa que poderia construir isso junto ao Governo Federal, ao Governo Lula [...] era o Tarcísio" (Idem).

Como partido mais novo que compôs a coligação, o Partido Republicano Brasileiro foi fundado em 2003, ostentando inicialmente a sigla PMR -Partido Municipalista Renovador. Em 2006, trocou a sigla para o atual PRB<sup>51</sup>. Sua fundação no município data de 2007, agregando principalmente representantes ligados as

---

<sup>50</sup> TSE e Portal do PR ([www.partidodarepublica.org.br](http://www.partidodarepublica.org.br)) em 2009.

<sup>51</sup> Fonte: TSE e Portal do PRB ([www.prb.org.br](http://www.prb.org.br)) em 2009.

Igrejas Evangélicas Pentecostais. Sua inclusão auxiliou na construção da imagem conciliadora instituída pela coligação, ao incluir o tom conservador, ostentado pelos representantes evangélicos.

Conforme o Pastor Ademir da Silva, presidente municipal do PR-NH, o partido optou por ingressar na coligação para poder auxiliar na construção de um novo projeto para a cidade. Ainda assim, "a época estávamos procurando um partido para se coligar e o PT desde o início conversou conosco. [...] Foi também uma indicação a nível nacional para buscar o PT nas coligações" (20/10/2009).

A indicação nacional vinha da composição pelo PRB como vice no Governo Lula, o que favoreceu ainda mais a inclusão do partido na coligação, agindo de forma quase que residual a coligação implementada nacionalmente. Retomando a análise dos motivos que levaram o PT a procurar grandes legendas, a busca por coligar-se, primeiramente com o PDT e o PTB, encontra sustentação na afirmação de Schmitt (2005, p.22), onde

os partidos políticos tem a sua força eleitoral desigualmente distribuída no território nacional. Os grandes partidos nacionais podem não ser necessariamente grandes em todas as unidades da Federação. Do mesmo modo, os pequenos partidos no nível federal podem dispor de uma força muito concentrada regionalmente, de tal sorte que sejam partidos grandes em determinados estados.

A relativa ausência de força em outros estados do país demonstrada pelo PDT e PTB, difere do enraizamento e dos índices de votação que eles alcançam no Rio Grande do Sul. Ao pleitear o apoio dessas legendas, a manobra realizada pelo PT foi de buscar agregar à sua coligação a votação tradicionalmente conquistada por esses partidos nas eleições disputadas, bem como a inserção nos segmentos sociais em que eles se encontram enraizados.

O arranjo da coligação em 2008 caracteriza um passo estratégico importante para as definições políticas nos anos seguintes, principalmente prevendo a possibilidade de o PT e o PDT constituírem uma frente conjunta para a disputa majoritária estadual. Destaca-se que no estado do Rio Grande do Sul, como apontado por Miguel e Machado (2007, p.766), em nível municipal, "o PDT participou de 67,9% das coligações integradas pelo PT, mas o PMDB, principal adversário

local, não passou de 3,2%". Essa alta porcentagem de coligações em nível municipal apresenta-se como fator que favorece a conciliação dos partidos em nível estadual. A experiência eleitoral implementada pela coligação *Meu Coração Diz Sim*, em 2008, representa um teste para as forças políticas estaduais.

O argumento da desigualdade distributiva de forças dos partidos em nível nacional aplica-se igualmente à inserção de legendas como o PCdoB, PR, PRB e PTC na coligação. Esses partidos, em sua totalidade, apresentam peso no cenário político nacional, caracterizado pelo número de Deputados Federais que possuem, representando, conjuntamente, 12,87% das cadeiras da Câmara Federal. Dentre eles, o PR é aquele que atualmente apresenta a maior bancada, com 45 deputados, seguido pelo PCdoB com 12. O PRB ocupa seis cadeiras, e o PTC, três vagas.

A expressão do PCdoB origina-se da sua construção histórica, sendo um partido emblemático nacionalmente pela defesa da população mais necessitada e engajamento em lutas sociais. Entretanto, seu peso eleitoral é pequeno, elegendo apenas 12 deputados federais na eleição de 2006. Todavia, a sua inserção na coligação representa a capacidade de negociação e diálogo, assim como reafirmação dos ideais de esquerda. As legendas menores, PR, PRB e PTC, auxiliam, como veremos mais adiante, na inserção da coligação em um maior número de segmentos sociais, descrevendo a coligação um posicionamento mais ao centro do espectro ideológico.

#### 4.2 O APOIO EXTERNO

Mesmo não participando oficialmente da coligação, alguns apoios foram angariados ao longo da eleição. Dentre eles analisaremos o apoio do PTB à coligação *Meu Coração Diz Sim*, assim como a adesão de militantes dissidentes do PP.

Analisando o caso do PTB, seu presidente municipal, Carlos Finck, afirma que "nossa proposta sempre foi um programa para Novo Hamburgo. O que o PT pensava e o que o PTB pensava para a cidade" (18/09/2009). Através da manobra de lançar candidatura própria, o PTB, como citado anteriormente, vislumbrou a

possibilidade de continuar a negociação com a coligação *Meu Coração Diz Sim*, buscando efetivamente o consenso interno do partido. O trabalho se estruturou em torno da renúncia da candidatura do PTB para "então para vir com mais força o apoio do PTB à candidatura do PT" (Carlos Finck, 18/09/2009).

Ainda que a legenda tenha expressado o apoio à coligação através dos meios de comunicação e contando com a participação de muitos militantes e lideranças do partido, o PTB ficou dividido. Parte de seus candidatos à vereança apoiou e trabalhou para a coligação *Amor Por Novo Hamburgo*, liderada pelo PMDB. Esse fato foi possível justamente pela manobra realizada na convenção. Por consequência de não atrelar a sigla a uma coligação majoritária, impossibilitava que a mesma compusesse coligação em nível proporcional.

Liderando o grupo dissidente do PP, Ricardo Michaelsen explica que sua opção em aderir à campanha da coligação *Meu Coração Diz Sim* iniciou-se nas primeiras conversações entre o PT e o seu partido. Segundo ele

"quando começou a chegar perto do pleito de 2008 iniciei as conversações dentro do PP sobre a minha inclinação à buscar outra via que não era o PMDB. [...] Ai começamos a trabalhar com essa idéia de coligação com o Tarcísio" (15/10/2009).

Ricardo Michaelsen apresentava-se como uma figura política com inserção nos principais segmentos comerciais e industriais da cidade. Exponente no cenário da indústria coureiro-calçadista, ocupou o cargo de diretoria no antigo Centro Tecnológico do Couro, Calçado e Afins (CTCCA). Ostenta em seu currículo a função de diretor comercial, exercida no Instituto Brasileiro de Tecnologia do Couro, Calçado e Artefatos (IBTeC).

Sua decisão de desligar-se do Partido Progressista, liderando um grupo de companheiros da sigla, originou-se após a convenção municipal do partido, o qual foi marcado por "uma manobra por parte do grupo que apoiava a candidatura Jair, que envolveu a ocupação de cargos na prefeitura" (Ricardo Michaelsen, 15/10/2009). A partir desse ocorrido, Ricardo Michaelsen relata que

achando que a maneira como foi feita essa disputa, por não ser uma disputa leal, correta, não nos encontrávamos mais em condições de nos manter

dentro do partido. E não iríamos fazer campanha para um governo no qual víamos que houve muitas falhas (15/10/2009).

A disputa em torno do PP, para Ricardo Michaelson, ocorreu com maior força, pois "o PP poderia dar um peso na quebra de paradigma. Um partido como o PP, de certa tradição na cidade e até certo anti-PT poderia ser um fato que daria uma conotação muito importante no crescimento da candidatura do Tarcísio" (15/10/2009). Essa afirmação vai ao encontro da temática que abordaremos mais adiante neste capítulo, onde a inclusão de legendas que não estavam ligadas à esquerda do espectro ideológico forneceria à coligação uma amplitude maior de aceitação do eleitor mediado.

Ainda assim, a adesão à coligação *Meu Coração Diz Sim*, tanto expressa oficialmente pelo PTB como pela incorporação de figuras políticas dissidentes do PP, entre elas Ricardo Michaelson, auxiliaram na inserção política e eleitoral da mesma.

#### 4.3 A CONSTRUÇÃO DO CONSENSO

A composição de uma coligação eleitoral pressupõe que os partidos que a compõem constituam pontos de convergência. Essa expectativa basear-se-á na necessidade de coesão política para ampliar as forças durante o período da disputa eleitoral, bem como em fornecer sustentação política em caso de vitória. Entende-se, portanto, como necessária, a definição de pontos de consenso entre os partidos coligados, para que possam ao longo do processo de construção da coligação serem debatidos e discutidos com o intuito de minimizar os temas em que há divergência.

Segundo as declarações fornecidas pelos presidentes das legendas, o acordo principal centrou-se em torno do projeto de governo construído pelos partidos da coligação *Meu Coração Diz Sim*. Esse projeto definiu a previsão de metas a serem cumpridas, temas a serem trabalhados e propostas a serem implementadas. A constituição dessa organização foi elaborada a partir do Conselho Político, responsável pela construção do programa de governo.

Segundo Luís Laueremann, o Conselho Político consistiu na reunião das principais lideranças dos partidos coligados, que formando grupos dentro de cada área temática, construíram o projeto de programa de governo a ser apresentado para a população novo-hamburguense. Para o presidente municipal do PT,

houve tentativas de algumas pessoas e de outros partidos que não estão na coligação de pautar sobre uma lógica de ocupação de espaços de governo. Nós rechaçamos todas as iniciativas nesse sentido e fomos desde o primeiro momento, do primeiro encontro com os partidos, muito francos quanto a isso: nós não conversaremos em torno desses pontos. E não conversamos. Este assunto de secretarias, de diretorias, foi discutido depois de iniciar o processo de transição do Governo Jair para o Governo Tarcísio (Luís Laueremann, 07/10/2009).

Lorena Meyer (PDT), vice-prefeita de Novo Hamburgo, afirma que "quando se começou o processo de campanha, foi criado o Conselho Político, onde discutíamos as estratégias de campanha e planos de governo" (21/09/2009). A função do Conselho Político seria justamente a busca pela concordância entre os partidos que participavam da coligação, com o intuito de fortalecer politicamente a chapa.

Discorrendo sobre os motivos para o ingresso na coligação, Fábio Wasen (PCdoB) afirma que se discutiu principalmente em torno da "questão da democracia entre os aliados, a questão democrática do ponto de vista do governo com a comunidade" (19/10/2009). Entende-se que a perspectiva comunista vislumbrava tanto a busca pela distribuição equânime de cargos entre os partidos, como a ampliação dos meios de participação direta da comunidade nas políticas municipais.

Abordando a perspectiva anteriormente exposta, como ponto necessário para acordos políticos, requer-se o diálogo a cerca da possibilidade de ocupação de cargos políticos, caso a coligação alcançasse a vitória. Essa definição é considerada fundamental para Lima Júnior (1983 apud MACHADO, 2005, p.52) o qual destaca o fator de racionalidade dos agentes ao afirmar que

as alianças só podem ser compreendidas à luz da 'racionalidade contextual', o que significa que os partidos seguem uma estratégia de maximização dos votos - minimizando o apoio do oponente - que varia de acordo com a força eleitoral local de cada legenda.

O argumento supracitado fundamentar-se-á na proposição que os partidos políticos buscam, racional e estrategicamente compor coligações com o objetivo final

de alcançar a vitória. Para atingir esse resultado, seria necessário haver uma estipulação prévia de ganhos (*payoffs*). Esses ganhos estariam ligados ao fato que "partidos pequenos coligam-se aos grandes em eleições majoritárias com a intenção de receber cargos e benefícios" (MIGUEL; MACHADO, 2007, p.761).

Entre as falas dos presidentes dos partidos coligados, destaca-se a confirmação da referida estipulação de cargos, ainda que sem especificações e detalhamentos. Segundo Elói Spohr, presidente municipal do PR, "havia uma relação de votação com cargos, percentualmente definido. [...] Isso foi falado de modo amplo, mas sem especificar quantitativamente, nem o tipo de cargo" (19/10/2009). Essa afirmação está em conformidade com o exposto por Lino De Negri (PDT), que afirma que "a ocupação foi pré-estabelecida. [...] Foi acordado um percentual de ocupação de espaços, de direito a ocupar" (07/10/2009). Já o representante do PTC no município, contrariamente ao apontado pelos outros partidos, destaca que

com o PTC não houve acordo de cargos. [...] Havia previsão de que todo partido que participa de alguma campanha, quando chega ao poder, de ter participação no governo. Expectativa existia, mas nada definido ou acertado (Jefferson Petry, 20/10/2009).

A não estipulação de cargos encontra respaldo dentro da previsibilidade de ocupação dos mesmos pelos partidos que compunham a coligação. Dessa forma, a fala do presidente municipal do PTC não diverge das proferidas pelos outros representantes de legendas. O contraponto é apresentado na forma que se preveem os acordos, mais abertamente ou trabalhando em linhas gerais como vemos confirmado aqui.

Corroborando as afirmações anteriores, Pastor Ademir da Silva (PRB) afirma que "íamos ter a nossa oportunidade dentro da coligação de exercer funções na administração [...] mas sem nada definido" (20/10/2009). Por sua vez, o representante do PCdoB, Fábio Wasen, resume a temática definindo que

havia alguns acordos. Nós, nos debates com a coligação, chegamos a um critério de espaço de representação dos partidos. [...] Eram acordos que todas as forças sabiam. Não eram acordos escusos, eram acordos de preenchimentos de espaços políticos no governo (19/10/2009)

O teor das entrevistas, cujos trechos foram transcritos, evidencia a existência de previsão de ocupação de cargos pelos partidos coligados. Todavia, não obtivemos informações suficientes para especificar, detalhadamente, as bases desses acordos. Entende-se que os apontamentos e colocações fornecidos através das entrevistas supracitadas corroboram o entendimento sobre a racionalidade dos agentes políticos. Vislumbrando a necessidade de agregar na coligação legendas que tivessem força político-eleitoral de forma a maximizar os resultados no escrutínio (*outcomes*), torna-se imprescindível a definição de ganhos (*payoffs*) para os partidos que a compusessem. Esses ganhos, como demonstrado, traduzir-se-iam na ocupação de espaços políticos através de cargos no quadro do Poder Executivo. Ademais, a inclusão de legendas menores forneceu à coligação, além do somatório dos seus votos, a característica pragmática devido ao posicionamento de muitas delas ao centro do espectro ideológico.

#### 4.4 A RACIONALIDADE DAS ESCOLHAS

Neste estudo, tomamos como premissa teórica a definição de que os agentes políticos agem de forma racional, buscando, segundo Stoker e Marsh (1995, p.79, nossa tradução), "formas de comportamento político que são resultados de escolhas feitas visando eficientes formas de atingir determinados objetivos". Tais formas visam à maximização dos resultados eleitorais através da aglutinação de votos, pois os "partidos são tidos por serem unicamente motivados pelo desejo de serem eleitos, competindo por votos" (Id., p.76, tradução nossa). Para tanto, "os competidores com reais chances na disputa buscam o maior número possível de apoio [...] a fim de garantir a máxima vantagem sobre seus adversários" (MIGUEL; MACHADO, 2007, p.760).

Entende-se então que "os cálculos feitos pelos partidos para participarem das coligações [...] buscam a maximização do ganho eleitoral" (SOUZA, 2005, p.40), e por consequência procuram reduzir os ganhos eleitorais dos adversários. Tais afirmações encontram-se presentes nas falas dos representantes dos partidos coligados. Para Luís Lauermann (PT), "teria sido difícil vencer sem a aliança. Sem

esses partidos, ou se eles tivessem se coligado ao Jair, isso teria composto um cenário com bem menos possibilidade de êxito da eleição do Tarcísio" (07/10/2009). Segundo Lino De Negri (PDT), ficou claro que "essa união das esquerdas foi estratégico para chegar ao poder" (07/10/2009). Assim como a vice-prefeita Lorena Mayer defende a perspectiva que "as coligações são feitas para fortalecer. [...] As coligações são fundamentais quando tu vem enfrentar um partido grande" (21/09/2009).

Para o comunista Fábio Wasen, o fator de destaque surge da análise onde em uma "campanha que a disputa se dá por poucos votos no resultado final, qualquer partido que venha a ter na cidade alguma capilaridade, alguma força eleitoral, pode ter papel definidor" (19/10/2009). Portanto, o peso dos partidos menores, ou a inclusão de mais legendas na coligação seria fundamental para atingir o resultado final. Essa afirmação vai ao encontro com o expresso pelo presidente municipal do PTB, onde destaca que

o resultado da eleição também está condicionado a melhor coligação. Quem fizer a melhor coligação teria o melhor resultado, e ai está a prova. Com a diferença de doze mil votos, qualquer partido que se perdesse ai, poderia ter perdido a eleição. Onde perde o PTB ou o PDT, com certeza o resultado seria outro (Carlos Finck, 18/09/2009).

Dentre os partidos pequenos, o caráter racional também é encontrado. Tratando a coligação como recurso estratégico, fica claro que a participação das legendas foi fundamental, "haja visto que nas eleições anteriores o PT veio sozinho e não obteve um bom êxito, agora com a coligação abriu-se o leque para os partidos pequenos e já houve diferença" (Pastor Ademir da Silva, PRB-NH, 20/10/2009). A manifestação dos demais entrevistados aponta para a mesma direção. Jéfferson Petry, representante do PTC, destacando a função estratégica da coligação, afirma que "com certeza foi muito bem planejada a campanha e atingiram os objetivos esperados com a coligação" (20/10/2009).

Para Elói Spohr, presidente municipal do PR, a agregação de legendas menores foi um fator decisivo para a vitória. Segundo ele, "talvez se o PR e o PRB tivessem ido para outro lado, o PT teria perdido a eleição" (19/10/2009). Questionado sobre a relevância do seu partido na coligação ele afirma ter sido

"um alavanque inicial. [...] Não vou dizer que foi ele que ganhou a eleição ou que foi ele que decidiu, mas foi quem puxou a frente na coligação. O PR entrou, depois o PDT e depois o PCdoB" (19/10/2009).

Sendo efetivamente a primeira legenda a ingressar na coligação, ao PR coube o papel de sinalizar a capacidade de diálogo e de consenso com o PT, favorecendo a conversação com outros partidos e agremiações.

Corroborando com a afirmação do presidente do PR, Ricardo Michaelson, ao discorrer sobre o papel dos partidos menores, afirma que "quando se está construindo uma coligação, as vezes um partido desses, que pode não ter contribuído muito durante o pleito, mas a contribuição dele na formação da constituição da coligação foi muito importante" (15/10/2009). Dessa forma, ressalta-se o papel dos partidos menores como aglutinadores de força em situações de polarização e de disputa acirrada. Entretanto, é necessária a composição de coligações que incluam partidos com maior expressividade política para agregar força política, enquanto os menores fornecem a inserção em uma pluralidade de segmentos sociais.

Dessa forma, aceitando as posições descritas pelos entrevistados supracitados como verídicas, entretanto não podemos tomá-las como referência absoluta para a análise. Todavia, elas corroboram a argumentação de Stocker e Marsh (1995), Souza (2005), Braga (2006) e Miguel e Machado (2007). Segundo os referidos autores, os agentes políticos optam, via de regra, pelo posicionamento que lhes oferecer a maximização das vantagens e benefícios, seja durante o período eleitoral ou fora dele. Ponderam assim os ônus e bônus relacionados a qualquer decisão estratégica adotada.

#### 4.5 OS GANHOS DA UNIÃO

Como explicitado no Capítulo 1, a opção por constituir coligações baseia-se na premissa da fundamentação estratégica, buscando maximizar as possibilidades de vitória de um determinado candidato. Para tanto, dentre os cálculos realizados pelos partidos, destacamos a necessidade de fornecer maior visibilidade à candidatura.

Uma visão recorrente quanto à inclusão de partidos pequenos em uma determinada coligação seria a ideia defendida por Braga (2006, p.240) na qual "os pequenos partidos [...], por sua vez, podem oferecer, aos seus parceiros maiores nas eleições majoritárias, além de seus votos, apoio logístico e organizacional, e um tempo adicional no horário eleitoral gratuito". Esse ponto também é encontrado em Schmitt (2005, p.20), ao afirmar do apoio dos partidos coligados pode ser traduzido, dentre outras coisas, em "recursos humanos e econômicos para a campanha eleitoral e, nos dias atuais, em aumento do tempo de propaganda eleitoral gratuita nos meios de comunicação destinados aos candidatos ao executivo".

O Horário de Propaganda Eleitoral Gratuita<sup>52</sup> é importante como recurso político. Nele as candidaturas apresentam suas propostas, candidatos, programas de governo, bem como críticas ou acusações. Ainda que ocorra divergência entre a real eficácia do horário eleitoral como propagador do processo democrático, acreditamos que o HPEG apresenta-se como ferramenta de importância basilar nas disputas eleitorais. Quanto maior a inserção temporal no horário eleitoral de uma chapa, isolada ou em coligação, tanto maior a sua visibilidade, e por consequência maior o alcance e amplitude da difusão das suas propostas.

O município de Novo Hamburgo apresentava apenas dois canais de televisão, com transmissão fechada vinculados a NET. Todavia, são sete as rádios situadas na localidade. Dessa forma, o HPEG relacionado à televisão apresenta baixa visibilidade, relacionado a propagação em rede paga de transmissão. A maior abrangência do horário eleitoral gratuito advém da sua veiculação através das redes de radiocomunicação.

---

<sup>52</sup> Instituído pela Lei 9.540/97, dispõem em seu texto sobre a obrigatoriedade de disponibilização de horários em redes de rádio e televisão para as chapas concorrentes. A referida lei foi regulamentada, na eleição de 2008, pela Resolução nº 28.714/08 do TSE. Sua obrigatoriedade em meios televisivos está condicionada, quando em eleições municipais, à disponibilidade de transmissoras e canais nas localidades.

O tempo ocupado pela coligação *Meu Coração Diz Sim* somou 9 minutos e 31 segundos<sup>53</sup>. Considerando a base de cálculo para a distribuição deste tempo, constata-se que, além dos 3 minutos e 20 segundos igualmente distribuídos entre as chapas concorrentes, 3 minutos e 28 segundos era o tempo proporcional relativo à legenda do PT. O restante foi agregado pelos partidos que compuseram a coligação. A distribuição do tempo agregado por cada legenda da coligação consta na Tabela 16.

**TABELA 16. Coligação *Meu Coração Diz Sim* - Partido, Número de Deputados Federais e Tempo Proporcional**

Partido	Número de Deputados Federais eleitos em 2006	Tempo Proporcional relativo a cada legenda
PT	83	3 min. e 28 seg.
PDT	24	1 min.
PR*1	23	58 s.
PCdoB	13	33 s.
PTC	3	8 s.
PRB	1	3 s.
Total	147	6 min. e 11 s.*2

\*1 Sendo o PR originário do PL, para base de cálculos utilizou-se o número de deputados eleitos por este em 2006.

\*2 Devido aos valores de arredondamentos, os quais são responsáveis por uma grande variação no resultado final, optamos por utilizar o resultado final de tempo fornecido pelo Cartório Eleitoral.

Fonte: TSE e Cartório Eleitoral de Novo Hamburgo.

<sup>53</sup> Os trinta minutos, estipulados em lei, do HPEG foram divididos pelo TRE-RS entre as três chapas concorrentes a partir de dois cálculos: a primeira divisão deu-se pelo critério da igualdade, representando 1/3 do tempo total, ou seja, 10 minutos, onde cada candidatura conquistou 3 minutos e 20 segundos. O segundo critério está relacionado com o tempo proporcional, o qual é contabilizado a partir do número de Deputados Federais eleitos por cada partido na última eleição, ou seja, em 2006. A base de cálculo prevê a divisão de 2/3 do horário eleitoral gratuito entre as chapas concorrentes. Consideram-se, caso ocorram, as coligações como partidos únicos somando-se o número de deputados dos partidos que a compõem. Fonte: Cartório Eleitoral de Novo Hamburgo.

À coligação *Amor por Novo Hamburgo*, liderada pelo PMDB, coube 17 minutos, mais que a metade do HPEG. A terceira via representada pela candidatura do PSOL obtivera 3 minutos e 27 segundos de propaganda eleitoral<sup>54</sup>.

A partir dos dados apresentados na tabela 16, percebemos que o PT foi o maior responsável pelo tempo proporcional. O somatório dos tempos agregados pelo PDT, PR, PCdoB, PTC e PRB resulta no acréscimo de 2 minutos e 42 segundos no tempo proporcional. Ainda que não apresentem grande inserção política em Novo Hamburgo, a inclusão de legendas como o PR e o PRB agregaram 1 minuto e 1 segundo no HPEG, ampliando a divulgação das propostas e da candidatura majoritária. Este ponto corrobora os argumentos anteriormente expostos de Schmitt (2005) e Braga (2006).

Outro ponto estratégico é considerado através da agregação do maior número de partidos na coligação, fornecer ao candidato inserção em mais segmentos sociais. Este fato dar-se-á, pois as coligações apresentam-se como "mecanismos democráticos de relacionamento que ampliam a tolerância entre interesses divergentes" (FAVETTI, 2004 apud MIGUEL; MACHADO, 2005, p.759).

Portanto, ao incorporar legendas como o PTC, o PRB e o PR, ainda que não apresentarem grande força no município, agrega-se o fator de expressividade nacional dos mesmos, bem como a inserção em segmentos específicos do eleitorado, que o PT concorrendo sozinho não iria alcançar. Por conseguinte, ao fornecer à coligação uma maior aceitação popular, abrangendo uma maior pluralidade de partidos, consegue-se pleitear o papel de interlocutor de demandas em um maior número de áreas e setores. Ao ofertar uma candidatura que responda a esses anseios, almejam-se os votos desses segmentos, agregam-se os votos pulverizados pela pluralidade de demandas sociais.

---

<sup>54</sup> Fonte: Cartório Eleitoral de Novo Hamburgo.

A proposição de ampliar a inserção na sociedade ao aglutinar lideranças e formadores de opinião através da inclusão de mais partidos na coligação, baseia-se na necessidade de maior inserção na sociedade a fim de contemplar a maior gama possível do eleitorado e de suas demandas. De acordo com Santos (2006, p.286), nos pleitos majoritários, “vence a disputa quem for capaz de atrair o voto do eleitor localizado no centro do espectro ideológico”. Essa definição é corroborada por Fábio Wasen (PCdoB) ao afirmar que os "partidos menores [...] ajudam [...] com um arco de alianças que era bem democrático, que não era só uma esquerda puro sangue, dá uma pluralidade, onde consiste a vida e a força de uma vitória" (19/10/2009).

Ao agregar legendas como o PR, o PRB e o PTC, favorece a composição da imagem da coligação. Nas palavras de Fábio Wasen (PCdoB),

todos ele jogam um papel. Esses partidos menores, que não tem uma capilaridade ajudam pois pelo espectro de aliança a população começa a notar que o PT não está mais sozinho como da outra vez. Então o PT não estando sozinho, com um arco de alianças que era bem democrática, que não era só uma esquerda puro sangue, dá uma pluralidade, onde se consiste a vida e a força de uma vitória (19/10/2009).

A inclusão desses partidos, os quais ostentam bandeiras ligadas ao liberalismo e, portanto, à Direita no espectro ideológico, corroboram com a afirmação de Santos (2006, p.286), o qual define que em disputas majoritárias "nenhum candidato pode pretender ganhar as eleições, nesse tipo de pleito, se permanecer em uma das extremidades do espectro, à direita ou à esquerda".

Entendemos que a busca pelo consenso entre as legendas que compuseram a coligação tratou também de responder a essa necessidade inerente à disputa eleitoral, qual seja, a aproximação com o centro em termos ideológicos. Essa centralidade corresponderia conjuntamente à possibilidade de apresentar a candidatura como a mais capaz de responder a um número maior de demandas, oriundas de mais setores e segmentos da sociedade.

O terceiro ponto de análise surge a partir da reflexão feita por Braga (2006, p.240), ao afirmar que

os principais partidos negociam as coligações para as eleições proporcionais como uma forma de angariar apoios nas eleições majoritárias.

Dessa maneira, os partidos maiores racionalmente aceitam possíveis perdas nas eleições proporcionais com a expectativa de um melhor resultado nas eleições majoritárias.

Desta forma, baseados na afirmação de Braga (2006), analisaremos os arranjos de ocupação das cadeiras parlamentares. Tendo como pano de fundo a Câmara de Vereadores de Novo Hamburgo, possuidora de 14 vagas, ponderaremos dois cenários: o primeiro, considerando a atual legislação em que há permissão para realização de coligações proporcionais; e o segundo, ponderando a hipótese de aprovação da Reforma Eleitoral em trânsito no Congresso Nacional, e por consequência, a não possibilidade de constituir coligações em nível proporcional.

No primeiro cenário, a coligação *Meu Coração Diz Sim* conquistou 7 cadeiras. Destas, 5 couberam a coligação proporcional *Frente Popular Meu Coração Diz Sim* - PT, PCdoB e PRB, e 2 a *Frente Popular Trabalhista Meu Coração Diz Sim* - PDT, PR e PTC. Das 5 vagas, conquistadas pela coligação proporcional *Frente Popular Meu Coração Diz Sim*, destacamos a ascensão parlamentar do PCdoB, segundo mais votado dentro da coligação. A perda sugerida por Braga (2006) pode ser vista no fato do PT deixar de ocupar uma cadeira na Câmara Legislativa, cedendo espaço para a inserção do PCdoB na mesma. Em contrapartida somou os votos do partido comunista e sua força política na coligação majoritária. O PT ocupou então, na coligação proporcional a 1ª, 3ª, 4ª e 5ª vaga. O PCdoB, a 2ª. Ao PRB coube a terceira posição de suplência na coligação. As duas vagas da coligação proporcional *Frente Popular Trabalhista Meu Coração Diz Sim* foram ocupadas pelo PDT, sendo, dentro da coligação, o partido com maior expressividade política no município, cabendo ao PR a ocupação da segunda suplência.

Considerando o segundo cenário proposto, onde se apresenta a impossibilidade legal para a realização de coligações proporcionais, o número de partidos com representação na Câmara de Vereadores sofreria uma pequena redução, passando de 7 para 6. Nesse caso, o PMDB comporia a maior força ocupando 5 cadeiras; o PT apresentaria a segunda maior bancada com 4 vagas, seguido pelo PDT com 3 vereadores. PSDB, PTB e PP conquistariam uma cadeira cada. Demonstra-se dessa forma que a presença do PCdoB no cenário legislativo

municipal está diretamente ligada à sua participação na coligação proporcional junto com o PT e o PRB, sem os quais não ultrapassaria o Quociente Eleitoral<sup>55</sup> e, portanto, não teria direito à vaga na vereança.

Buscando caracterizar as ações dos agentes políticos envolvidos na construção da coligação *Meu Coração Diz Sim* como racionais, almejamos definir as mesmas como decisões estratégicas. Considerando o requisito basilar do comportamento político como aquele que busca a vitória, como defendido por Stoker e Marsh (1995), entendemos que a constituição de uma coligação apresenta-se efetivamente como uma estratégia capaz de maximizar a possibilidade de alcançar esse resultado.

Entretanto, o contraponto ao exposto anteriormente pode ser analisado a partir da afirmação de Miguel e Machado (2007, p.761), os quais preveem que

partidos pequenos coligam-se aos grandes em eleições majoritárias com a intenção de receber cargos e benefícios, enquanto partidos grandes buscam apoio dos menores quando a disputa está polarizada e não existe certeza quanto ao resultado da eleição.

Em um cenário de polarização da disputa eleitoral, a participação dos pequenos partidos apresenta-se com fundamental importância. Os votos, ainda que em pequena quantidade, agregados podem, em alguns casos, ser decisivos no resultado final. Em troca do apoio político e da busca por votos na coligação majoritária, aos pequenos partidos caberia ocupar espaços políticos no Executivo, através de cargos.

---

<sup>55</sup> Para estipular a ocupação das vagas em eleições proporcionais, utilizam-se três índices: 1. O Quociente Eleitoral (QE), que é definido pelo cálculo do valor total de votos válidos fracionado pelo número de vagas na Câmara Legislativa. Aquele partido que não alcançar o QE, não disputará posteriormente a divisão das vagas restantes; 2. O Quociente Partidário (QP), que representa o número de vagas conquistadas por um partido ou coligação que tenha alcançado o valor do QE, sendo esse número o resultado da divisão dos total de votos obtidos pelo partido ou coligação pelo QE, descartando-se as frações; e, 3. O Cálculo de Média (CM), responsável pela ocupação das cadeiras restantes, o CM busca identificar a média mais alta dos partidos ou coligações através do cálculo: "*Total de Votos Obtidos / (QP + 1)*". Esse divisor aumenta na medida que se conquista mais vagas ao longo do cálculo de médias, sendo repetida a operação até a ocupação total das cadeiras restantes. Vide Anexo J. Fonte: TRE-RS.

Todavia, demonstramos que para a efetivação dos acordos do PT com os demais partidos integrantes da coligação *Meu Coração Diz Sim* houve negociação prévia de espaços para as legendas no Executivo. Tais acordos foram fundamentados no compromisso do esforço comum durante o período de campanha visando à vitória, pela previsão da divisão de cargos políticos e proporcionalidade da ocupação dos mesmos através dos resultados obtidos pelas legendas na eleição proporcional. Desta forma, a situação de reciprocidade foi estabelecida pelo apoio político que os partidos forneceram à coligação durante o período eleitoral e pela sustentação política dentro da casa legislativa, tendo como contrapartida a participação na ocupação de cargos no Poder Executivo.

Enfim, consideramos que o contexto de aglutinação de forças, caracterizado pelo somatório das legendas que compuseram a coligação, favoreceu a maximização da expressividade política, tendo como consequência direta os resultados obtidos no pleito analisado. Outrossim, a capacidade de composição da coalizão governamental evidencia a necessidade do governo ampliar os esforços, visando a ampliar a coesão entre a base governista.

## 5. ORGANIZAÇÃO DO EXECUTIVO E SUSTENTAÇÃO POLÍTICA

Este capítulo abordará duas temáticas: a primeira trabalhará a organização do Poder Executivo e os espaços ocupados pelos partidos ao longo do primeiro semestre de governo; a segunda tratará da sustentação política pelos partidos que compuseram a coligação *Meu Coração Diz Sim*. A definição de apoio político será buscada nas entrevistas dos presidentes dos partidos coligados, bem como nas declarações fornecidas pelos vereadores eleitos. Em contraponto, consideraremos os votos fornecidos pelos vereadores perante 2 projetos encaminhados pelo Poder Executivo. Considerando como fundamental a sustentação política posterior à eleição, necessitamos definir se: primeiro, ocorreu ou não sua estipulação prévia dentre os acordos que constituíram a coligação; segundo, se efetivamente há demonstrações desse apoio pela bancada governista.

### 5.1 A ORGANIZAÇÃO DO EXECUTIVO

Reunido nas semanas subsequentes à vitória, o Conselho Político ficou encarregado de buscar o melhor arranjo possível na distribuição dos cargos aos partidos coligados. Ficou definido que todos os partidos que participaram da coligação e da campanha, desta forma incluindo a legenda do PTB e os dissidentes do PP, ocupariam espaços no Executivo. Segundo a vice-prefeita, Lorena Mayer, "toda a nossa conjuntura de divisão de secretarias foi negociada diretamente com a coligação" (21/09/2009). Luís Laueremann (PT), afirma que

a partir da vitória eleitoral, entre outras coisas a aliança se reuniu e dentro da aliança foi estabelecido que o critério de composição do governo seria primeiro orientado pela capacidade técnica e pela representatividade política; segundo, [...] comporíamos os espaços de governo com indicações de setores organizados da sociedade fora dos partidos; e, terceiro, faríamos um processo de composição gradativo (07/10/2009)

O organograma do Executivo municipal comporta três níveis de estrutura, a saber: 1. Secretarias; 2. Empresas Públicas e Autarquias; e 3. Coordenadorias com *status* de Secretaria. A partir dos dados coletados, pode-se avaliar a ocupação dos cargos pelas legendas.

Afirmando que "o processo de divisão deu-se procurando a melhor pessoa qualificada para ocupar os espaços" (Luís Laueremann, 07/10/2009), o presidente

municipal do PT forneceu o requisito que, além da indicação política, seria o norteador dessa ocupação: a capacidade técnica.

Na composição do primeiro escalão do Executivo, o secretariado, observamos a preferência pela participação das maiores legendas que compuseram a coligação, tanto oficial como extraoficialmente. A Tabela 17 fornece a distribuição dos partidos entre as secretarias. A organização do Executivo baseou-se na importância política de cada legenda. Ou seja, a ocupação dos postos foi estabelecida entre os partidos que conquistaram vagas na Câmara de Vereadores, demonstrando dessa forma maior força no cenário político do município<sup>56</sup>.

**TABELA 17. Organização do Executivo: Secretarias por Partidos**

Partido	Percentual de Secretarias Ocupadas	Número de Secretarias Ocupadas
PT	62,5%	10
PDT	18,75%	3
PTB	12,5%	2
PCdoB	6,25%	1
Total	100%	16

Fonte: Dados extraídos da edição do Jornal NH de 29.11.2008.

Respondendo pela maior ocupação desses quadros, ao PT, partido que encabeçou a coligação, coube 9 pastas, são elas: a Secretaria Geral de Governo; Secretaria Especial de Gabinete; Planejamento, Orçamento e Gestão; Fazenda; Educação e Desporto; Saúde; Cultura; Segurança e Mobilidade Urbana; e, Desenvolvimento Social. Embora tenha conquistado apenas 2 cadeiras de vereador, o PDT desempenhou papel basilar na coligação, indicando a candidata a vice. A legenda democrática trabalhista ocupou 3 Secretarias Municipais: a Secretaria de Obras Públicas e Serviços Urbanos; Desenvolvimento Rural; e da Habitação. O PTB responde pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo, bem como pela Procuradoria-Geral do Município. Ao PCdoB coube a pasta do Meio Ambiente e Planejamento Urbano.

As legendas menores, ainda que não contempladas no primeiro escalão, estão representadas no Executivo. Entretanto, não obtivemos acesso aos respectivos percentuais de distribuição desses cargos. A informação passada pelos

<sup>56</sup> PT, PDT, PTB e PCdoB conquistaram respectivamente 4, 2, 1 e 1 cadeiras na vereança.

entrevistados indica que os presidentes municipais do PR, PRB e PTC estão inseridos no governo, ocupando funções de diretores dentro do Executivo Municipal.

Neste primeiro momento de análise, encontramos as principais lideranças da coligação ocupando os espaços antes descritos. Os presidentes municipais do PT, PDT e PTB foram alocados, cada um, em uma secretaria. Entretanto, o presidente municipal do PCdoB não foi contemplado com cargo no primeiro escalão. Essa situação é explicada por Fábio Wasen: "o estatuto do nosso partido proíbe que o presidente ocupe algum cargo público" (19/10/2009).

Os cargos em autarquias e empresas públicas demonstram uma divisão igualitária entre os dois principais partidos da coligação: PT e PDT ocupam cada um, uma autarquia, a Companhia Municipal de Saneamento e a Companhia Municipal de Urbanismo, respectivamente. A FENAC, empresa pública do município responsável pela Festa Nacional do Calçado, ficou sob a presidência de Ricardo Michaelsen (ex-PP), atualmente sem partido.

A divisão entre PT e PDT segue aos acordos realizados durante a composição da coligação. Buscando angariar apoio, como definido anteriormente no capítulo, o PT estabeleceu como parte dos termos definidos a partilha de espaços dentro da administração pública. A designação de Ricardo Michaelsen para a FENAC está ligado a importância política do apoio fornecido por ele à coligação *Meu Coração Diz Sim*, bem como ao seu empenho durante a construção da coligação e na campanha.

As Coordenadorias com *status* de secretaria são pastas responsáveis pela elaboração de políticas públicas focadas em segmentos específicos da sociedade. Como descrito na Tabela 18, o PDT responde por duas coordenadorias: a de Políticas para as Mulheres e de Políticas para os Idosos. No comando da coordenadoria de Políticas para as Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais encontra-se o PTB. A coordenadoria de Políticas para a Juventude é chefiada pelo PCdoB, e a coube ao PT encabeçar a Coordenadoria de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial.

**TABELA 18. Organização do Executivo: Coordenadorias por Partidos**

Partido	Percentual de Coordenadorias Ocupadas	Número de Coordenadorias Ocupadas
PT	20,00%	1
PDT	40,00%	2
PTB	20,00%	1
PCdoB	20,00%	1
Total	100%	5

Fonte: Dados extraídos da edição do Jornal NH de 29.11.2008

Entende-se, portanto, que a divisão do Executivo foi organizada em torno dos principais partidos que compuseram a coligação eleitoral vitoriosa, tanto formalmente como informalmente. As legendas contempladas com os principais cargos de chefia no Executivo são aquelas que efetivamente demonstraram poder político. Observamos que a relação entre a ocupação de cargos está ligada com a capacidade dos partidos de elegerem representantes para Câmara de Vereadores.

## 5.2 O PAPEL DAS COALIZÕES

Tendo como premissa básica os apontamentos de Abranches (1988, p.20), entendemos que o cenário político brasileiro apresenta a "necessidade, mais ou menos frequente, de recurso à coalizão interpartidária para formação do Executivo (gabinete)" (Id., 1988, p.20). Essa necessidade explica-se devido "a fragmentação partidário-eleitoral, por sua vez ancorada nas diferenciações socioculturais" (Ibid., 1988, p.20). Neste cenário, segundo o autor, de ausência de identificação partidária por parte do eleitorado, apresenta-se como sendo "improvável a emergência sistemática de governos sustentados por um só partido majoritário" (ABRANCHES, op. cit., p.21). Decorrente disto, o surgimento de coalizões seria a resposta do sistema político vigente para a árdua questão da sustentabilidade política de um governo. Assim como as coligações são definidas estrategicamente, buscando aglutinar o maior número de legendas com força política para maximizar os resultados eleitorais, as coalizões buscariam reunir legendas, com representações políticas dentro das casas legislativas, a fim de possibilitar a aprovação das medidas e dos projetos propostos pelo Executivo.

Entendemos então como fundamental a formação de uma coalizão governamental com o intuito de fornecer a sustentação política necessária para o governo eleito. Todavia, Schmitt (1999, p.77) aponta que “as coligações eleitorais tem [...] uma existência efêmera, não se exigindo que se convertam necessariamente em coalizões parlamentares”. Esse fato deve-se à não previsão na legislação eleitoral sobre a necessidade dos partidos que estiveram coligados durante a campanha, se estruturarem na base do governo. A ausência de mandamentos legais apresenta-se como falha estrutural do sistema político, facultando às legendas elegerem representantes através do somatório dos votos das coligações proporcionais, entretanto não as obriga a um modelo de fidelidade partidária e interpartidária perante a coligação majoritária no pós-eleição.

Outro ponto de discussão quanto às coalizões apresenta-se sobre o número de legendas que as compõem. Como especificado anteriormente, não há obrigação ou amarra legal que obrigue os partidos que formaram uma coligação eleitoral a comporem uma coalizão de governo. Dessa forma, nem sempre encontraremos os partidos antes coligados, reorganizados na coalizão. Frequentemente encontramos mais legendas compondo a coalizão governamental do que anteriormente na coligação. Essa abrangência de mais partidos estaria fundamentada, segundo Abranches (op. cit., p.22), no fato que “dependendo da distribuição das cadeiras parlamentares entre os partidos, pode tornar-se impraticável formar coalizões mínimas”. Ou seja, o número de partidos necessários para compor uma coalizão que efetivamente forneça sustentação política dependerá dos arranjos eleitorais obtidos, bem como de uma ampla negociação entre as legendas e o Executivo.

Para Abranches (op. cit.), a negociação entre as agremiações partidárias e o Poder Executivo dependeria da abertura deste para inserção de cargos políticos indicados pelas legendas que apresentam representação no Poder Legislativo. Trazendo ao caso em análise, a coalizão como condição *sine qua non* para a alcançar e manter a governabilidade, seria fundamentada, entre outras formas, através da ocupação de cargos pelos partidos que a compõem dentro dos quadros do Poder Executivo. Os arranjos do Executivo, como analisados, demonstraram espaços ocupados por todas as legendas que compuseram a coligação *Meu Coração Diz Sim*, além da inclusão do PTB nos quadros.

Todavia, Santos (2006, p.285) considera que além da distribuição de espaços políticos, haveria a necessidade de construção de um "programa bem definido de políticas defendido pelos parceiros". Tal discussão de projetos coincidiria na constituição de um programa de governo. O qual, entretanto, requer constantes aperfeiçoamentos e mudanças ao longo do tempo, devido às alterações das demandas e das pressões sofridas pelos partidos da coalizão, a partir de suas bases eleitorais.

Consideramos então que as constituições de coalizões governamentais buscam a formação de base de apoio dentro do Legislativo para a aprovação das propostas e projetos encaminhados pelo Poder Executivo. Tal construção requer uma minuciosa elaboração entre os partidos através dos seus representantes. Ocorrendo para isso, na grande maioria dos casos, a partilha do poder entre essas legendas dentro do Executivo, assim como a elaboração de um programa de governo a fim de nortear os rumos da base governista no Legislativo.

### 5.3 A DEFINIÇÃO DE APOIO

Como detalhado na seção anterior, para a construção de uma coalizão de governo necessita-se a participação de partidos com representantes no Poder Legislativo. No caso em análise, buscamos nas falas dos presidentes partidários a confirmação da construção desse apoio no âmbito da Câmara de Vereadores. A coligação *Meu Coração Diz Sim* elegeu 7 vereadores, das 14 vagas em disputa. Em consonância à nossa análise, consideramos a importância de buscar agregar na formação da coalizão, o PTB. Incluindo essa legenda, a bancada governista alcançaria 8 representantes, do total de 14 das cadeiras. Considerando o fato de o PDT ocupar a presidência da Câmara de Vereadores durante o biênio 2008-2009, e portanto, de não votar a não ser em situações de empate, o número efetivos de vereadores cai para 13. Com esse valor para base, a coalizão governista formada pelos 7 vereadores votantes representaria quase 54% dos votos da casa.

A estipulação prévia da necessidade de sustentação política, segundo o presidente municipal do PT de Novo Hamburgo, "não foi tão debatido, pois se compreende como uma coisa muito natural, que é um partido da aliança acompanhar o processo do programa de governo" (Luís Lauermann, 07/10/2009).

Dessa forma, encontramos confirmação pós-eleição de acordos em torno da temática da sustentação política. Todavia, como veremos a seguir através das falas dos outros presidentes partidários, a governabilidade era uma temática tratada como uma *decorrência natural* da coligação. Essa naturalidade na construção da sustentação política é reafirmada por Fábio Wasen (PCdoB), quando afirma ser

natural que todos os partidos que ganhem à eleição vão ajudar a dar sustentabilidade. Essa sustentabilidade se dá de várias formas, se tu tens um vereador na casa ou não, isso dá capilaridade. Se tu és um partido que tem um enraizamento com as forças vivas da sociedade, tu consegues dar uma sustentação orgânica para o governo (19/10/2009).

O representante do PCdoB chama a atenção para a sustentação política fora do cenário legislativo. O apoio advém igualmente dos quadros dos partidos. As lideranças constituídas pelas legendas, que, como destacado no capítulo anterior, foram essenciais para a inserção em outros segmentos sociais, são fundamentais para a sustentação do governo eleito. Entretanto, nossa análise se concentrará na governabilidade dentro da casa legislativa, ou seja, aquela que se busca estabelecer com o apoio dos vereadores e será indispensável para que o Executivo consiga por em prática as propostas apresentadas durante a campanha. A inexistência de sustentação política, ou a inaptidão do governo em formar uma coalizão que agregue os votos necessários para aprovação dos projetos, poderá definir o futuro do Executivo como fadado à inércia administrativa ou a impossibilidade de implementar mudanças no *status quo*.

Para Lino De Negri (PDT), a organização da sustentação política apresenta-se como

um compromisso assumido de trabalhar junto. Logicamente que se os nossos vereadores trabalharem do lado errado a Administração não vai concordar. E se acharem que a administração está errada tem a obrigação de alertar (07/10/2009).

Ao analisar o comportamento dos vereadores do PDT na Câmara Novo-Hamburguense, o presidente municipal da legenda afirma que

eles tem caminhado juntamente com o partido, com o PDT, na busca do melhor entendimento e para dar o melhor apoio possível para o governo que está aqui. Se empenhando ao máximo para dar o apoio que o governo precisa (Lino de Negri, 07/10/2009).

As falas do presidente municipal do PDT vão ao encontro das afirmações da Vice-Prefeita, Lorena Mayer. Com o histórico de dois mandatos na vereança pelo município, discorre sobre o tema da governabilidade considera que

quando se tem uma vitória e se tem a maioria, na verdade tu não precisa [...] negociar muito coisa, pois ela é automática, pois todos querem sair vencedores. Os vereadores que fizeram parte da coligação, a coisa vai espontaneamente, pois tu não precisa na verdade impor as coisas para ele. Na verdade nós precisamos do Legislativo e o Legislativo, indiferente se é oposição ou não, precisa do trabalho do Executivo. Os vereadores estão aí, são os representantes da nossa comunidade, só nos pedem o que a comunidade pede a eles. Mas tivemos grande êxito com o Legislativo, mas na verdade nada foi combinado, acertado antes. A coisa foi fluindo naturalmente (Lorena Mayer, 21/09/2009).

Dessa forma, segundo a Vice, o posicionamento dos vereadores buscaria a melhor estratégia de vitória para ambos os lados, tanto para o Legislativo como para o Executivo. Essa visão é reforçada quando analisando o comportamento dos vereadores do seu partido relata que “tenho visto, tenho acompanhado muito com os nossos vereadores do PDT, que eles tem sido muito parceiros com a administração do executivo. Tem mantido a lealdade” (Lorena Mayer, 21/09/2009).

Para Carlos Finck (PTB), a discussão em torno da sustentabilidade política entre os partidos

nunca foi questão fechada, mas é questão *sine qua non*. Não podemos estar numa coligação e nossos representantes na câmara não darem apoio aos projetos de mudança da cidade. Após a eleição, nós nos reunimos com o nosso vereador e com os candidatos que concorreram e fizemos um fechamento de questão: no momento que o partido tomasse posição sobre um projeto, o vereador, nosso representante, teria de votar com o partido (18/09/2009).

Outrossim, o destaque feito ao vereador do PTB encontramos na fala de Ruy Noronha, ex-candidato a prefeito pelo PTB. Segundo ele,

no início, quando abraçamos a candidatura do Tarcísio, ele era da corrente mais simpatizante com o Jair. [...] É um vereador com uma certa autonomia. Mas conseguimos pouco a pouco, o (Carlos) Finck e eu, conscientizar ele que o que temos aqui é uma equipe, é um time (22/09/2009).

Entendemos, a partir do trecho supratranscrito, que o comportamento do vereador do PTB poderia divergir daquele esperado, ou seja, de fornecer sustentação ao governo eleito. Todavia, os esforços das figuras políticas importantes da legenda trabalhista direcionaram-se em estabelecer o posicionamento exposto pelo vereador, a partir das decisões do partido. Ademais, o desempenho do

parlamentar petebista, assim como dos outros integrantes da bancada governista será analisado em seção adiante neste capítulo.

#### 5.4 A PERSPECTIVA DOS VEREADORES

Tendo como pressuposto a vinculação dos parlamentares aos partidos que os elegeram, visto a necessidade legal de vinculação partidária para a eleição, este fato não gera, entretanto, subordinação absoluta aos mesmo. Desta forma, devido à possibilidade de autonomia que os parlamentares apresentam, vemos como necessário expor a perspectiva de cada vereador sobre o seu papel como integrante da coalizão governamental.

Liderando a coligação *Meu Coração Diz Sim*, o PT conquistou 4 cadeiras na Câmara de Vereadores do município. A nomeação da vereadora Anita Lucas de Oliveira para a função de secretária municipal da Cultura deu posse a Alexander Rönna, suplente da legenda. Atualmente, a bancada petista é composta pelos seguintes vereadores: Gilberto Koch, Matias da Silva Martins, Alexander Rönna e Carmen Ries. O líder da bancada do PT, o vereador Gilberto Koch, destaca o seu papel na Câmara como sendo

uma responsabilidade muito grande, de fazer a defesa do governo e buscar agilizar as outras bancadas e os projetos que passam na Câmara. É um trabalho muito duro, muito difícil de fazer, mas é claro que tem algumas coisas importantes. Sabendo fazer esse trabalho, tendo um campo aberto e sendo flexível junto as outras bancadas, ele dá um amadurecimento e um papel muito importante para o vereador. Acho que é um papel fundamental, é difícil, mas tem que estar sempre atento a todas as propostas que vem. Ai que eu vejo um papel fundamental, um a integração junto com o Governo, para saber aqueles projetos e a intenção do Governo quando vem para cá com um projeto que precisa de aprovação (21/09/2009).

Ressaltando a fundamental importância dos vereadores da bancada governista, o vereador Gilberto Koch confirma o pressuposto que os agentes políticos entendem racionalmente seu papel. Tal perspectiva corrobora a afirmação de Stoker e Marsh (1995, p.79, nossa tradução) ao definirem que "há importantes formas de comportamento político que são resultados de escolhas feitas visando eficientes formas de atingir determinados objetivos". Dessa forma, os vereadores também buscariam a maximização dos resultados no período pós-eleitoral, fornecendo ao Executivo o apoio necessário para alcançar a aprovação dos projetos colocados em pauta.

Como anteriormente dito, o PDT ocupa no biênio 2008-2009 a presidência da Câmara de Vereadores do município. Sendo assim, o presidente somente votará em caso de empate, representando dessa forma o voto de minerva<sup>57</sup>, cabendo à bancada do PDT apenas um voto<sup>58</sup>. O atual líder da bancada pedetista, Ricardo Ritter, acredita que o seu papel como integrante da coalizão de governo é

muito importante, até pelas mudanças que o governo se propõem a fazer e a propostas de governo. [...] Algumas mudanças são necessárias. Então estamos aqui para sermos parceiros, para rir e para chorar junto também (21/09/2009).

Analisando o comportamento da bancada do PDT, o vereador Ricardo Ritter afirma que o posicionamento dos representantes do partido dentro da Câmara busca serem "parceiros fiéis ao governo" (21/09/2009). Essa concepção estaria refletindo o fato de que "o prefeito tem valorizado o Legislativo, e na minha avaliação é a melhor forma para governar. A valorização do Legislativo, pois alguns pensam que o vereador não é muito importante" (Vereador Ricardo Ritter, 21/09/2009). Um diferencial apontado pelo representante do PTB, Jesus Maciel Martins, seria que

no governo Tarcísio tem o debate. Ele tem debatido com os vereadores, procurado informar antes os vereadores. E eu acho isso muito importante. Sou uma pessoa que acredita no debate. [...] Eu me sinto mais valorizado como vereador agora do que antes [...] como vereador nesta base de sustentação. [...] Quando o prefeito nos chama para nos comunicar o que ele pretende, ou num projeto de lei antecipando a notícia para os vereadores, ou pedindo sugestões, o vereador se sente valorizado. E eu acredito muito nisso, que nós só vamos crescer como sociedade quando tivermos essa participação (21/09/2009).

Buscando manter o diálogo com os representantes da população, o governo confirma as proposições de Santos (2006) sobre a necessidade de diálogo e constante renegociação do Executivo com o Legislativo, a fim de manter a sustentação política. Segundo o vereador comunista Volnei Campagnoni, nos trabalhos dentro da casa legislativa "queremos ajudar [...] para que essa coligação continue e mantenha-se fortalecida para que governe por mais quatro anos. Mas sempre em cima do diálogo" (05/10/2009). Corroborando essa assertiva, o vereador Ricardo Ritter destaca que

---

<sup>57</sup> Considerando a ocupação normal de 13 vereadores votantes, o presidente somente exercerá seu poder de voto em casos de empate. Tais casos, pelo número ímpar de parlamentares votantes, via de regra, ocorrerão caso haja abstenção ou ausência de algum vereador na votação.

<sup>58</sup> A Bancada do PDT é composta pelos vereadores Antônio Lucas, ocupando a presidência da casa legislativa, e Ricardo Ritter.

o prefeito tem valorizado o Legislativo, e na minha avaliação é a melhor forma para governar. A valorização do Legislativo, pois alguns pensam que o vereador não é muito importante. Pois até o próprio Tarcísio foi legislador até pouco tempo atrás, ele vê que é importante a valorização do Legislativo (21/09/2009).

Entretanto, para o vereador Volnei Campagnoni, do PCdoB,

ainda não deu para ver uma certa coesão nessa coligação, até porque hoje dentro da coligação que elegeu o governo existia um determinado número de partidos, hoje a gente vê que se ampliou essa coligação (05/10/2009).

Sua fala confirma a inclusão de outras legendas, indo ao encontro da visão de Abranches (1988), anteriormente exposta de que a governabilidade dependeria da capacidade de constituir uma coalizão majoritária. Considerando os arranjos eleitorais de 2008, a inclusão do PTB na coalizão forneceria a maioria qualificada perante as votações dos projetos encaminhados pelo Executivo.

A partir das manifestações dos vereadores, evidencia-se que a construção da coalizão necessita, além do entendimento entre os partidos que a compõem, da valorização dos representantes. O apreço é visto como fundamental para que os vereadores entendam-se, não só como representantes da população, mas também como partícipes do governo. Desta forma, pautando a negociação da governabilidade através do diálogo direto com os vereadores, o Poder Executivo fornece, em contrapartida, ao Legislativo maior espaço para requerer implementações de ações, bem como a definição pontual de certos temas tratados dentro do programa de governo.

## 5.5 AS VOTAÇÕES

Como parte do nosso estudo, analisaremos os dados relativos às votações de projetos encaminhados pelo Poder Executivo durante o primeiro semestre de 2009. O pacote de projetos apresentados em sessões extraordinárias no começo do ano, tratando da organização do Executivo, foram aprovados com a maioria absoluta dos votos. Entretanto, concentraremos nosso exame sobre dois projetos, os quais foram considerados pelos vereadores como os mais controversos, são eles: 1. o projeto

que altera o caráter jurídico do Hospital Municipal<sup>59</sup>; e, 2. o projeto que trata do reajuste dos vencimentos dos servidores municipais<sup>60</sup>.

A importância desses dois projetos para o Executivo estava relacionada à necessidade de implementar medidas que buscassem a probidade administrativa. Ademais, procurava-se, através da aprovação desses projetos, os meios necessários para implementar medidas de austeridade fiscal, necessária devido à situação financeira do município.

O primeiro projeto propunha a transformação do Hospital Municipal de autarquia para fundação pública de direito privado. Esta mudança se fez necessária em virtude da decisão do Ministério Público de que a autarquia não poderia manter funcionários terceirizados. Dessa forma, era necessária a efetivação de concursados para exercerem as funções, o que conflitaria com o percentual de gastos da folha de pagamento do município em pessoal, tendo seu limite estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal<sup>61</sup>. As autarquias, como órgãos estatais, têm seus bens, gastos e orçamentos vinculados ao ente criador, no caso o município, visto que não possuem personalidade jurídica. Já a fundação pública de direito privado diferencia-se dos demais por constituir personalidade jurídica própria, não tendo seus bens e direitos considerados como bens públicos, estando sob a égide do Código Civil. Ademais, a fundação pública de direito privado contratará seus funcionários através do regime da Consolidação das Leis Trabalhistas. A transformação em fundação estatal de direito privado, por sua vez, desvincula o orçamento do Hospital Municipal e seus gastos do Executivo, facultando a contratação dos quadros por concurso público, sem inferir em desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal.

O segundo projeto analisado visava à desvinculação dos salários dos funcionários públicos do VRV - Valor Referencial de Vencimentos -, provendo conjuntamente os aumentos requeridos pela classe. A extinção do VRV e sua fixação no valor de R\$ 590,49 justificava-se para o Executivo perante a

---

<sup>59</sup> Projeto de Lei nº 26/15L/2009 - Transforma a autarquia municipal Hospital Municipal de Novo Hamburgo em fundação estatal de direito privado, autoriza a criação da Fundação de Saúde Pública de Novo Hamburgo – FSNH -, e dá outras providências, de autoria do Poder Executivo.

<sup>60</sup> Projeto de Lei nº 47/15L/2009 - Autoriza a revisão geral anual de vencimentos dos servidores municipais ativos, inativos, e pensionistas, e dá outras providências, de autoria do Poder Executivo.

<sup>61</sup> A Lei Complementar 101 de 2000, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Em suas definições impõem o limite de gasto com pessoal, para o Poder Executivo Municipal, em 54% da Receita Corrente Líquida. Uma vez atingido o percentual de 51% o Executivo deve adotar medidas de contenção de gastos, podendo a partir desse ponto, o responsável pela administração sofrer sanções judiciais

impossibilidade de manter outro referencial para pagamentos que não o Salário Mínimo. Outro motivo seria a necessidade de cautela perante o orçamento público devido à crise econômica mundial e à progressiva diminuição da arrecadação municipal.

O projeto de lei que criou a Fundação de Saúde Pública de Novo Hamburgo foi enviado ao Legislativo em 23/03/2009. Foi colocado na pauta de votação nos dias 28/04/2009 e 30/04/2009. Conforme os dados apresentados na Tabela 19, percebemos que a votação em primeiro turno conquistou 9 votos favoráveis dos 13 da casa. Na segunda votação, os votos favoráveis subiram para 10. Em ambos os turnos, a bancada governista demonstrou considerável coesão, votando favoravelmente em massa. Entretanto, situação adversa foi observada pelo voto contrário do vereador do PCdoB, Volnei Campagnoni, nas duas votações<sup>62</sup>. Segundo entrevista fornecida ao Jornal NH, ele sustentou a contrariedade do seu voto baseado nas recomendações do Conselho Municipal de Saúde, afirmando que

não tenho conhecimento suficiente e embasamento legal para fazer esta escolha. Meu voto é contrário por uma questão de resguardo, já que estamos falando de uma área tão importante (Vereador Volnei Campagnoni, PCdoB, Jornal NH edição de 31/04/2009).

Os demais votos favoráveis foram concedidos pelos parlamentares do PP e do PMDB. Desta forma, o representante do PP indica aproximação com o governo. O posicionamento referido corrobora as afirmações de Abranches (1988) e Santos (2006), em que para os autores, os partidos buscarão sempre fazer parte do governo, a fim de poder angariar benefícios. Outro ponto de destaque foi a divisão da bancada peemedebista. Considerada como oposição ao atual governo, dois dos quatro vereadores votaram à favor do projeto encaminhado pelo Executivo, em ambos os turnos. O vereador do PSDB alterou seu voto entre as duas votações, primeiro se posicionando contrariamente, depois votando a favor. Conforme entrevista ao Jornal NH, o vereador Gerson Peteffi (PSDB) sustenta que sua opção por apoiar o projeto justifica-se perante à "necessidade de buscar uma solução para o problema da saúde na cidade de Novo Hamburgo" (Jornal NH edição de 31/04/2009).

---

<sup>62</sup> Devido ao posicionamento do vereador Volnei Campagnoni em votar contrariamente em todos os projetos de maior importância encaminhados pelo Executivo, ao longo do ano de 2009; em novembro do referido ano, a legenda comunista foi removida do comando da pasta de Meio Ambiente e Planejamento Urbano, bem como de outros cargos de diretoria ocupados por militantes do PCdoB. Restou, entretanto, com a legenda a direção pela Coordenadoria de Políticas para a Juventude.

**TABELA 19. Votação de Projetos Encaminhados pelo Executivo -  
Fundação de Saúde Pública de Novo Hamburgo**

Partido	1ª Votação		2ª Votação	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO
PT	4	0	4	0
PDT*	1	0	1	0
PTB	1	0	1	0
PCdoB	0	1	0	1
PMDB	2	2	2	2
PP	1	0	1	0
PSDB	0	1	1	0
Total	9	4	10	3

\* O PDT ocupa a presidência da Câmara, dessa forma só apresentará o segundo voto caso ocorra empate.

Fonte: Câmara Municipal de Novo Hamburgo, Atas nº 26/15L/2009 e 27/15L/2009 .

O segundo projeto analisado tem sua votação apresentada na Tabela 20. O projeto de lei foi encaminhado em 18/05/2009, tendo sido votado em 16/06/2009 e 18/06/2009. A referida proposição apresentou um padrão de comportamento mais fragmentado dentro da coalizão governamental. Tratando sobre o tema do funcionalismo público, o projeto que previa a desvinculação do VRV dos salários dos funcionários municipais, dividiu a bancada governista.

O dissenso foi justificado pelos vereadores em nome da defesa das suas bases eleitorais. Tanto o voto do PCdoB, como da vereadora do PT Carmen Ries, apresentaram como motivação a proteção à classe. O comunista Volnei Campagnoni, além de funcionário público, é presidente do Sindicato dos Servidores Municipais. Dessa forma, compreende-se seu voto contrário, devido a sua obrigação de defender sua categoria acima da defesa do governo. A vereadora Carmen Ries, professora e diretora de colégio estadual, justifica seu voto na mesma linha do vereador do PCdoB, pois apresenta grande parcela do seu eleitorado e apoiadores dentro do quadro de funcionários do magistério público do município.

Novamente observamos divisão também na base oposicionista, com 2 vereadores do PMDB votando à favor da proposta encaminhada pelo governo. Entretanto, na votação desse projeto, o parlamentar do PSDB manteve seu voto contrário em ambos os turnos.

**TABELA 20. Votação de Projetos Encaminhados pelo Executivo - Desvinculação do VRV**

Partido	1ª Votação		2ª Votação	
	SIM	NÃO	SIM	NÃO
PT	3	1	3	1
PDT*	1	0	1	0
PTB	1	0	1	0
PCdoB	0	1	0	1
PMDB	2	2	2	2
PP	1	0	1	0
PSDB	0	1	0	1
Total	8	5	8	5

\* O PDT ocupa a presidência da Câmara, dessa forma só apresentará o segundo voto caso ocorra empate.

Fonte: Câmara Municipal de Novo Hamburgo, Atas nº 41/15L/2009 e 42/15L/2009 .

Analisando as votações e o apoio dos parlamentares, o presidente municipal do PT de Novo Hamburgo, Luís Lauermann afirma que "no geral temos tido muito apoio da bancada aliada do nosso governo. Mas também tem temas que temos obtido apoio da esmagadora maioria" (07/10/2009). Contudo, como observamos nos dados referentes às votações dos projetos analisados, observamos uma realidade diferente da apresentada pelo representante do PT do município. O racha ocorrido na base governamental, perante os projetos analisados, vai de encontro à fala do presidente municipal do PT, o qual sustenta que

os partidos, em geral, [...] tem ajudado a fazer a sustentação das propostas do governo, o que é coerente com o nosso programa de governo. Se um partido está aliado, seu comportamento na Câmara é idêntico, do contrário não tem coerência do programa" (Luís Lauermann, 07/10/2009).

Os votos oriundos da base governista indicam a necessidade de fortalecer as negociações entre o Legislativo e o Executivo, como condição fundamental para que este Poder consiga obter vitórias expressivas. Todavia, como expressado anteriormente pelo representante do PT, ressalta-se a ocorrência de votos favoráveis aos projetos do governo a partir de legendas opositoras. Destaca-se que o governo só conquistou a aprovação dos projetos encaminhados devido aos votos dados pelos vereadores da oposição.

Como demonstrado no início do capítulo, confirma-se a existência de acordos prévios que fomentassem a construção de uma coalizão de governo. Desta forma,

entendemos estarem os agentes políticos agindo de forma racional e estratégica. Ao preverem a possibilidade de vitória no pleito de 2008, os acordos que fundamentaram a constituição da coligação estipularam conjuntamente a formação de uma base governista entre os partidos coligados e aqueles que apoiaram a coligação. Tais ações corroboram nosso posicionamento teórico de que os partidos buscaram formas de maximizar seus resultados. Portanto, os resultados devem ser entendidos não apenas como os obtidos durante o período eleitoral, mas também como aqueles necessários dentro na casa legislativa a fim de implementar os projetos de governo. Entretanto, vislumbramos parlamentares que compõem a base governista votando contrariamente as proposições do governo. Tal posicionamento explica-se através da perspectiva de defesa das bases eleitorais. Desta forma, os agentes buscam realizar a manutenção dos apoios angariados e, mais importante, dos votos, sobrepondo a composição da coalizão governamental.

Consideramos que nos casos analisados, ainda que estatisticamente irrelevantes, são justificados pela sua importância e servem para medir o comportamento dos parlamentares. Analisando as duas votações em questão percebemos que a coesão interpartidária não sobrepõem a ligação com os eleitores. Vereadores da base governista se posicionaram contrários aos projetos do Executivo para defender seus redutos eleitorais.

Todavia, ainda que os dados não corroborem a afirmação sobre a constituição da coalizão governamental, eles favorecem duas análises importantes: a primeira apresenta a ausência de imposição aos parlamentares de votarem com o governo, ainda que tenham sido eleitos através da coligação. Os vereadores votarão de acordo com as suas perspectivas estratégicas pessoais, de forma a não arriscar possível perda de apoio nas suas bases eleitorais, na próxima eleição. O segundo destaque advém dos votos favoráveis ao projetos do governo oriundos das legendas oposicionistas. Conclui-se que esses votos representem a capacidade de negociação do Executivo com as diversas legendas do Legislativo, bem como a implementação de um programa de governo que contemple as perspectivas dos parlamentares.

Enfim, encontramos em Santos (2006) a proposição sobre a necessidade constante de negociação e renegociação entre o Executivo e o Legislativo para responder as demandas sociais, tendo como objetivo fortalecer a coalizão

governamental. Ainda que instáveis, esses acordos apresentam-se como fruto das mudanças e pressões das bases eleitorais, conflitando algumas vezes com os projetos que propõem alterações no *status quo*. Para tanto, coloca-se à prova a capacidade diplomática do Executivo, tendo que suprir as demandas populares de forma a estarem em sintonia com os anseios dos parlamentares.

Ademais, como demonstrado através das votações, há a ocorrência de sustentação política pelos integrantes da base governista. Ainda que a referida base não apresente alto grau de coesão, fato esse evidenciado pelos posicionamentos do vereador do PCdoB e da vereadora petista, conseguiram aprovar os projetos encaminhados. Tais aprovações, entretanto, só foram atingidas pelo somatório dos votos das legendas oposicionistas.

Conclui-se, portanto, que os arranjos e acordos constituídos durante a construção da coligação *Meu Coração Diz Sim* previram a ocupação de espaços dentro do Poder Executivo e a composição da base governista em coalizão governamental. Todavia, a observância dos acordos não se demonstrou completa. Respondendo por uma secretaria e uma coordenadoria no governo, a legenda do PCdoB não demonstrou apoio ao mesmo dentro da casa legislativa. Por sua vez, a falta de coesão dentro da legenda do PT apresentou ligação direta com o projeto em avaliação, não demonstrando fissura maior a longo prazo. Somado a isso o governo angariou o apoio de parlamentares vinculados a outras legendas, que não as da base governista. Esse apoio foi fundamental para a vitória nos projetos apresentados e representa a possibilidade de abertura de um canal de negociação com esses partidos, almejando a constituição de uma coalizão governamental mais ampla.

## CONCLUSÃO

Fornecendo a possibilidade de dois ou mais partidos disputarem, tanto eleições majoritárias como proporcionais, tal como se um só fossem; o instituto da coligação eleitoral demonstra sua recorrência no cenário político brasileiro. Implementada a partir de 1991, a possibilidade de constituir coligações forneceu a diversas legendas um meio de pleitear acesso ao Poder Executivo e ao Legislativo. Agregando votos de vários partidos, perseguem dessa forma a maximização dos resultados e procuram ultrapassar as barreiras de votações requeridas, tais como o quociente eleitoral. Considerado os arranjos eleitorais de 2008 na cidade de Novo Hamburgo, fundamentamos nosso estudo no pressuposto que a coligação denominada *Meu Coração Diz Sim* foi essencial para a ascensão do PT ao poder.

Acreditamos na importância desse estudo sobre a coligação vitoriosa em Novo Hamburgo, por auxiliar no entendimento do emprego desse instituto, sobretudo em disputas majoritárias locais. Optamos por empregar o conteúdo das entrevistas obtidas junto as lideranças partidárias e figuras políticas locais, a fim de contrapor com as assertivas propostas pela Teoria da Escolha Racional. Consideramos que através desse trabalho, conseguimos comprovar a sua eficácia teórica para o caso em questão. Destacando as opções racionais dos agentes políticos supracitados, almejamos definir suas respostas como estratégicas perante o cenário político-eleitoral de 2008 no município e como elas convergiram na formação da coligação.

Buscando compreender os motivos que levaram os partidos a comporem esta coligação, apresentávamos como hipóteses para tal a previsão de benefícios diretos ou de fundamentação ideológica. Ao longo da construção deste trabalho, empenhamo-nos em demonstrar que os dados coletados através das entrevistas apontavam para a segunda opção, ou seja, o direcionamento ideológico. Entretanto, é necessária a constituição de uma ressalva nesse ponto, devido ao pragmatismo apresentado pela inclusão de legendas de extremos do espectro ideológico. O viés ideológico aqui defendido, encontrando amparo, como demonstrado através das entrevistas, na perspectiva de constituição de um governo capaz de responder as demandas e anseios populares, constituindo o consenso através da elaboração de um programa de governo que contemplasse os posicionamentos ideológico-

partidários divergentes. Desta forma, como esforçamo-nos em expor, as falas das lideranças partidárias e figuras políticas apontavam para a construção de um programa de governo que, em consenso, englobasse as principais propostas e bandeiras dos partidos então coligados. Todavia, como ressaltado através dos dados apresentados, todos os partidos coligados, bem como aquelas legendas que forneceram apoio à coligação, ocupam cargos no Executivo, confirmando, portanto, a hipótese da ocorrência de benefícios diretos aos partidos coligados.

O programa de governo apresenta-se como constructo dos debates e negociações entre as legendas, os candidatos à vereança, as lideranças políticas e representantes de diversos segmentos e movimentos sociais, articulados em torno da coligação. Buscando agregar um amplo número de integrantes, os partidos que compuseram a coligação procuravam fornecer a ela a maior força e visibilidade política para enfrentar o pleito, dessa forma possibilitando a maximização dos resultados. A legitimidade das lideranças foi um fator destacado pelo representante do PT, o qual afirmou que sem a inclusão de outras legendas e dessas figuras políticas, o partido, sozinho, não atingiria o mesmo resultado no escrutínio. Nesta perspectiva de análise, a inaptidão em aglutinar forças políticas, legendas e lideranças sociais resultaria em significativa diminuição da probabilidade de vitória, alternados os resultados do pleito. Essa visão justifica-se pelo fato de o Partido dos Trabalhadores não apresentar enraizamento político e social forte no município, visto que se torna expressivo na arena eleitoral municipal somente a partir de 2004.

Todavia, constatamos que tal programa de governo não previa o apoio buscando única e exclusivamente a eleição. Fica expressa de tal forma a racionalidade dos agentes políticos, que ao preverem o apoio durante o período eleitoral, perseguiram conjuntamente dar vazão ao debate sobre a sustentação política e a governabilidade. Cientes da maior probabilidade de vitória, auferida pela constituição da coligação, as lideranças partidárias designaram aos seus candidatos à vereança, e posteriormente, aos vereadores eleitos, a responsabilidade de fornecer os votos necessários dentro do Legislativo para a implementação do programa de governo.

Através do embasamento teórico utilizado, nos propúnhamos a apresentar o entendimento de que os agentes políticos se utilizariam de forma racional e estratégica da possibilidade do emprego da coligação a fim de maximizar sua força política e ampliar a capacidade eleitoral. Essa perspectiva demonstrou-se correta, sustentada através das entrevistas dadas pelas figuras políticas. O destaque fornecido através da análise da ocupação dos quadros do Poder Executivo demonstra claramente a agregação das legendas, que compuseram a coligação e aquelas que a apoiaram, dentro do governo. Vislumbramos, igualmente, o fato de determinadas legendas apresentarem um maior percentual de preenchimento dos espaços políticos. Esta ocorrência está atrelada à representatividade que os maiores partidos possuem, relacionando-se diretamente ao número de vereadores eleitos pelas legendas, as suas inserções na comunidade novo-hamburguense e a capacidade de mobilizar segmentos sociais.

Por sua vez, a decisão racional e estratégica estaria ligada à opção dos agentes políticos e dos partidos em buscarem compor forças em torno da candidatura que, segundo eles, apresentava a maior possibilidade de vitória. A previsão, por sua vez, estava relacionada tanto à figura do candidato como com a capacidade da coligação em agregar legendas, dessa forma apresentando legitimidade para responder as demandas de um maior número de setores e segmentos da comunidade. Corroborando com essa perspectiva, os presidentes das legendas confirmaram diretamente a racionalidade das decisões dos partidos ao afirmarem que os mesmos apresentavam ganhos ao optarem por ingressar na coligação.

Os benefícios advindos da coligação demonstraram-se recíprocos, tanto para a coligação, considerando-a como uma unidade, como aos partidos que a compuseram e apoiaram. Ao agregar legendas, a coligação *Meu Coração Diz Sim* foi capaz de ampliar não somente seu Horário de Propaganda Eleitoral Gratuita, como expandir sua inserção em diversos segmentos sociais. Para os partidos, a coligação apresentou seu proveito ao facilitar a inserção na Câmara de Vereadores, através das coligações proporcionais, subordinadas legalmente à coligação majoritária. Agrega-se às vantagens advindas aos partidos o fato de todas as legendas terem sido contempladas com cargos dentro do Poder Executivo.

Determinado a alcançar a vitória em 2008, o Partido dos Trabalhadores buscou compor com outras legendas a coligação, visando a abranger uma gama variada de segmentos sociais e forças políticas. Almejava dessa forma maximizar os resultados favoráveis no escrutínio em questão. Outrossim, os acordos tecidos a fim de estruturar essa coligação basearam-se, até onde conseguimos elucidar, em torno do programa de governo. Esta proposta apresentou a capacidade de contemplar os ideários e as demandas deste espectro misto de partidos, movimentos sociais e segmentos da comunidade.

Analisando as votações dos dois projetos considerados como de maior importância para o Executivo, durante o primeiro semestre do governo, vislumbramos a deficiência na constituição de uma coalizão governamental coesa. Dessa forma, ainda que buscando efetivar o programa, a coalizão não apresentou coesão suficiente para sobrepor as visões individuais e eleitorais de alguns vereadores. Contudo, destaca-se o fato do Executivo ter obtido apoio das legendas oposicionistas, sem as quais não alcançaria a aprovação dos projetos.

Consideramos que a perspectiva racional e estratégica dos agentes políticos fica demonstrada ao longo deste estudo ao apresentar que os acordos realizados não almejavam apenas o fim único da eleição. A previsão de ocupação de espaços no Executivo, bem como a constituição de uma coalizão governamental, procurava estabelecer entre os partidos uma relação simbiótica. Por terem participado da coligação ou fornecido apoio a mesma, as legendas foram contempladas com vagas dentro do governo. Contudo, este Executivo necessita do apoio dos partidos com representação no Poder Legislativo.

O apoio político apresenta-se como basilar a fim de possibilitar a governabilidade, buscando prover a implementação do programa de governo construído, em consenso, entre essas mesmas legendas. Para tanto, o sucesso do governo e a perspectiva dos partidos membros da coligação, posteriormente convertidos na coalizão, estaria ligado a capacidade do Executivo, em consonância com o Legislativo, de efetivar tais propostas pelas quais foram eleitos. Caberá ao governo a função de estabelecer essa sustentação política construindo uma coalizão governamental capaz de aprovar os projetos encaminhados.

Por fim, acreditamos que os resultados obtidos no pleito de 2008, tanto em nível majoritário como proporcional, demonstram que a estratégia empregada pelos partidos foi vitoriosa. Ao aglutinar forças políticas através da constituição da coligação, as legendas maximizaram os resultados obtidos no processo eleitoral. Ademais, os acordos para compor a coalizão governamental ressaltam a perspectiva estratégica dos agentes políticos envolvidos. Prevendo a vitória, constroem conjuntamente com os partidos coligados meios de manutenção do governo através da elaboração do programa de governo, da previsão divisão de cargos entre os partidos e da negociação com o Legislativo. Entretanto, tal construção dependerá da capacidade de negociação do Executivo com os agentes políticos envolvidos, e as respostas desses a partir de suas perspectivas racionais, os quais buscaram maximizar seus ganhos, independente da arena em que estiverem competindo.

## Referências

ABRANCHES, Sérgio Henrique Hudson De. **Presidencialismo de Coalizão: O dilema institucional brasileiro**. IN: DADOS - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 310, Nº 1, p.5 a 34, 1988.

AMORIM, Maria Salete Souza De. **Cultura Política e Decisão Eleitoral no Oeste do Paraná**. 2006. 253 f. Dissertação (Doutorado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2006.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <[http://www.al.rs.gov.br/anais/49/deputados/foscarini/curriculo\\_foscarini.htm](http://www.al.rs.gov.br/anais/49/deputados/foscarini/curriculo_foscarini.htm)>. Acesso em 10 ago. 2008.

BAERT, Patrick. **Algumas limitações das explicações da escolha racional na Ciência Política e na Sociologia**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 12, n. 35, Out. 1997. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69091997000300005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091997000300005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 16 set. 2009.

BLOG POLÍTICO RALFE CARDOSO. Disponível em: <<http://eusouralfe.wordpress.com/biografia/>>. Acesso em 10 ago. 2008.

BRAGA, Maria do Socorro. **Dinâmica de coordenação eleitoral em regime presidencialista e federativo: determinantes e consequências das coligações partidárias no Brasil**. IN: SOARES, Gláucio A. D.; RENNÓ, Lucio R (orgs.). **Reforma Política - Lições da História Recente**. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 228-245, 2006.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/internet/deputados/biodeputado/index.html?nome=TARC%20CDSIO+ZIMMERMANN&leg=53>>. Acesso em 10 ago. 2008.

CARREIRÃO, Yan de Souza. **Ideologia e partidos políticos: Um estudo sobre coligações em Santa Catarina**. IN: OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, Vol. 12, Nº 1, p. 136-163, 2006.

DALMORO, Jefferson; FLEISCHER, David. **Eleição proporcional: os efeitos das coligações e o problema da proporcionalidade**. IN: KRAUSE, Silvana; SCHMITT, Rogério (orgs.). **Partidos e coligações eleitorais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Fundação Editora da Unesp, p. 45-113, 2005.

DANTAS, Humberto. **Coligações em eleições majoritárias municipais: a lógica do alinhamento dos partidos políticos brasileiros nas disputas de 2000 e 2004**. Tese de Doutorado. São Paulo: DCP-USP, 2007.

DOWNS, Anthony. **Uma Teoria Econômica da Democracia**. São Paulo: Edusp, 1999.

FIANI, Ronaldo. **Teoria dos Jogos: para cursos de administração e economia**. 2 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

FLEISCHER, David. **As eleições municipais no Brasil: uma análise comparativa (1982-2000)**. IN: OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, Vol. 3, Nº 1, p. 80-105, 2002.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.fee.tche.br>>. Acesso em: 5 ago. 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.com.br>>. Acesso em: 5 ago. 2009.

JORGE, V.L. **Participação eleitoral e candidatos nas disputas pelas prefeituras dos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 1992 a 2000**. IN: ALCEU, vol. 4, nº 8, , Jan/Jun. Rio de Janeiro, p. 168 a 190, 2004.

KINZO, Maria D'Alva. **Os Partidos no Eleitorado: Percepções públicas e laços partidários no Brasil**. IN: Rev. Bras. de Ci. Soc., Vol. 20, Nº 57, p. 65-81, 2005.

KRAUSE, Silvana. **Uma análise comparativa das estratégias eleitorais nas eleições majoritárias (1994-1998-2002): coligações eleitorais X nacionalização dos partidos e do sistema partidário brasileiro**. IN: KRAUSE, Silvana; SCHMITT, Rogério (orgs.). **Partidos e coligações eleitorais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Fundação Editora da Unesp, p 115-138, 2005.

MACHADO, Aline. **A lógica das coligações no Brasil**. IN: KRAUSE, Silvana; SCHMITT, Rogério (orgs.). **Partidos e coligações eleitorais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Fundação Editora da Unesp, p. 43-84, 2005.

MENEGUELLO, Rachel. **A face dominante da esquerda brasileira: avanços, mudanças e dilemas do Partido dos Trabalhadores**. IN: **Cadernos Adenauer IV (Eleições e Partidos)**, nº 1, p. 39-56. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2003.

MIGUEL, Luis Felipe; MACHADO, Carlos. **Um equilíbrio delicado: a dinâmica das coligações do PT em eleições municipais (2000 e 2004)**. IN: DADOS - Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol. 50, Nº 4, p.757 a 793, 2007.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Disponível em: <[www.vermelho.org.br/pcdob/](http://www.vermelho.org.br/pcdob/)>. Acesso em: 20 out. 2009.

PARTIDO DA REPÚBLICA. Disponível em: <[www.partidodarepublica.org.br](http://www.partidodarepublica.org.br)>. Acesso em: 20 out. 2009.

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA. Disponível em: <[www.pdt.org.br](http://www.pdt.org.br)>. Acesso em: 20 out. 2009.

PARTIDO REPUBLICANO BRASILEIRO. Disponível em: <[www.prb.org.br](http://www.prb.org.br)>. Acesso em: 20 out. 2009.

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO. Disponível em: <[www.ptb.org.br](http://www.ptb.org.br)>. Acesso em: 20 out. 2009.

PARTIDO TRABALHISTA CRISTÃO. Disponível em: <[www.ptc36.com.br](http://www.ptc36.com.br)>. Acesso em: 20 out. 2009.

SANTOS, FABIANO. **Em defesa do presidencialismo de coalizão**. IN: SOARES, Gláucio A. D.; RENNÓ, Lucio R (orgs.). **Reforma Política - Lições da História Recente**. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 281-295, 2006.

SCHMITT, Rogério, **Os estudos sobre alianças e coligações eleitorais na Ciência Política Brasileira**. IN: KRAUSE, Silvana; SCHMITT, Rogério (orgs.). **Partidos e coligações eleitorais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Fundação Editora da Unesp, p. 11-26, 2005.

\_\_\_\_\_, **Coligações eleitorais e sistema partidário no Brasil**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: Luperj, 1999.

SOUSA, Vivaldo de. **O comportamento das coligações eleitorais entre 1954-1962": pleitos majoritários coincidentes com proporcionais**. IN: KRAUSE, Silvana; SCHMITT, Rogério (orgs.). **Partidos e coligações eleitorais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Fundação Editora da Unesp, p. 27-41, 2005.

STOKER, Gerry; MARSH, David. **Theory and Methods in Political Science**. New York: St. Martin's Press, 1995.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL - RIO GRANDE DO SUL. Disponível em: <<http://www.tre-rs.gov.br>>. Acesso em: 19 ago. 2009.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <<http://www.tse.gov.br>>. Acesso em: 19 ago. 2009.

## **ANEXO A - Questões das entrevistas semiestruturada com os presidentes partidários e figuras políticas de Novo Hamburgo.**

### VÍNCULO POLÍTICO

1. Qual a sua função atual no partido?
2. É filiado desde quando ao partido?

### SUSTENTAÇÃO POLÍTICA

3. Como você justifica a opção do partido em buscar compor coligação com o PT, em 2008?
4. Você ajudou ou contribuiu de alguma forma na campanha eleitoral?  
Caso afirmativo: Como?

### CONSTRUÇÃO DA COLIGAÇÃO

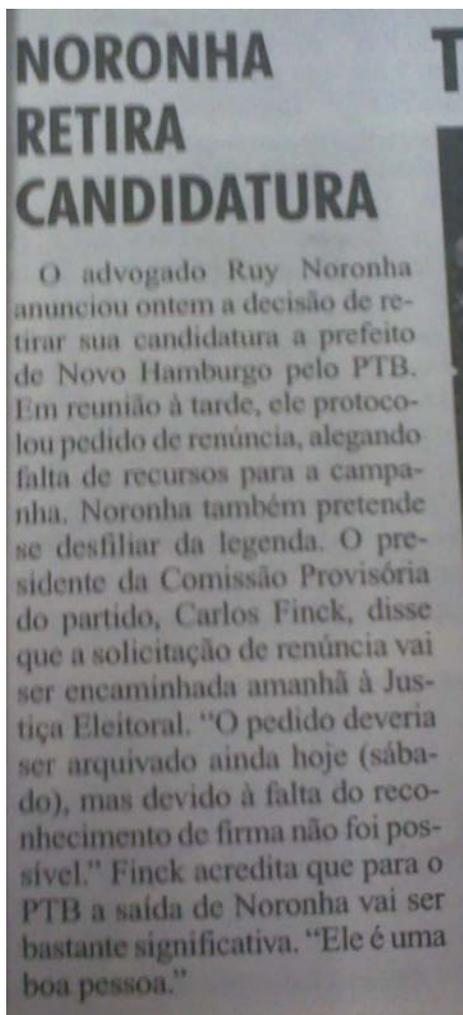
5. Você poderia falar sobre quais foram os principais pontos acordados para a construção da coligação? Qual seria o papel de cada um dos partidos, candidatos? O que cada um contribuiria na coligação e qual havia alguma previsão acordada, para caso ganhassem?
7. Hoje, com mandato até 2012, como você vê a participação dos partidos, antes coligados, na sustentação desse governo?
8. Houve alguma previsão de apoio visando fornecer sustentabilidade do governo? Você acha que, dentro do Poder Legislativo municipal ocorre esse arranjo político?
9. Você ocupa algum cargo no executivo municipal ou em alguma autarquia do município?  
Caso afirmativo: Qual cargo? Desde quando?

**ANEXO B - Questões das entrevistas semiestruturada com os vereadores dos partidos da base governista.**

SUSTENTAÇÃO POLÍTICA

1. Como você analisa o seu papel como vereador da base governista?
2. Como você vê a questão da sustentação do governo?
3. Qual é o seu papel nessa atividade?

**ANEXO C - Reportagem veiculada no Jornal NH - Noronha Retira  
Candidatura.**



Fonte: Edição do Jornal NH de 03/08/2009.

ANEXO D - Reportagem veiculada no Jornal NH - Noronha Retira  
Candidatura.

POLÍTICA

## Ruy Noronha pressionado a abandonar candidatura

Petebista renunciou sábado e aderiu à campanha de Tarcísio Zimmermann

MARCELA BROWN

**ENERGIAS 2008**  
manlec

Aliada à vulnerabilidade financeira do PTB, a pressão de 14 candidatos a vereadores teria sido a última pá de cal da campanha do advogado Ruy Noronha, que bateu em retirada na tarde de sábado, anunciando o fim de sua candidatura a prefeito. Em meio a manobras políticas cujas versões divergem entre membros do partido, o ex-concorrente à Prefeitura de Novo Hamburgo desistiu de encarar o pleito em outubro após reunião com candidatos petebistas à Câmara. Ainda na manhã de sábado, Noronha chegou a atuar em sua campanha, participando de uma caminhada no Calçadão Oswaldo Cruz. "A decisão foi minha e foi tomada diante da manifestação de um grupo expressivo de vereadores. Para preservar a nominata,



**NOVOS RUMOS:** Ruy já declarou apoio a Lorena e Tarcísio

optamos por retirar a candidatura majoritária", explica o ex-candidato do PTB. Em chapa única, ele tinha como vice Énio Saltiel.

"Achei que faltou apoio do partido", reclama. Contrariado com o abandono da campanha, Ruy não descarta a possibilidade de desfiliar-se do PTB e já declarou que apoiará a campanha do candidato a prefeito Tarcísio Zimmermann (PT). "Manifestei meu apoio no sábado, na festa de aniversário do Tarcísio. Vou aguardar a convocação", adiantou. Sem cogitar a hipótese de se afastar da política partidária, o ex-concorrente das eleições 2008 pretende decidir seu rumo junto aos petebistas nesta semana, quando se reunirá com Carlos Finck, presidente da comissão provisória do partido.

Dizendo-se igualmente desapontado com a saída do advogado, Finck considera que a desistência é fruto da pressão dos vereadores-candidatos Renan Schaurich e Jesus Martins, do PTB. "Eles forçaram a barra, pedindo, na última quinta-feira que o Ruy retirasse a candidatura, pois não havia recursos para patrocinar a candidatura deles", disparou Finck. Já Ruy afirmou que, à exceção dos candidatos Darwin Kremer, Paulo Ritzel e Remi Carasai, os outros 11 teriam pressionado por sua saída.

**CONSELHO -** Defendendo-se da declaração de Finck, os dois candidatos-vereadores negaram ter participado de qualquer tipo de pressão. "Foi uma decisão exclusiva do Ruy", sintetizou Renan. Jesus, por sua vez, admitiu ter aconselhado o ex-candidato apenas como amigo. "Quem pressionou a saída dele foram os outros vereadores, que declararam não haver estrutura para manter a candidatura majoritária", acrescentou Jesus.

Fonte: Edição do Jornal NH de 04/08/2008.

ANEXO E - Pesquisa veiculadas pela coligação *Amor Por Novo Hamburgo*.



Fonte: Edição do Jornal NH de 25/08/2008.



Fonte: Edição do Jornal NH de 11/019/2008.

**ANEXO F - Primeira e segunda pesquisas veiculadas pela coligação *Meu Coração Diz Sim*.**



Fonte: Edição do Jornal NH de 15/09/2008.



Fonte: Edição do Jornal NH de 22/09/2008.

**ANEXO G - Terceira pesquisa veiculada pela coligação *Meu Coração Diz Sim*.**



Fonte: Edição do Jornal NH de 29/09/2008.

ANEXO H - Última veiculação de pesquisas de intenção de voto. Lado a lado, as pesquisas das coligações *Amor Por Novo Hamburgo* e *Meu Coração Diz Sim*.



Fonte: Edição do Jornal NH de 03/10/2008

ANEXO I - Reportagem sobre a análise do governo, feita pelo prefeito  
Jair Foscarini.

POLÍTICA

## Jair dá nota 6,5 à sua administração

Atual prefeito avalia sua performance

Visivelmente abatido, Jair Foscarini (PMDB) retomou ontem à Prefeitura, onde foi recebido com aplausos pelos servidores. Um dia após a derrota nas urnas, ligou para parabenizar o prefeito eleito, Tarcísio Zimmermann (PT), com quem se reúne na tarde de hoje, na Prefeitura. Emocionado, deu nota 6,5 para sua administração.



TRISTEZA: expressão de Jair

Qual a avaliação que o senhor faz desse pleito?

**Jair Foscarini** - Foi um tanto diferente dos anos anteriores. Nós tivemos neste ano mil votos válidos a menos que no ano 2004, coisa que me chamou a atenção.

A que o senhor credita essa diminuição de votantes?

**Jair** - O desencanto com a política, por parte da população, e acabou dando isso. Não foi só aqui, foi em vários municípios que ocorreu isso. Foi geral. A população sempre mostra o que ela acha, o que ela pensa, e fez isso também e, quanto à eleição, ela fez uma opção óbvia de trabalho e nós respeitamos isso. Acharmos que estávamos fazendo a campanha corretamente, administrando corretamente, mas a comunidade não achou assim. Então, temos que respeitar.

O que o senhor acha que levou a comunidade a optar por esta mudança?

**Jair** - Foi um conjunto, da campanha em si. Um time desconstruiu e o outro tentava descon-

truir, então foi muito difícil neste aspecto. Nós não conseguimos demonstrar o que nós fizemos, e essa foi uma falha nossa. Os investimentos que nós fizemos na área de educação, de infra-estrutura, que foram bastante, nós não conseguimos mostrar.

E por que não conseguiram?

**Jair** - Nós gastamos pouco, em jornal, por exemplo. Pecamos na comunicação. Pecamos. E vamos respeitar. Conversei com o Tarcísio hoje à tarde.

E como foi essa conversa?

**Jair** - Eu liguei para ele, parabentei, e desejei, obviamente, sucesso, que é o que se precisa, sem dúvida alguma. Então amanhã (hoje) à tarde ele fará uma visita aqui.

Então o processo de transição já começará nessa terça-feira?

**Jair** - Nós estamos aqui à disposição para o que for necessário, para mostrarmos os dados, quanto a isso não há problema algum, vamos continuar conversando.

Fonte: Edição do Jornal NH de 07/10/2008.

## ANEXO J - Divisão das Cadeiras do Legislativo de Novo Hamburgo em 2008.

Quociente Eleitoral de 2008 (Votos Válidos / Número de Cadeiras): (137286/14) = 9806

	Votação atingida	Quociente Partidário (QP)	Cálculo de Média 1 (CM)	CM 2	CM 3
Coligação Majoritária <i>Meu Coração Diz Sim</i>					
Coligação Proporcional <i>Frente Popular Meu Coração Diz Sim</i>					
PT	30858	}	3	(36634/4) = 9158,5	(36634/5) = 7326,8
PRB	1730				
PCdoB	4046				
Coligação Proporcional <i>Frente Popular Trabalhista Meu Coração Diz Sim</i>					
PDT	17639	}	2	(20535/3) = 6845	(20535/3) = 6845
PR	2808				
PTC	88				
Coligação Majoritária <i>Amor Por Novo Hamburgo</i>					
PMDB	32309	}	3	(32387/4) = 8096,75	(32387/5) = 6477,4
PMN	39				
PSDB	12586	}	1	(13174/2) = 6587	(13174/2) = 6587
DEM	588				
PP	10432	}	1	(10819/2) = 5409,5	(10819/2) = 5409,5
PTdoB	387				
Coligação Proporcional <i>Por Um Novo Hamburgo Melhor</i>					
PSB	5019	}	0	0	0
PV	1092				
PPS	1843				
PHS	156				
PSOL	3750	0	0	0	0
PTB	11916	1	(11916/2) = 5958	(11916/2) = 5958	(11916/2) = 5958
<b>Total de Vagas Ocupadas</b>		<b>11</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>14</b>